Desenvolvimento do Ecoturismo

Um Manual para os Profissionais de Conservação

Volume I

Introdução ao Planejamento de Ecoturismo

Andy Drumm e Alan Moore

USAID

Alex C. Walker Foundation

The Nature Conservancy
SAVING THE LAST GREAT PLACES ON EARTH

O programa de ecoturismo da The Nature Conservancy trabalha com colegas e organizações parceiras em um programa que abrange 30 projetos de ecoturismo em alguns dos Últimos Lugares Formosos em 15 países. O trabalho que nossos parceiros em assuntos de conservação realizaram nestes lugares resultou na experiência e inspiração necessárias para a realização deste manual.

Com esta publicação, a The Nature Conservancy demonstra a importância do ecoturismo para a conservação e para o desenvolvimento sustentável assim como facilita sua implementação nos lugares onde pode obter resultados palpáveis e duradouros em grande escala.

www.nature.org/ecotourism

DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

Um Manual para os Profissionais de Conservação

Volume I

Introdução ao Planejamento de Ecoturismo

Andy Drumm e Alan Moore

USAID

Alex C. Walker Foundation

The Nature Conservancy

SAVING THE LAST GREAT PLACES ON EARTH

Título original: *Ecotourism Development – A Manual Series for Conservation Planners and Managers*, Volume 1
© 2002 por The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.

Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume 1
Copyright © 2003 by The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.
Todos os direitos reservados.

I.S.B.N.: 1-886765-19-7

Edição: Alex Singer

Design / Layout: Jonathan Kerr

Fotografia de Capa: Ecoturistas no sítio de Yaxchilan Mayan, Chiapas, México © Andy Drumm; Parque Nacional Jaraguá, República Dominicana © Andy Drumm; Macacos-da-noite, Panamá © Marie Read

Produção: Publications for Capacity Building, The Nature Conservancy, Worldwide Office, 4245 North Fairfax Drive, Arlington, VA 22203, USA. Fax: 703-841-4880; e-mail: publications@tnc.org.

Esta publicação foi possível, em parte, graças ao apoio do Escritório da LAC/RSD/, Bureau para a América Latina e o Caribe, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), sob os termos da Concessão nº LAG-0782-A-00-5026-00 e EDG-A-00-01-00023-00 para o programa Parks in Peril. As opiniões aqui expressadas são as dos autores, e não refletem, necessariamente, as opiniões da USAID. Esta publicação também se tornou possível, em parte, graças à visão, confiança e apoio da Alex C. Walker Charitable and Educational Trust.

Para mais informações sobre projetos de Ecoturismo, ou para enviar sua opinião, favor contatar:

Andy Drumm
Director, Ecotourism
The Nature Conservancy
Worldwide Office
4245 North Fairfax Drive
Arlington, VA 22203
USA

Phone: 703-841-8177
Fax: 703-841-1283
Email: adrumm@tnc.org

Impresso em papel reciclado

Prefácio ao Manual de Desenvolvimento de Ecoturismo

O ecoturismo se tornou uma importante atividade econômica em áreas naturais em todo o mundo, propiciando oportunidades para os visitantes vivenciarem pujantes manifestações da natureza e da cultura, e aprenderem sobre a importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais. Ao mesmo tempo, o ecoturismo gera renda para a conservação e benefícios para as comunidades que habitam áreas rurais e remotas.

As características do ecoturismo o tornam um instrumento valioso para a conservação. Sua implementação pode:

- agregar valor econômico a serviços do ecossistema que as áreas protegidas proporcionam;
- gerar renda direta para a conservação de áreas protegidas;
- gerar renda direta e indireta para os principais interessados locais, criando incentivos para a conservação em comunidades locais;
- criar grupos de apoio para a conservação nos planos local, nacional e internacional;
- promover o uso sustentável dos recursos naturais; e
- reduzir as ameaças à biodiversidade.

Algumas áreas têm maior potencial para colher os benefícios do ecoturismo que outras. Em áreas com baixo índice de visitação o potencial, via de regra, não é tão evidente. Em outras áreas, o turismo pode já ser um fator importante. Em ambos os casos, no entanto, o processo de planejamento de ecoturismo é essencial para a utilização de seu potencial como uma poderosa estratégia conservacionista.

Obviamente, nem todo turismo em áreas naturais é considerado ecoturismo. O turismo voltado à natureza, em oposição ao ecoturismo, pode não dispor de mecanismos para diminuir o impacto no meio ambiente, e deixar de demonstrar respeito pela cultura local. Em termos econômicos, o turismo voltado à natureza também está se desenvolvendo. Conseqüentemente, verifica-se uma explosão de visitação em áreas naturais, o que, em muitos casos, está causando o desgaste dos valores que tornaram tais áreas atrativas.

Graças a seu valor ecológico, as áreas protegidas, especialmente aquelas situadas nas regiões tropicais e em países em desenvolvimento, guardam muitos dos maiores atrativos do ecoturismo mundial. Esses atrativos podem se constituir de apenas uma, ou de uma combinação de espécies endêmicas raras da flora ou da fauna, de uma vida silvestre abundante, de altos índices de diversidade de espécies, de formações geomorfológicas incomuns ou espetaculares, ou de manifestações culturais históricas ou atuais singulares e vistas em seu contexto natural.

Os gestores de áreas protegidas, portanto, estão enfrentando o desafio de controlar e limitar os impactos do turismo ecológico descontrolado e, ao mesmo tempo, decidir onde e como planejar adequadamente o desenvolvimento do ecoturismo como uma opção compatível de desenvolvimento econômico.

Quando se integra o desenvolvimento do ecoturismo em uma abordagem sistemática para a conservação utilizando o modelo Conservation By Design[1], da The Nature Conservancy, garante-se que o ecoturismo se inicie apenas quando se tratar, efetivamente, da estratégia mais eficaz para se atingir resultados em escala tangíveis e duradouros. Esses aspectos distintos, mas inter-relacionados do ecoturismo — gestão da conservação e desenvolvimento econômico — devem ser compreendidos em sua totalidade por planejadores

1. Conservation by Design: A Framework for Mission Success (*Conservation by Design: Um Modelo para o Sucesso da Missão*). 2001. Arlington, Virginia: The Nature Conservancy.

de ecoturismo e gestores de áreas protegidas antes de iniciarem a implementação de planos de atividades de ecoturismo. Os conservacionistas têm, em regra, abordado a questão do ecoturismo com um entendimento limitado das questões econômicas, e uma compreensão incompleta dos mecanismos de gestão disponíveis e necessários para assegurar a sustentabilidade do turismo em áreas protegidas. Normalmente, os pontos de partida para uma iniciativa de ecoturismo têm se constituído de programas de treinamento de guias turísticos ou construção de hotéis ou pousadas. Essa abordagem conduz, quase que inevitavelmente, ao insucesso, e tem levado a:

- criação de altas expectativas nas comunidades, que raramente se tornam realidade;
- transformação das atividades de ecoturismo em um sorvedouro dos escassos recursos da ONG e das áreas protegidas enquanto se luta para que os projetos alcancem seu ponto de equilíbrio;
- afastamento das ONGs e áreas protegidas de sua missão principal de conservação; e
- destruição dos atrativos naturais que originalmente atraíram os visitantes, em decorrência desse tipo de turismo.

Por outro lado, os operadores de turismo voltado à natureza têm implementado suas iniciativas com um entendimento incompleto a respeito das questões referentes à conservação e, conseqüentemente, vêm operando de maneira insustentável.

Agora se reconhece que, para que o ecoturismo tenha êxito, os conservacionistas necessitam de um maior entendimento a respeito dos aspectos econômicos; da mesma forma, os empreendedores necessitam ter mais conhecimentos a respeito dos mecanismos de gestão necessários para assegurar a sustentabilidade da atividade. Combinar ambas as perspectivas é essencial para o êxito de um programa de ecoturismo.

As áreas protegidas podem ser públicas, privadas, de propriedade ou geridas pela comunidade, ou uma combinação de qualquer uma dessas alternativas. Os recursos para a gestão de todos os tipos de áreas protegidas são sempre escassos em países em desenvolvimento. Em conseqüência desse fato, geralmente não se consegue assegurar que o turismo gere todo o amplo leque de benefícios que poderia gerar para as áreas protegidas. Portanto, em muitas áreas, as oportunidades de geração de renda para a conservação de sítios e comunidades locais estão subutilizadas, e o turismo pode, de fato, se constituir em uma ameaça à conservação.

Para que o ecoturismo alcance todo seu potencial e gere benefícios sustentáveis, as áreas protegidas devem implementar um modelo planejado para orientar e gerir essa atividade.

Este manual objetiva, primordialmente, fornecer uma série de critérios para os planejadores e gestores de ecoturismo em ONGs conservacionistas, a fim de facilitar a tomada de decisões com respeito à gestão e ao desenvolvimento do ecoturismo. Também poderá ser útil para especialistas em áreas protegidas e gestores de reservas de propriedade do estado ou da comunidade, bem como para outros agentes do ecoturismo, incluindo operadores de turismo e empresários do ramo hoteleiro que buscam mais orientações com relação ao entendimento das implicações conservacionistas das atividades propostas. Além disso, poderá ser útil para investidores que estejam considerando propostas de desenvolvimento do ecoturismo.

O manual consiste de dois volumes distintos e independentes, mas relacionados entre si. Os conservacionistas que estão curiosos a respeito do ecoturismo e querem adquirir um maior conhecimento a respeito do assunto, ou que consideram o ecoturismo como uma estratégia conservacionista para áreas protegidas, podem preferir consultar, inicialmente, o Volume I, *Introdução ao Planejamento de Ecoturismo*, Parte I, para uma breve visão do assunto.

Aqueles que buscam um entendimento mais completo do processo de planejamento de gestão de ecoturismo, ou que entendem que o ecoturismo pode ser a opção correta para seu sítio, devem consultar o Volume I, Parte II, "Planejamento e Gestão do Ecoturismo", que explica o processo de planejamento para o desenvolvimento e gestão do ecoturismo, desde o Planejamento de Conservação de Sítios e Avaliação Preliminar de um Sítio, até um Completo Diagnóstico do Sítio, o planejamento de gestão participativa do ecoturismo e a implementação de um plano.

O Volume II, *A Atividade de Desenvolvimento e Gestão do Ecoturismo*, fornece orientações e diretrizes tanto para gestão de conservação básica quanto para estratégias-chave de desenvolvimento econômico. A Parte I, "Estratégias-Chave da Gestão do Ecoturismo", é uma introdução aos elementos críticos do planejamento de gestão do ecoturismo, incluindo zoneamento, monitoramento de impacto da visitação, projeto e gestão da visitação do sítio, mecanismos de geração de

renda, infra-estrutura e diretrizes para a visitação, e sistemas de guia naturalista. Esse volume pode ser uma fonte de consulta útil para examinar opções a fim de minimizar ameaças decorrentes do turismo que ainda possam existir em um sítio.

O Volume II, Parte II, "Planejamento Econômico para Gestores de Conservação", delineia o processo de planejamento econômico, permitindo que planejadores e gestores de conservação desenvolvam um maior entendimento a respeito do planejamento econômico e fiquem aptos para promover parcerias econômicas viáveis com comunidades ou operadores de turismo privados, bem como contribuir para a preparação de planos de negócios.

A maioria dos capítulos termina com uma seção de *Referências e Fontes*, que inclui publicações, organizações, instituições e web sites úteis para o aprofundamento desses temas.

Agradecimentos
Os autores são profundamente gratos pela valiosa contribuição de seus colegas na elaboração dos manuscritos anteriores. As contribuições de Jim Rieger e Connie Campbells foram muito valiosas. Jeffrey Parrish forneceu um excelente feedback, especialmente no capítulo que trata do Planejamento de Conservação de Sítios. Nossos agradecimentos especiais a Liz Boo, que forneceu um manuscrito original no qual os autores se basearam. Agradecemos também a: Marie Uehling, Bill Ulfelder, Andrew Soles, Eva Vilarrubi, Brad Northrup, Jill Bernier, John Finisdore, Patrícia Leon, Benson Venegas, Bruce Boggs, Jonathan Kerr, e Michelle Libby. Quaisquer erros aqui encontrados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Índice

Prefácio 3
Parte I: Introdução ao Ecoturismo 3
Introdução 13
Capítulo 1: O que é Ecoturismo? 15
Definição de Ecoturismo 15
Evolução do Ecoturismo 16
Termos Relacionados 18
Como Trabalhar com Ecoturismo 20
Referências e Fontes 20
Capítulo 2: Agentes do Ecoturismo 23
Principais Responsáveis pela Tomada de Decisões 23
Agentes de Apoio 27
Referências e Fontes 28
Capítulo 3: Ecoturismo e Áreas Protegidas 31
Introdução 31
O Papel do Ecoturismo 31
Oportunidades e Ameaças 32
Oportunidades Potenciais do Ecoturismo 34
Ameaças Potenciais do Turismo 39
Conclusão 41
Referências e Fontes 41
Capítulo 4: Ecoturismo e Comunidades Locais 43
Introdução 43
Definição de Comunidade 43
O Papel da Comunidade no Ecoturismo 43
Áreas Protegidas e Ecoturismo 44
Impactos Positivos Potenciais 45
Impactos Negativos Potenciais 45
Considerações Fundamentais para o Desenvolvimento do Ecoturismo no Plano da Comunidade 47
Conclusão 48
Referências e Fontes 49
Capítulo 5: Ecoturismo e ONGs 51
Introdução 51
O Papel das ONGs 51
Fontes 53
Capítulo 6: Ecoturismo e a Indústria do Turismo 55
Introdução 55
Os Elos da Cadeia de Turismo 56
Inclusão de Operadores de Turismo Privados no Processo de Planejamento 57
A Demanda pelo Turismo Voltado à Natureza 58
Referências e Fontes 58

Parte II: Planejamento e Gestão do Ecoturismo 59
Capítulo 1: Planejamento de Gestão do Ecoturismo: Visão Geral 61
Planejamento de Ecoturismo e Áreas Protegidas 61
O que é um Plano de Gestão de Ecoturismo? 62
Pré-requisitos de um Plano de Gestão de Ecoturismo 63
Financiamento do Plano 64
Quem Elabora um Plano de Gestão de Ecoturismo? 65
O que Vem a Seguir? 67
Fontes 67
Capítulo 2: Passo 1: Planejamento de Conservação de Sítios e Avaliação Preliminar de Sítios 69
Introdução 69
Planejamento de Conservação de Sítios 69
Avaliação de Estratégias Potenciais 71
Avaliação Preliminar de Sítios 71
Referências 72
Capítulo 3: Passo 2: Diagnóstico Completo do Sítio 73
Visão Geral do Conteúdo de um Plano de Gestão de Ecoturismo 73
Diagnóstico Completo do Sítio 74
O que é Necessário Saber 74
Questões para Orientar o Diagnóstico 75
Como Obter a Informação Diagnóstica 79
Organização da Informação Diagnóstica 81
Formalização do Conteúdo da Seção Diagnóstica 82
Referências 82
Capítulo 4: Passo 3: Análise de Dados e Preparação do Plano 83
Fase de Análise de Dados 83
Preparação do Plano 84
Dimensões de um PGE 86
Estrutura de um PGE 86
Publicação e Distribuição do Plano 90
Referências e Fontes 90
Capítulo 5: Passo 4: Implantação do Plano de Gestão 91
Fatores Relacionados ao Quadro de Pessoal 91
Fatores Programáticos 92
Planos dos Sítios 92
Análise do Principal Interessado 93
Implantação Adaptativa de Gestão 93
Referências e Fontes 93
Capítulo 6: Passo 5: Avaliação do Grau de Sucesso 95
Introdução 95
Cumprimento de Metas e Objetivos 96
Limites de Modificação Aceitáveis (LAC) 97
O Processo de Avaliação do Grau de Sucesso 97
Fontes 98
Glossário 99

Relações de Tabelas, Figuras e Quadros

Parte I

Tabela 1.1 Principais Destinações Turísticas nas Américas 16

Tabela 4.1 Impacto Potencial do Turismo nas Comunidades 44

Tabela 6.1 Destinações Mais Populares na América Latina 58

Figura 2.1 Parcerias Necessárias para o Sucesso do Ecoturismo 23

Figura 3.1 Ecoturismo como uma Oportunidade 34

Figura 3.2 Ameaças Potenciais do Turismo 39

Figura 4.1 Elementos Essenciais ao Ecoturismo no Contexto de uma Comunidade 44

Figura 6.1 Estrutura da Indústria do Turismo 56

Quadro 2.1 A Comunidade de Capirona, na Região Amazônica do Equador 24

Quadro 2.2 Quem é um Ecoturista? 27

Quadro 3.1 Lições do Parque Nacional de Galápagos, no Equador 33

Quadro 3.2 A Reserva de Aves Silvestres Point-A-Pierre (The Point-A-Pierre Wild Fowl Trust), em Trinidad 37

Quadro 3.3 Plano Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiana 38

Quadro 3.4 Impactos Ambientais do Turismo na Reserva Florestal de Kibale, em Uganda 39

Quadro 3.5 Instabilidade do Ecoturismo – África Central 40

Quadro 4.1 O Caso da Associação de Ecoturismo de Toledo, em Belize 48

Quadro 5.1 Desenvolvimento e Planejamento do Turismo com um Programa para Belize 52

Quadro 5.2 Associação ANAI, o Corredor Biológico de Talamanca, na Costa Rica 53

Parte II

Tabela 2.1 Estratégias-modelo de Ecoturismo para Lidar com as Pressões e Fontes Hipotéticas Visando a Conservação da Lowland Pine Savanna 66

Figura 1.1 Contexto de Planejamento para Áreas Protegidas 61
Figura 1.2 Quem Participa do Processo de Planejamento? 62
Figura 1.3 Fases do Processo de Planejamento para um Plano de Gestão de Ecoturismo 63
Figura 1.4 Principais Fatores Envolvidos na Tomada de Decisões para a Preparação de um Plano de Gestão 63
Figura 1.5 Fontes de apoio para Financiar um PGE 65
Figura 1.6 Visão Geral do Processo de Planejamento de Gestão e Desenvolvimento do Ecoturismo 66
Figura 3.1 Visão Geral do Processo de Planejamento de Gestão e Desenvolvimento 73
Figura 4.1 A Estrutura de um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE) 85
Figura 5.1 Check-list para a Implementação de um PGE 89

Quadro 2.1 Planejamento de Conservação de um Sítio 69
Quadro 2.2 Avaliação Preliminar de um Sítio 72
Quadro 3.1 Pesquisa de Visitação: Parque Nacional Sierra Del Lacandón, na Guatemala 78
Quadro 3.2 Diagnóstico Completo do Sítio no Parque Nacional Sierra Del Lacandón 79
Quadro 3.3 Consulta aos Principais Interessados no Parque Nacional de Sierra Del Lacandón 80
Quadro 3.4 Justificativa e Panorama do Ecoturismo 81
Quadro 4.1 Concepção do Ecoturismo no Parque Nacional Sierra Del Lacandón 85
Quadro 4.2 Objetivos do PGE do Parque Nacional Sierra Del Lacandón, na Guatemala 85
Quadro 4.3 Estratégias de Gestão do Ecoturismo 86
Quadro 4.4 Estrutura dos Subprogramas 86
Quadro 4.5 Critérios para a Definição de Objetivos 87
Quadro 4.6 Critérios para o Desenvolvimento de Atividades 87
Quadro 4.7 Check-list para o Planejamento Estratégico e Caderno de Recomendações do PGE 89

Parte I

Introdução ao Ecoturismo

Introdução

O primeiro volume desta série de manuais introduz o conceito de ecoturismo, apresenta seus agentes-chave, e fornece uma visão geral de seus papéis no planejamento e desenvolvimento do ecoturismo. A maioria dos capítulos contém exemplos ilustrativos nos quadros em destaque, e descreve como os conceitos discutidos no capítulo se manifestam em casos reais.

O Capítulo 1 fornece uma breve descrição de como e por que o ecoturismo evoluiu e o seu significado. A definição mais aceita de ecoturismo é apresentada juntamente com definições de outros termos relacionados ao tema. O Capítulo 2 contém uma descrição dos vários agentes envolvidos no desenvolvimento e na gestão do ecoturismo.

O Capítulo 3 descreve os papéis das áreas protegidas e seus gestores no desenvolvimento e na gestão do ecoturismo. Uma visão geral do papel que as comunidades desempenham no desenvolvimento e na gestão do ecoturismo pode ser encontrado no Capítulo 4, enquanto o Capítulo 5 descreve o papel que as ONGs desempenham no desenvolvimento e na gestão do ecoturismo com relação às áreas protegidas. O Capítulo 6 consiste de uma breve introdução à indústria do turismo, sua estrutura e seu papel no desenvolvimento do ecoturismo.

Ecoturistas explorando a Amazônia © Andy Drumm

Capítulo 1

O que é Ecoturismo?

Definição de Ecoturismo

Ecoturismo é um conceito relativamente novo, e, via de regra, ainda mal compreendido e mal utilizado. Algumas pessoas têm abusado desse termo para atrair viajantes conscientes da causa conservacionista para o que não passa, na realidade, de simples programas de turismo voltado à natureza que podem causar impactos ambientais e sociais negativos. Embora o termo tenha sido ouvido pela primeira vez na década de 80, a primeira definição largamente aceita, e que continua a ser uma definição concisa e válida, foi criada pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society - TIES) em 1990:

> *Viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população local.*

Da mesma forma que a consciência a respeito desse tipo de atividade e a experiência nessa área cresceram, também aumentou a necessidade de uma definição mais abrangente e detalhada. Mais recentemente (1999), Martha Honey propôs uma excelente versão, e mais detalhada:

> *Ecoturismo é a viagem para áreas geralmente protegidas, frágeis e intocadas,(geralmente) em pequena escala e que busca causar baixo impacto. Ajuda a educar o viajante; proporciona recursos para a conservação; beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o poder político das comunidades locais; e estimula o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos.*

O consenso, porém, se estabeleceu entre as organizações envolvidas com o ecoturismo (incluindo a The Nature Conservancy) em torno da definição adotada em 1996 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN - The International Union For Conservation of Nature and Natural Resources), que descreve o ecoturismo da seguinte forma:

> *Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento sócio-econômico ativo das populações locais.*

A The Nature Conservancy adotou o conceito de ecoturismo como um tipo de turismo cujo uso recomenda a seus parceiros na gestão da maioria das áreas protegidas, especialmente em parques nacionais e outras áreas com objetivos clara e rigorosamente conservacionistas. Para a The Nature Conservancy, o ecoturismo representa um excelente meio de beneficiar tanto a população local quanto a área protegida em questão. É um componente ideal para uma estratégia de desenvolvimento sustentável, na qual os recursos naturais possam ser utilizados como atrativos turísticos sem causar danos à área natural. Ferramenta importante para a gestão e o desenvolvimento de uma área protegida, o ecoturismo deve ser implantado de maneira flexível. Os seguintes elementos, porém, são cruciais para o êxito definitivo de uma iniciativa de ecoturismo. O ecoturismo deve:

- ter impacto mínimo sobre os recursos naturais de uma área protegida;
- envolver os principais interessados (indivíduos, comunidades, ecoturistas, operadores de turismo e instituições governamentais) nas fases de planejamento, desenvolvimento, implantação e monitoramento;
- respeitar culturas e tradições locais;
- gerar renda sustentável e eqüitativa para as comunidades locais e para tantos interessados quanto for possível, incluindo operadores de turismo privados;
- gerar renda para a conservação da área protegida; e
- promover a educação de todos os principais interessados no que diz respeito a seu papel na conservação.

Evolução do Ecoturismo

Ecoturismo é um conceito que evoluiu nos últimos 20 anos, sendo que a comunidade conservacionista, as pessoas que vivem dentro e no entorno de áreas protegidas, e a indústria do turismo testemunharam uma explosão no turismo voltado à natureza, e se deram conta de seus interesses mútuos em direcionar esse crescimento. O Ecoturismo trouxe a promessa de se alcançar metas conservacionistas, melhorando o bem-estar das comunidades locais e gerando novos negócios, assegurando, dessa forma, uma rara situação em que todos saem ganhando.

As relações entre conservacionistas, comunidades e profissionais do turismo nem sempre foram harmoniosas e cooperativas. O conceito e a prática do ecoturismo, porém, uniram esses diferentes agentes. O ecoturismo emergiu como uma plataforma para estabelecer parcerias e direcionar, em conjunto, os turistas que buscam experiências e conhecimentos a respeito de áreas naturais e culturas diferentes.

Conservacionistas e Ecoturismo

Esse novo interesse pelo ecoturismo foi motivado por circunstâncias específicas que afetam todos os lados envolvidos. No lado dos conservacionistas, os gestores de áreas protegidas estavam em meio à redefinição de estratégias para a conservação. Por razões de ordem prática, estavam aprendendo a combinar atividades conservacionistas com desenvolvimento econômico, uma vez que se tornou evidente que abordagens conservacionistas tradicionais calcadas em protecionismo rigoroso não eram mais adequadas, e que novas maneiras de se alcançar metas se tornavam necessárias (Brandon e col., 1998).

Durante anos, os conservacionistas estabeleceram e geriram áreas protegidas[1] por meio de uma colaboração mínima com as pessoas que viviam nessas áreas ou em seu entorno. As condições em muitos países, particularmente em regiões em desenvolvimento, mudaram drasticamente nos últimos anos e afetaram a abordagem da conservação.

Principais Interessados Locais e Ecoturismo

Nas últimas duas décadas, muitos países em desenvolvimento experimentaram grandes aumentos populacionais combinados com economias em declínio ou estagnadas. Esses países têm sido freqüentemente pressionados para explorar sua base de recursos naturais de forma não-sustentável a fim de fazer frente às suas necessidades econômicas imediatas e pagar os juros da dívida externa. Essa combinação leva mais pessoas a competir por recursos naturais cada vez mais escassos. Fora de áreas protegidas, os recursos naturais de que muitas pessoas dependiam para seu sustento, e com os quais muitas empresas contavam para obter lucro, desapareceram.

Tabela 1.1 Principais Destinações Turísticas nas Américas

País	Chegadas em 2000	% variação
1. Estados Unidos	52.690.000	+8,7
2. Canadá	20.423.000	+4,9
3. México	20.000.000	+5,0
4. Brasil	5.190.000	+1,6
5. Puerto Rico	3.094.000	+2,3
6. República Dominicana	2.977.000	+12,4
7. Chile	1.719.000	+6,0
8. Cuba	1.700.000	+8,9

fonte: Organização Mundial do turismo (World Tourism Organization), 2001

Para a maioria dos países, as áreas protegidas se tornaram os últimos e significativos pedaços de terra que ainda abrigam importantes reservas de biodiversidade, água, ar puro e outros serviços ecológicos. Enquanto isso, as áreas protegidas se tornaram cada vez mais atrativas para fazendeiros, mineradores, madeireiras e outros, todos buscando um meio de subsistência. As pressões do desenvolvimento econômico nessas áreas se intensificaram em escala local, nacional e global. Portanto, o ecoturismo se tornou extremamente importante para uma potencial reconciliação entre conservação e aspectos econômicos.

Devido a essa competição por recursos, os conservacionistas se deram conta de que as populações locais e as condições econômicas deveriam ser incorporadas em estratégias conservacionistas (Redford e Mansour, 1996). Na maioria dos casos, as populações locais necessitam de incentivo financeiro para o uso e o manejo dos recursos naturais de forma sustentável. As condições econômicas e políticas existentes geralmente

1 Neste documento, os termos "áreas protegidas" e "sítio" ou "sítio de ecoturismo" são usados de forma intercambiável. Uma área protegida, porém, geralmente se refere a uma extensão territorial razoavelmente grande, legalmente protegida, e geralmente administrada por um órgão governamental, ou cuja gestão tenha sido delegada ao setor privado ou a uma coalizão de interesses públicos e privados. Sítio e sítio de ecoturismo são termos mais genéricos, aplicáveis a qualquer extensão de terra ou água na qual o ecoturismo tenha lugar, e que esteja sendo gerida tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. O termo "sítio de visitação" se refere a locações relativamente pequenas nas quais o uso intensivo e o manejo ocorrem dentro de um contexto mais amplo de ecoturismo e conservação.

limitam suas opções e aumentam sua dependência de áreas naturais. O trabalho de conservação, em regra, implica a criação de alternativas para as práticas econômicas atuais, de modo que zonas de múltiplo uso no entorno de áreas protegidas possam ser mantidas e as ameaças a áreas protegidas minimizadas.

Na busca por atividades econômicas alternativas, os conservacionistas se tornaram mais criativos e estão explorando muitas opções. O ecoturismo é uma dessas alternativas. A motivação por trás do ecoturismo é a de que as empresas de turismo locais não destruiriam os recursos naturais, mas sim apoiariam sua proteção. O ecoturismo poderia oferecer uma estratégia viável para a geração de lucros concomitantemente com a conservação dos recursos. Também poderia ser considerado uma atividade "sustentável", que não degradaria os recursos naturais em uso, ao mesmo tempo em que geraria renda.

Indústria do Turismo e Ecoturismo

A expansão do turismo voltado à natureza levou à necessidade de se dar atenção aos impactos causados pela indústria. A crescente demanda por turismo voltado para a natureza acendeu o interesse dos gestores de áreas protegidas pela colocação do turismo em um contexto conservacionista. Os viajantes têm sido a força propulsora da evolução do ecoturismo. E o que causou essa explosão do turismo voltado à natureza? Em primeiro lugar, examinemos a situação da indústria do turismo em geral.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2001), o turismo mundial cresceu aproximadamente 7,4% em 2000 — a maior taxa de crescimento em cerca de uma década e quase o dobro do crescimento registrado em 1999. Mais de 698 milhões de pessoas viajaram para um país estrangeiro em 2000, gastando mais de US$ 476 bilhões, o que representa um crescimento de 4,5% em relação aos anos anteriores.

A indústria de viagens e turismo mantém 200 milhões de postos de trabalho em todo o mundo — 1 em cada 12,4 postos de trabalho. Até 2010, estima-se que esse número cresça para 250 milhões, ou 1 em cada 11 postos de trabalho (WTTC e WEFA, 2000).

O desenvolvimento mais rápido ocorre no Leste Asiático e no Pacífico, com uma taxa de crescimento de 14,5%. Nas Américas, a maior taxa de crescimento é registrada na América Central (+8,8%).

Não existe, atualmente, nenhuma iniciativa global para a coleta de dados relativos ao ecoturismo. Determinados indicadores mostram, porém, que o maior mercado de turismo voltado à natureza, do qual o ecoturismo é um segmento, está crescendo a uma velocidade maior que o mercado de turismo como um todo, particularmente na região tropical.

Ceballos-Lascuráin (1993) relata que a Organização Mundial do Turismo (World Tourism Organization - WTO) estima que o turismo gere 7% de todos os gastos com viagens internacionais. O World Resources Institute (WRI) descobriu que, enquanto o turismo como um todo vem crescendo a uma taxa anual de 4%, o turismo voltado à natureza vem crescendo a uma taxa anual situada entre 10% e 30% (Reingold, 1993). Os dados que corroboram essas taxas de crescimento são encontrados na pesquisa de Lew junto a quatro operadores de turismo na região da Ásia-Pacífico, que registraram taxas de crescimento anual de 10% a 25% nos últimos anos (Lew, 1997). Alguns outros indicadores desse crescimento são:

- A visitação à Reserva Marinha Hol Chan, em Belize, cresceu dois terços em um período de cinco anos, aumentando de 33.669 turistas em 1991 para 50.411 em 1996 (Departamento de Turismo de Belize, 1997).
- Mais de dois terços dos turistas na Costa Rica visitam áreas protegidas e reservas.
- Uma pesquisa junto aos operadores de turismo internacional baseados nos Estados Unidos mostra que o número de operadores cresceu em 820% entre 1970 e 1994, o que significa uma média de crescimento anual de 34% (Higgins, 1996).
- As destinações globais dos clientes dos operadores de turismo internacional baseados nos Estados Unidos eram as seguintes: América Central 39%, América do Sul 25%, América do Norte 18%, México e Caribe 5%, e outras regiões 13% (Higgins, 1996).
- O ecoturismo está crescendo a uma taxa anual de 10% a 15%, conforme estimativa do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel and Tourism Council – WTTC).[2]
- Muitos países cujos principais atrativos são constituídos de áreas naturais estão experimentando um expressivo crescimento com relação à chegada de turistas. Por exemplo, as chegadas na Costa Rica mais que quadruplicaram, passando de 246.737 em 1986 para 1.031.585 em 1999 (ICT, 2001). Belize

2 O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council - WTTC) é o Fórum Global das Empresas Líderes de Viagens e Turismo. Seus membros são os principais executivos de todos os setores da indústria de viagens e turismo, que inclui hospedagem, serviços de hotelaria, cruzeiros, entretenimentos, recreação, transporte e serviços relacionados a viagens. Seu principal papel é fazer lobby junto aos governos em nome da indústria.

experimentou um aumento de mais de 600% nas visitações, passando de 51.740 em 1986 para 334.699 dez anos depois (WTO, 1997).

- Em Honduras, os especialistas estimam que o número de visitantes amantes da natureza cresceu aproximadamente 15% (para um total de 200.000 turistas) em 1995; e um crescimento de 13% a 15% no número de visitantes foi previsto para 1996 (Dempsey, 1996).

Qual a razão para as pessoas se sentirem tão atraídas por destinações ecológicas? Mais provavelmente, essa tendência segue o aumento global do interesse pelo meio ambiente. À medida que mais pessoas ouvem falar da fragilidade do meio ambiente, elas se tornam mais conscientes das questões conservacionistas em todo o mundo. Em casa, estão dispostas a pagar mais por produtos e serviços "verdes", e estão adotando práticas especificamente conservacionistas, como a reciclagem, por exemplo. Para sua própria satisfação, querem aprender por experiência própria a respeito das espécies em perigo e dos hábitats ameaçados. Querem entender os complexos desafios da conservação da floresta tropical e os vivenciar diretamente.

Os viajantes estão procurando por destinações mais remotas. Querem fugir ao lugar-comum, querem ir ao coração da selva. Muitos deles estão se tornando ativistas. À medida que descobrem, por experiência própria, uma vasta área agreste ameaçada, e se tornam cientes de sua situação crítica, passam a querer ajudar. No que se refere à demanda, verifica-se um súbito aumento no número de turistas ecológicos em busca de novas oportunidades. Viajantes domésticos e internacionais estão buscando educação ambiental, estão dispostos a pagar taxas de ingresso e prontos a comprar produtos e serviços locais, o que pode fortalecer a economia local. Em suma, esses viajantes são o público ideal com quem tratar dos desafios da conservação de tais áreas.

Da mesma forma que seus interesses mudaram, os consumidores apresentaram novas exigências para a indústria do turismo, o que, por sua vez, encorajou essa indústria a se voltar para o "turismo verde", além de encorajar o ecoturismo. Os consumidores pedem novas destinações, novas maneiras de fazer negócios e, alguns deles, a oportunidade de contribuir para a gestão dos recursos naturais. E muitas empresas de viagens respondem a essas novas condições do mercado. Algumas oferecem menos férias na praia e mais caminhadas em regiões agrestes. Além disso, estão surgindo novas empresas dedicadas apenas às viagens ecológicas.

Essa tendência relativa à demanda estava destinada a coincidir com a tendência conservacionista em direção à efetiva integração com o desenvolvimento econômico. Quando pessoas de áreas de conservação, comunidades locais e o setor de viagens se cruzam, começam a falar sobre o ecoturismo como um meio de atingir seus interesses comuns. O ecoturismo une viajantes que buscam ajudar áreas protegidas a áreas protegidas que necessitam de ajuda.

Mas embora a combinação entre os conservacionistas e a indústria do turismo parecesse ideal, no princípio, não está sendo fácil estabelecer uma parceria entre eles. Cada um dos lados continua no longo processo de entender como o outro funciona, e todos estão aprendendo a incorporar novas atividades em seu trabalho. Os ecoviajantes — turistas ecológicos conscientes e sensíveis — constituem um segmento crescente do mercado de turismo voltado à natureza, que busca uma interação responsiva com comunidades anfitriãs de modo a contribuir para o desenvolvimento local sustentável. As comunidades locais, enquanto isso, esperam cada vez mais desempenhar um papel na gestão do turismo.

Termos Relacionados

Como uma palavra popular, o termo ecoturismo vem sendo usado livremente. Se implementado na íntegra, porém, é uma estratégia conservacionista extremamente importante para se alcançar o desenvolvimento sustentável.[3] Existe uma grande variedade de termos relacionados que estão freqüentemente ligados, e algumas vezes são confundidos com ecoturismo, incluindo os que se seguem.

Turismo Voltado à Natureza. É, simplesmente, o turismo baseado em visitação a áreas naturais. O turismo voltado à natureza está intimamente ligado ao ecoturismo, mas não envolve necessariamente conservação ou sustentabilidade. É o tipo de turismo que existe atualmente na maioria das áreas naturais antes que um plano tenha sido estabelecido e medidas de conservação tenham sido implantadas. Como vários elementos do ecoturismo estão integrados em um programa de turismo voltado à natureza, seus efeitos no meio ambiente podem mudar.

3 Desenvolvimento sustentável é definido no "Brundtland Report", *Our Common Future* ("Relatório Brundtland", Nosso Futuro Comum), como "desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p. 43).

Turismo Sustentável Voltado à Natureza. É uma atividade muito próxima do ecoturismo, mas não obedece a todos os critérios deste. Por exemplo, um teleférico ou bondinho que leve os visitantes através das copas das árvores de uma floresta tropical pode trazer benefícios para a conservação e educar os visitantes, mas como apresenta um alto grau de mecanização e, conseqüentemente, cria uma barreira entre o visitante e o ambiente natural, seria inapropriado descrever tal atividade como uma iniciativa de ecoturismo. Em áreas modificadas e com alto índice de visitação, o turismo sustentável voltado à natureza pode se constituir em uma atividade adequada. Por exemplo, a criação de "eco" resorts maiores pode não ser considerada como de baixo impacto se exigir a derrubada de quantidades significativas de vegetação nativa, mas pode contribuir financeiramente para a conservação e proporcionar educação a respeito da conservação.

A linha que separa o turismo sustentável voltado à natureza e o ecoturismo é tênue, porém, muito importante. Um projeto deve preencher todos os critérios necessários relacionados acima antes de poder ser definido com propriedade como ecoturismo. Projetos que deixem de obedecer a algum dos critérios não beneficiam verdadeiramente, em longo prazo, nem a conservação nem as pessoas neles envolvidas.

Turismo científico ou de estudo. É um tipo de turismo com objetivos especificamente investigativos. Projetos desse tipo são comuns em áreas naturais e sempre contribuem para sua conservação. Um exemplo de turismo científico ou de estudo são as viagens coordenadas pelo Earthwatch Institute. Algumas dessas viagens podem ser qualificadas como ecoturismo porque proporcionam informações a respeito da ecologia da área e, ao mesmo tempo, obedecem aos demais critérios do ecoturismo.

Turismo cultural, étnico ou de patrimônio cultural. Esse tipo de turismo se concentra nas tradições e nas populações locais como seu principal atrativo. Pode ser dividido em duas categorias: a primeira, e mais convencional, é aquela na qual os turistas conhecem a cultura por meio de museus e apresentações formais de música e danças em teatros, hotéis ou, ocasionalmente, nas próprias comunidades. Em muitas ocasiões, isso leva à "coisificação" da cultura à medida que esta se torna adaptada para o consumo turístico, o que sempre resulta em degradação das tradições culturais locais. A segunda categoria é mais antropológica e encerra uma forte motivação do visitante para o aprendizado da cultura nativa, mais que a simples apreciação de uma manifestação isolada dessa cultura. Por exemplo, há um crescente interesse no aprendizado de como as populações nativas utilizam os recursos naturais. O Cofan, do Equador, se especializou em ensinar aos visitantes o uso tradicional de suas plantas medicinais (Borman, 1995). Esse tipo de turismo se constitui sempre em um associado, ou em um elemento do ecoturismo.

É importante que o turismo cultural seja gerido em termos definidos pelas comunidades anfitriãs, e que haja monitoramento dos indicadores do impacto cultural desse tipo de turismo para assegurar que a visitação não desgaste os recursos culturais.

Turismo Verde / Sustentável. Refere-se a viagens que usam os recursos naturais de forma sensata. Turismo verde ou sustentável pode ser considerado como a mudança da indústria do turismo em direção ao "turismo verde". Exemplos disso incluem a indústria da aviação civil, que está se tornando mais eficiente, a indústria dos cruzeiros marítimos, que está reciclando seus dejetos, ou grandes cadeias de hotéis, que estão adotando normas ambientais. Os grandes hotéis descobriram que ao recomendar a seus hóspedes que reduzam o consumo de água, ou que não esperem que suas toalhas sejam trocadas todos os dias, não apenas conquistam uma imagem mais "verde" (o que é cada dia mais importante para os consumidores), como também reduzem seus custos operacionais. Portanto, o turismo verde é, claramente, uma proposição atraente para a indústria do turismo convencional.

Na verdade, reduzir o consumo de água do hotel em 15%, embora seja uma medida desejável e relativamente fácil de se adotar na maioria dos grandes hotéis, não é o suficiente para converter o hotel em uma operação sustentável. Sweeting e col. (1999) examinaram essa questão de maneira mais ampla e fizeram recomendações para reduzir o impacto do turismo convencional no meio ambiente. Embora a mudança da atual indústria do turismo de massa convencional em direção ao "turismo verde" vá produzir alguns benefícios, novos empreendimentos em áreas naturais, incluindo praias, precisam considerar o consumo de energia, o manejo de dejetos e a análise do meio ambiente ainda na fase de projeto, e não como uma reflexão tardia, se eles pretenderem ser realmente sustentáveis. O fato de grandes hotéis passarem a lavar toalhas em dias intercalados pode não ser o suficiente para proteger o lençol freático em uma região árida. A melhor opção, em primeiro lugar, pode ser evitar a construção de um hotel em uma área na qual os recursos hídricos são escassos.

Desenvolver uma indústria de turismo sustentável, ou verde, em todos os seus aspectos, é uma causa válida à medida que trabalha em prol da manutenção de áreas protegidas por meio do turismo. Na verdade, alguns podem argumentar que promover a sustentabilidade do turismo em geral seria uma missão conservacionista melhor que direcionar os esforços apenas para áreas protegidas. Para os propósitos atuais, porém, o foco será no desenvolvimento do ecoturismo, e a mudança do turismo convencional em direção ao "turismo verde" será abordada em publicações futuras, e por terceiros.

Pode ser mais fácil pensar no ecoturismo (que trabalha para proteger áreas naturais por meio do turismo) e no turismo sustentável (que trabalha para fazer com que a indústria do turismo como um todo se torne mais amigável com relação ao meio ambiente) como duas missões importantes, porém distintas.

Como Trabalhar com Ecoturismo

Uma visão abrangente a respeito de conservação está implícita na definição de ecoturismo, que incorpora elementos de participação da comunidade e desenvolvimento econômico, incluindo as muitas atividades e agentes que cumprem essa missão.

Existem muitas maneiras possíveis de o ecoturismo contribuir para a conservação. Primeira, o ecoturismo pode gerar fundos para áreas protegidas. Segundo, pode criar postos de trabalho para comunidades circunvizinhas, proporcionando, assim, incentivos econômicos para sustentar as áreas protegidas. Terceiro, pode promover educação ambiental para os visitantes. Quarto, pode fornecer justificativas para a declaração de áreas protegidas ou ampliar a ajuda para essas áreas. E, finalmente, os programas de ecoturismo objetivam limitar os impactos negativos dos turistas ecológicos.

Esses são os critérios estabelecidos para o ecoturismo. Eles proporcionam diretrizes úteis para a avaliação sobre em que momento o turismo voltado à natureza se torna ecoturismo. ***Mas essa avaliação não é simples***, nem é um exercício acadêmico ou semântico. Os planejadores e gestores de conservação só conseguirão atingir seus objetivos de longo prazo se fizerem um esforço para implementar o ecoturismo em locais apropriados e obedecerem a todos os seus critérios. Muitos desafios devem ser encarados ao se aplicar tais critérios a situações de campo práticas.

Na verdade, implementar diretrizes de ecoturismo é uma tarefa difícil e complexa. A recompensa por um trabalho bem feito, no entanto, é imensa. Avaliações sobre ecoturismo para um sítio em particular devem ser feitas dentro do contexto dos objetivos de conservação da área. Ao mesmo tempo em que os gestores e planejadores investigam impactos reais e potenciais do turismo, tanto positivos quanto negativos, não podem perder de vista os objetivos e funções da área protegida. Em alguns casos, impactos negativos do turismo precisam ser aceitos a fim de se obter os benefícios da conservação da área. Por exemplo, o turismo pode resultar em destruição da vegetação ao longo das trilhas, mas também pode possibilitar a contratação de mais guardas para aquela área protegida. A contratação de mais guardas para a área protegida pode ser mais importante para a conservação da área como um todo que uma vegetação intacta nas imediações das trilhas. Qualquer que seja a combinação de custos e benefícios, a questão essencial deve ser: "O turismo está promovendo a pauta de conservação da área em longo prazo?" Se a resposta for positiva, então provavelmente se trata de ecoturismo.

Como nota final à definição de ecoturismo, cabe acrescentar que esse tema é sempre discutido no contexto de áreas protegidas. Áreas protegidas, reservas particulares e reservas internacionais da biosfera já são designadas como unidades de conservação e oferecem os melhores campos para a promoção do ecoturismo.

Embora por vezes fraca, as estruturas legais e de gestão dessas áreas facilitam sua capacidade de colher os benefícios e minimizar os custos do ecoturismo. Mas o ecoturismo também pode ter lugar em áreas com um estado de conservação menos formal. De fato, pode haver casos nos quais o ecoturismo acabe por ajudar a estabelecer a status de área protegida em áreas ainda não formalmente declaradas como tal.

O restante deste volume e os volumes que se seguem, e que integram este manual, têm o objetivo de ajudar planejadores e gestores de áreas protegidas a adquirir conhecimentos especializados para navegar com êxito entre o que pode parecer ser objetivos conflitantes do ecoturismo.

Referências

Departamento de Turismo de Belize. 1998. Estatísticas de viagem e turismo de Belize 1997. Belize City, Belize: Departamento de Turismo de Belize.

Borman, R. 1995. La Comunidad Cofán de Zábalo. Torista Semam'ba — Una experiencia indígena com el ecoturismo. Em *Ecoturismo en el Ecudor. Trayectorias y desafíos,* X. Izko (ed.), 89-99. Colección Sistematización de Experiencias No. 1.

Berna, Suíça: DDA; Berna e Quito, Equador: INTERCOOPERATION; Quito: IUCN.

Brandon, K., K. Redford, e S. Sanderson (eds.). 1998. *Parks in Peril. People, politics and protected areas.* Washington D.C.: Island Press.

Ceballos-Lascuráin, H. 1993. Ecotourism as a worldwide phenomenon. Em *Ecotourism: A guide for planners and managers, Volume 1*, K. Lindberg e B. Hawkins (eds.), 12-14. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Higgins, B.R. 1996. The global structure of the nature tourism industry: Ecotourists, tour operators and local businesses. *Journal of Travel Research*, 35(2): 11 – 18.

ICT (Departamento de Recursos Naturales). 2001. *Tourism Statistical Pools.* www.tourism-costarica.com

IUCN-The World Conservation Union. 1997. *Resolutions and Recommendations.* World Conservation Congress, Montreal, Canada, 13-23 October 1996. p. 60.

Izko, X. (ed.). *Ecoturismo em el Ecuador. Trayectorias y desafios. Colección Sistematización de Experiencias No. 1.* Berna, Suíça: DDA; Berna e Quito, Equador: INTERCOOPERATION; Quito: IUCN.

Lew, A. 1997. *The ecotourism market in the Asia Pacific region: A survey of Asia Pacif and North American tour operators.* www.for.nau.edu/~alew/ecotsvy.html

Redford, K. e J. Mansour. 1996. *Traditional peoples and biodiversity conservation in large tropical landscapes.* Arlington, Virginia: América Verde Publications, The Nature Conservancy.

Reingold, L. 1993. Identifying the elusive tourist. Going Green: Um suplemento do *Tour and Travel News,* October, 25:36-37.

Sweeting, J., G. Bruner e A. Rosenfeld. 1999. *The green host effect, an integrated approach to sustainable tourism and resort development.* Washington D.C.: Conservation International.

Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED). 1987. *Our Common Future*, 43.

Organização Mundial do Turismo (WTO). 1997. *Tourism market trends.* Américas, 1997 Edition, Madri, Espanha.

Organização Mundial do Turismo (WTO). 2001. *Millenium tourism boom in 2000.* www.worldtourism.org/main/newsroom/Releases/more_releases/R0102001.html

WTTC e WEFA. 2000. *Tourism satellite accounting confirms travel and tourism as worlds foremost economic activity (Contabilidade satélite do turismo confirma viagens e turismo como a principal atividade econômica mundial).* www.wttc.org/press_centre/media_releases/new/000511tsafore-casts.htm

Fontes

Boo, L. 1998. *Ecotourism: A conservation strategy.* Documento não publicado, apresentado no Programa de Ecoturismo da The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Borja N.R., J. Pérez B., J. Bremner, e P. Ospina. 2000. *Parque Nacional Galápagos. Dinâmicas migratórias y sus efectos en el uso de los recursos naturales.* Fundación Natura, The Nature Conservancy, World Wildlife Fund - WWF, Quito, Equador.

Brandon, K. 1996. *Ecotourism and conservation: A review of key issues.* World Bank Environment Department Paper No. 033, Washington D.C.: Banco Mundial.

Ceballos-Lascuráin, H. 1996. T*ourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development.* Gland, Suíça: União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN); N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Honey, M. 1999. *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Washington D.C.: Island Press.

Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES). 1998. *Ecotourism statistical fact sheet.* N. Bennington, Vermont: Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES).

Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES)
ecomail@ecotourism.org www.ecotourism.org
A TIES é uma organização internacional dedicada a disseminar informações a respeito do ecoturismo. Seus 1.700 membros exercem mais de 55 profissões diferentes e vivem em mais de 70 diferentes países. A maior parte deles trabalha no setor turístico, estuda turismo, ou usa o turismo para apoiar a conservação de cenários naturais e manter o bem-estar das comunidades locais.

The Nature Conservancy. 2000. *The five-S framework for site conservation: A practioner´s handbook for site conservation planning and measuring conservation success (O modelo "five-S" para conservação de sítios: Um guia para o planejamento de conservação de sítios e avaliação do êxito da conservação).* Disponível no seguinte web site: www.conserveonline.org.

The Nature Conservancy's Ecotourism Program (O Programa de Ecoturismo da The Nature Conservancy) — www.nature.org/ecotourism

Planeta.com — EcoTravels in Latin America
www2.planeta.com/mader/ecotravel/ecotravel.html
Planeta.com é uma câmara de compensação para o ecoturismo aplicado. Fornece mais de 10.000 páginas de dados úteis e de relatórios completos e bem fundamentados, e hospeda uma ampla variedade de fóruns e conferências on-line.

Fontes de Estatísticas de Turismo

The ARA Consulting Group
The Marine Building
355 Burrand, Suite 350
Vancouver, British Columbia V6C 2G8 CANADA
Tel: 604-681-7577 Fax: 604-669-7390

Journal of Travel Research
University of Colorado Campus 420
Boulder, Colorado 80309 – 0420 USA
Tel: 303-492-8227 Fax: 303-492-3620

Tourism Works for America Council
1100 New York Avenue, NW, Suite 450
Washington, D.C. 20005-3934 USA
Tel: 202-408-8422 Fax: 202-408-1255

U.S. Travel Data Center at
the Travel Industry Association of America
1100 New York Avenue, NW # 450 West
Washington D.C. 20005-3934 USA
Tel: 202-408-1832 Fax: 202-293-3155

World Tourism Organization (WTO)
Capitán Haya, 42
28020 Madrid, SPAIN
Tel: 34-1-5687-8100 Fax: 34-1-571-3733
www.world-tourism.org

The World Travel & Tourism Council (WTTC)
1-2 Queen Victoria Terrace
Sovereign Court
London E1W 3HA UK
Tel: 44-870-727-9882 Fax: 44-870-728-9882
enquiries@wttc.org

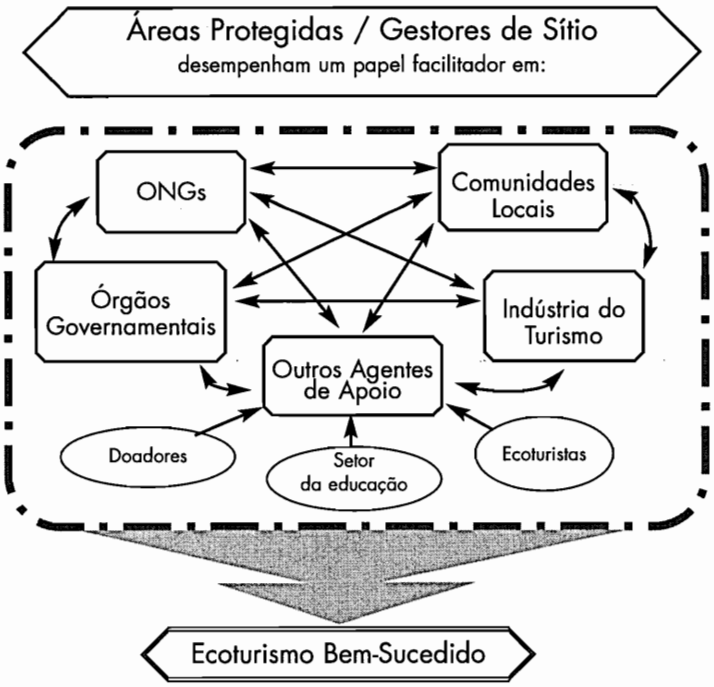
Capítulo 2
Agentes do Ecoturismo

Um amplo leque de agentes com interesses e objetivos variados participa do ecoturismo. Alguns desempenham papel mais importante que outros, mas quase todos são representados no desenvolvimento e na gestão dos sítios de ecoturismo. A chave para o sucesso do ecoturismo é a formação de sólidas parcerias, de modo que múltiplos objetivos de conservação e desenvolvimento eqüitativo possam ser alcançados (ver Figura 2.1). As parcerias podem ser difíceis devido ao número de agentes envolvidos e suas diferentes necessidades, mas é essencial que sejam forjadas. Os agentes-chave podem ser classificados como: pessoal das áreas protegidas, indivíduos e organizações da comunidade, membros do setor privado da indústria do turismo e um grande número de autoridades governamentais e organizações não-governamentais. Sua interação efetiva cria o verdadeiro ecoturismo.

Principais Responsáveis pela Tomada de Decisões

Gestores de áreas protegidas. O ecoturismo envolvendo áreas protegidas coloca os responsáveis por essas áreas em uma posição desafiadora. A equipe que trabalha em uma área protegida é, geralmente, constituída de biólogos, botânicos ou especialistas em vida silvestre, cujo trabalho consiste em proteger sítios marinhos e terrestres de grande relevância. Suas principais obrigações, via de regra, envolvem elaboração de inventários, manejo das populações de vida silvestre e manutenção das instalações de visitação. O verdadeiro ecoturismo, porém, requer que o quadro de pessoal das áreas protegidas esteja apto a trabalhar de perto, e com conhecimento de causa, com a população local e os líderes da comunidade, bem como com um grande número de representantes da indústria do turismo, incluindo operadores de turismo, agentes de viagem, guias turísticos, órgãos governamentais ligados ao

Figura 2.1 Parcerias Necessárias para o Sucesso do Ecoturismo



turismo e outros. O pessoal das áreas protegidas deve estar apto, também, a direcionar os interesses por vezes conflitantes de todos os agentes do ecoturismo, de modo que eles possam se unir em benefício das áreas protegidas e de seus objetivos de conservação. Essa é uma tarefa difícil, mas que não pode ser relegada para mais ninguém. Em alguns casos, porém, pode ser útil que as ONGs assumam esse papel, geralmente a pedido da administração da área protegida.

Os gestores de uma área protegida e sua equipe desempenham papéis cruciais no ecoturismo. Como principais autoridades no que diz respeito à flora e à fauna de sua respectiva área protegida, eles proporcionam um valioso input para a criação de programas de educação ambiental e sistemas de monitoramento de impacto. À frente da gestão, o quadro de pessoal das áreas protegidas é o primeiro a notar mudanças nos recursos naturais, tais como danos ao meio ambiente decorrentes do turismo.

Comunidades locais. Pessoas que vivem dentro ou no entorno de áreas protegidas não constituem um grupo homogêneo. Na verdade, mesmo dentro de uma pequena comunidade existirá uma diversidade de pessoas com uma série de opiniões e experiências. Mas

Quadro 2.1 A Comunidade de Capirona, na Região Amazônica do Equador

Este programa foi implantado em 1990 para desencorajar a intrusão de empreendimentos petrolíferos. Desde então, a operação do ecoturismo se expandiu não apenas como um meio eficaz de assegurar a autonomia do território nativo, mas também como um modelo para outras iniciativas de ecoturismo. Conhecido no mundo todo como um dos primeiros programas de ecoturismo baseado na comunidade (Colvin, 1994; Wesche, 1993, 1995), Capirona oferece acomodações simples em uma floresta tropical secundária juntamente com oportunidades de intercâmbio cultural. O território de Capirona cobre 2.000 hectares de terra, três quartos dos quais constituídos de florestas primárias intocadas, e o restante reservado para a agricultura pela comunidade de 70 famílias.

Existem três cabanas destinadas a alojamento na área central da comunidade. As cabañas são um misto de dormitório e salas duplas, com um total de 30 camas. Os hóspedes dividem duas baterias de chuveiros e vasos sanitários com descarga. O principal complexo turístico também inclui uma loja (na qual é possível comprar refrigerantes e artesanato), uma cabaña cozinha / sala de jantar, um teatro, uma quadra de voleibol, uma praia, uma estação de rádio receptora e transmissora, um poço, latrinas, duas grandes canoas a motor, duas pirogas a remo e várias trilhas para caminhada bem conservadas. Aqueles que desejam experimentar uma noite de aventuras na selva podem utilizar uma cabana muito mais rústica, localizada a uma distância de 45 minutos de caminhada. A comunidade tem planos para transformar essa acomodação rústica em uma cabana totalmente equipada em futuro próximo.

Toda estada na comunidade de Capirona inclui uma apresentação cultural de canções, danças, e a confecção de artesanato Quíchua em um teatro construído especialmente para essa finalidade. Nesse intercâmbio cultural, os visitantes são solicitados a demonstrar sua própria cultura por meio de canções, danças ou história. O programa de ecoturismo inclui caminhadas fáceis pela selva em meio a gigantescos seibos (Erythrina falcata) e coloridas árvores chamadas pau-mulato (Calycophyllum spruceanum), um observatório de pássaros, e uma caverna na qual se juntam animais para lamber os depósitos de sal lá existentes, e onde podem ser observadas criaturas noturnas. Juntamente com essas atividades se intercalam períodos de tempo livre durante os quais os turistas podem nadar no rio, jogar voleibol, bronzear-se na praia, explorar os caminhos que cercam a comunidade ou ler mais a respeito da história Quíchua. Os hóspedes são sempre incentivados a participar de um projeto de trabalho da comunidade. Cada visita a Capirona inclui uma excursão pela comunidade, excursão essa que inclui visitas às escolas, à capela e ao campo de futebol. Também podem ser degustadas amostras de chicha, uma aguardente tradicional da dieta Quíchua. Todos esses programas fazem parte de uma estada de três a seis noites.

Capirona é um programa de ecoturismo pertencente à comunidade, que faz rodízio entre os trabalhadores e administradores do projeto regularmente. Os quatro guias treinados dirigem as atividades dos visitantes, a interação com a comunidade e pedidos especiais. Capirona continuará a investir em seus recursos humanos por meio de cursos adicionais de formação de guias e capacitação suplementar para aqueles já envolvidos com o ecoturismo.

A ONG conservacionista local, Fundación Jatun Sacha, que tem uma estação de campo nas proximidades, trabalha com a comunidade para ajudar no treinamento de guias, e também envia estudantes equatorianos e estrangeiros para conhecer o exemplo de Capirona e avaliar como o turismo pode ser usado para proteger a natureza e a cultura locais.

A comunidade recebe cerca de 1.000 visitantes por ano e tem gerado receitas significativas que contribuem para o aumento da renda individual e familiar, e também para a criação de um fundo comunitário para saúde e educação. A fim de compensar impactos negativos potenciais e dividir os benefícios gerados pelo turismo com toda a comunidade Quíchua da região do Alto Napo, os líderes comunitários criaram uma rede de comunidades chamada RICANCIE (Red Indígena Comunitária Del Alto Napo de Convivência Intercultural y Ecoturismo), com base no modelo de Capirona. Atualmente, essa rede recebe clientes por meio de um escritório central na capital provincial de Tena.

(adaptado de Wesche e Drumm, 1999.)

algumas poucas generalizações podem ser feitas a respeito dos residentes locais e sua relação com o ecoturismo. Primeira, algumas comunidades rurais que já apresentaram um estilo de vida tranqüilo se encontram, agora, em meio a uma tendência internacional. Turistas ecológicos estão invadindo seu território, mas geralmente estão apenas de passagem pelas vizinhanças, e não vindo para se encontrar com os residentes locais.

Guias locais do Cofan dão explicações sobre o uso tradicional de plantas medicinais para ecoturistas europeus @ Andy Drumm

Os residentes reagem de diferentes formas a essa intrusão. Alguns não querem nenhum tipo de contato com os turistas; querem privacidade e não recebem bem as mudanças que o turismo traz. Outros ficam interessados no turismo e agem no sentido de desenvolvê-lo. O turismo pode se tornar especialmente sedutor se outras opções de emprego forem limitadas, ou se os residentes sentirem que ele pode ajudar a proteger seus preciosos recursos.

Muitas comunidades em países em desenvolvimento estão recebendo visitantes e criando programas de ecoturismo. Algumas vezes sua motivação reside em proteger os recursos naturais que as cercam. Já outras vêem o ecoturismo mais sob uma perspectiva econômica, como um meio de geração de renda. Muitas comunidades vêm organizando seus próprios programas de ecoturismo. O Quadro 2.1 descreve uma delas.

Qualquer que seja sua reação inicial ao ecoturismo, os residentes locais estão sempre despreparados para suas demandas. Aqueles que não desejam o turismo não possuem meios para detê-lo. Eles geralmente não têm condições de competir com a poderosa indústria do turismo ou com os ameaçadores viajantes independentes ávidos por descobrir novas áreas. Aqueles que estão interessados em promover o turismo podem não estar familiarizados com seus custos e benefícios. Muitos têm pouca experiência em empreendimentos turísticos e não estão ligados aos mercados internacionais de turismo.

Os interesses e preocupações dos residentes locais com relação ao desenvolvimento do turismo requerem atenção especial. O turismo, no seu aspecto mais econômico, atinge todos os outros grupos nele envolvidos profissionalmente. Também atinge a vida pessoal dos membros das comunidades, já que afeta seu modo de vida, suas tradições e cultura, bem como seu meio de subsistência e suas estruturas tradicionais de organização social e política. Além disso, a maior parte dos demais agentes ingressa no turismo voluntariamente, enquanto, em muitos casos, as comunidades precisam lidar com os impactos do turismo, quer seja essa sua opção ou não.

Os residentes locais desempenham um importante papel no ecoturismo por duas razões principais. Primeiro, porque são suas terras e locais de trabalho que estão atraindo viajantes ecológicos. Por uma questão de justiça e praticidade, é necessário que eles se tornem agentes ativos nas tomadas de decisões relativas ao planejamento e gestão do ecoturismo. Segundo, porque os residentes locais são agentes-chave na conservação dos recursos naturais, tanto dentro quanto no entorno das áreas protegidas circunvizinhas. Sua relação com os recursos naturais e os usos que fazem deles determinarão o êxito das estratégias de conservação para áreas protegidas. Além disso, o conhecimento local ou tradicional é sempre um componente-chave da experiência e da educação dos visitantes.

A indústria do turismo. A indústria do turismo é muito ampla e envolve uma grande variedade de pessoas, incluindo: operadores de turismo e agentes de viagens que organizam as viagens; empregados de

companhias aéreas e de navios de cruzeiro; motoristas de microônibus; empregados de grandes hotéis e pequenas pousadas familiares; artesãos; proprietários de restaurantes; guias turísticos; e todo tipo de pessoas que oferecem, de forma independente, bens e serviços aos turistas. A complexidade desse setor demonstra quão desafiador pode ser para o pessoal que trabalha em uma área protegida e para as comunidades locais aprender a respeito da indústria do turismo e formar parcerias com ela.

Os consumidores entram em contato com muitos membros da indústria do turismo durante suas viagens. Para fazer uma viagem internacional, o viajante geralmente faz o primeiro contato com um agente de viagens, um operador de turismo ou uma companhia aérea. O agente, via de regra, fará contato com um operador de turismo internacional baseado no país de origem do turista, o qual, por sua vez, fará contato com um operador de turismo doméstico baseado no país de destinação. O operador de turismo doméstico tem melhores condições de fazer os arranjos locais para a viagem, como transporte, acomodações e serviços de guia turístico. Uma vez que o viajante esteja em sua destinação, muitos empresários locais também se tornarão parte desse cenário.

Um elemento que une todas as atividades dentro da indústria do turismo é a busca de lucro financeiro. Podem existir outras motivações para algumas das atividades, especialmente para aquelas envolvidas com o ecoturismo, mas as empresas de turismo sobrevivem apenas quando são lucrativas.

Os integrantes da indústria do turismo são importantes para o ecoturismo por muitas razões. Primeiro, por conhecerem as tendências na área de viagens. Eles sabem como os consumidores agem e o que querem. Segundo, porque a indústria do turismo pode influenciar os viajantes, incentivando um comportamento adequado e limitando impactos negativos em áreas protegidas. Terceiro, porque a indústria do turismo desempenha um papel-chave na promoção do ecoturismo. Seus membros sabem como chegar aos viajantes por meio de publicações, da Internet, da mídia e por outras formas de promoções, proporcionando, assim, uma ligação entre as destinações de ecoturismo e os consumidores. Para uma análise mais detalhada da estrutura da indústria do ecoturismo veja Eagles e Higgins (1998).

Autoridades governamentais. As autoridades de muitos departamentos do governo participam do planejamento, desenvolvimento e gestão do ecoturismo. Esses departamentos incluem turismo, recursos naturais, vida silvestre e áreas protegidas, educação, desenvolvimento da comunidade, finanças e transporte. O ecoturismo envolve basicamente autoridades federais, embora autoridades regionais e locais também possam contribuir para o processo.

As autoridades governamentais têm várias funções importantes no ecoturismo. Elas proporcionam liderança, coordenam e articulam metas nacionais para o ecoturismo. Como parte de seu plano geral de turismo, dão um direcionamento para essa indústria, e podem até propor um plano nacional de ecoturismo. Na Austrália, por exemplo, o governo criou a Estratégia Nacional para o Ecoturismo e, então, destinou AUS$ 10 milhões para o seu desenvolvimento e implantação (Preece e col., 1995).

As autoridades governamentais federais também podem estabelecer políticas específicas para áreas protegidas. Por exemplo, são as autoridades governamentais que decidem sobre os sistemas de taxas de ingresso de visitantes em áreas protegidas, e suas políticas determinam que sistemas serão estabelecidos e como as receitas serão distribuídas. Podem também estabelecer práticas para o setor privado, tais como obrigar os operadores de turismo a utilizarem guias turísticos locais em certas áreas ou regulamentar os direitos de propriedade relativos aos bens dos empresários. As políticas governamentais direcionam as atividades do ecoturismo e podem, facilmente, impulsionar ou se constituir em um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Além disso, as autoridades governamentais são responsáveis pela infra-estrutura mais básica fora das áreas protegidas, que varia de instalações aeroportuárias em grandes cidades a estradas secundárias que conduzem a sítios remotos. O governo geralmente assume o comando de todos os maiores sistemas de transporte e assuntos a eles relacionados. Também fornece outros serviços importantes para o ecoturismo, como unidades hospitalares em áreas rurais.

Por fim, as autoridades governamentais promovem o ecoturismo. Algumas vezes essa promoção faz parte de uma campanha nacional de turismo. Em outras vezes, podem ser criadas campanhas publicitárias para sítios naturais específicos, ou então, uma espécie importante pode ser identificada e promovida. A participação do governo federal confere destaque e importância às destinações ecoturísticas.

Organizações não-governamentais. As organizações não-governamentais são agentes valiosos porque proporcionam um fórum para discussões relativas ao ecoturismo e influenciam tudo o que a ele se refere. Oferecem um meio de comunicação com grande número de pessoas interessadas, e podem atuar como um meio para unir todos os elementos do ecoturismo. As ONGs podem desempenhar muitos papéis na implementação do ecoturismo: diretamente, como gestores de programas ou administradores de sítios, e indiretamente, como instrutores, conselheiros, sócios comerciais de empresas de ecoturismo ou de comunidades e, em circunstâncias excepcionais, podem até mesmo fornecer serviços de ecoturismo.

Existem muitos tipos de diferentes organizações não-governamentais. Dentre elas, existem as associações turísticas lucrativas, constituídas de operadores de turismo privados, companhias aéreas e empresários do ramo hoteleiro; as associações de ecoturismo como as existentes em Belize, na Costa Rica, no Equador, etc., que juntam grupos de todos os setores envolvidos; e outras organizações comerciais que tratam de assuntos relativos a viagens. Essas ONGs geralmente têm membros que se encontram regularmente e divulgam matérias relativas à indústria por meio de publicações como boletins. Seus membros, via de regra, devem aceitar certos princípios ou "códigos de ética". Essas associações e organizações desempenham com muita eficiência o papel de manter a indústria informada a respeito de tendências e eventos atuais.

Um outro grupo de organizações não-governamentais envolvidas com ecoturismo inclui grupos privados, sem fins lucrativos, voltados para a conservação e o desenvolvimento, ou então, dedicados especificamente ao ecoturismo. Seu foco pode ser local, nacional ou internacional. Freqüentemente, tais organizações servem como facilitadores entre áreas protegidas, comunidades e todos os outros agentes do ecoturismo, por vezes fornecendo assistência financeira e técnica, ou gerindo diretamente sítios de ecoturismo. Algumas dessas ONGs possuem grupos de apoio que apreciam a natureza e podem estar interessados na educação e na promoção do ecoturismo.

Agentes de Apoio

Mantenedores. Muitos grupos podem obter fundos para o desenvolvimento do ecoturismo por meio de financiamentos ou doações: instituições financeiras, incluindo companhias de investimento; instituições doadoras bilaterais e multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento; investidores privados; fundos de

Quadro 2.2 Quem é um Ecoturista?

A Sociedade Internacional de Ecoturismo delineou o seguinte perfil de mercado do ecoturista em 1998, com base em uma pesquisa da North American travelers

Idade: entre 35 e 54 anos, embora a idade variasse conforme a atividade e outros fatores como custos.

Sexo: 50% dos entrevistados eram do sexo feminino e 50% do sexo masculino, embora tenham sido encontradas claras diferenças por atividade.

Educação: 82% dos entrevistados tinham grau superior completo. Uma mudança no interesse pelo ecoturismo foi encontrada entre aqueles que tinham um nível educacional superior e aqueles que não tinham, o que indica uma expansão do ecoturismo em direção aos mercados tradicionais.

Composição familiar: nenhuma diferença significativa foi encontrada entre turistas em geral e ecoturistas experientes.**

Composição do grupo: a maioria (60%) dos ecoturistas experientes entrevistados afirmou preferir viajar em casal; apenas 15% afirmou preferir viajar com a família e 13% afirmou preferir viajar sozinho.

Duração da viagem: o maior grupo de ecoturistas experientes (50%) prefere viagens com duração entre 8 e 14 dias.

Gastos: os ecoturistas experientes estavam dispostos a gastar mais que os turistas em geral; o maior grupo (26%) estava preparado para gastar de $1.001 a $1.500 por viagem.

Elementos importantes da viagem: as três principais respostas dos ecoturistas experientes foram: (1) cenários agrestes, (2) observação da flora e da fauna silvestres, e (3) caminhadas e trekking. As duas principais motivações dos ecoturistas experientes para fazer uma próxima viagem foram: (1) desfrutar o cenário e a natureza, e (2) novas experiências e novos lugares.

** Ecoturistas experientes = Turistas que já tenham feito ao menos uma viagem de "ecoturismo". Ecoturismo foi definido neste estudo como viagem voltada para a natureza, a aventura e a cultura.

(de Ecotourist Market Profile (Perfil de Mercado do Ecoturista) realizada pelas empresas de consultoria HLA e ARA; Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), 1998)

capital de risco como a EcoEnterprise Investment Fund; ONGs; e instituições bancárias privadas. Esses contribuintes freqüentemente têm uma importância crítica para as áreas protegidas que objetivam o ecoturismo. Sempre existem estudos a serem realizados, instalações a serem construídas, infra-estrutura a ser criada e pessoas a serem capacitadas. Tendo em vista os orçamentos tão limitados das áreas protegidas, torna-se necessária a captação de recursos externos.

Várias ONGs internacionais sediadas nos Estados Unidos e na Europa fornecem recursos e/ou assistência técnica para projetos de ecoturismo em países em desenvolvimento. Muitas delas utilizam recursos provenientes de agências governamentais como a USAID, GTZ e DFID, os departamentos governamentais de ajuda internacional dos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, respectivamente. A The Nature Conservancy, por meio de seu programa de Parques em Perigo (Parks in Peril program) financiado pela USAID, vem ajudando muitas ONGs locais a desenvolver projetos de ecoturismo ligados a áreas protegidas. A recentemente criada EcoEnterprise Fund também fornece recursos em condições favoráveis para propostas consistentes de projetos de ecoturismo (ver Volume II, Parte II).

As instituições financeiras geralmente não participam do planejamento de ecoturismo ou do processo de tomada de decisões a respeito de o que é apropriado para uma determinada área protegida. Nesse aspecto, elas podem ser consideradas como um participante de segunda linha no ecoturismo; não obstante, ainda assim são importantes. Para qualquer um que queira desenvolver o ecoturismo, o acesso aos recursos necessários é, em geral, o maior obstáculo a ser superado (ver Volume II, Parte II).

Professores universitários. Os professores universitários se constituem em outro grupo que desempenha um papel secundário, embora valioso, no planejamento e nas funções diárias do ecoturismo. É um grupo que ajuda a delinear a temática do ecoturismo e levanta questões de modo a assegurar que o ecoturismo atinja as metas estabelecidas. Os pesquisadores e professores facilitam o aprendizado ao formularem questões como: Quem, exatamente, está se beneficiando com o ecoturismo? Como esses benefícios podem ser mensurados? Como o ecoturismo contribui para o conhecimento atual do que seja conservação? Quais são as ligações entre ecoturismo e turismo? Os professores universitários podem se concentrar na situação como um todo e ajudar no entendimento de como o ecoturismo interage com outros conceitos e tendências globais.

Além de ajudar a moldar as hipóteses, os professores universitários fazem pesquisa. Em coordenação com ONGs, governos e comunidades locais eles podem:

- desenvolver e levar a cabo pesquisas, por exemplo, sobre as preferências dos visitantes, sua disposição para pagar, etc.;
- apresentar dados a respeito de padrões do turismo;
- catalogar a flora e a fauna;
- documentar os impactos do turismo e compartilhar os resultados para desenvolver uma boa base de informações;
- fornecer material para direcionar as discussões e conclusões sobre o ecoturismo; e
- facilitar o compartilhamento dessas informações e do pensamento conceitual por meio de conferências, de publicações, da Internet, etc.

Viajantes. Os viajantes ocupam uma posição única como agentes do ecoturismo. O Quadro 2.2 fornece um perfil dos ecoturistas. Eles são os agentes mais importantes da indústria e proporcionam motivação para as atividades de todos os demais, mas poucos participam de reuniões formais tendo como tema o ecoturismo. Contudo, as escolhas que fazem quando selecionam uma destinação turística, escolhem um operador de turismo ou um agente de viagens e, por fim, o tipo de excursão da qual desejam participar, têm um tremendo impacto no eventual êxito ou fracasso dos projetos de ecoturismo.

O ecoturismo, portanto, é uma atividade multifacetada, multidisciplinar e composta de múltiplos agentes, que requer comunicação e colaboração entre o variado leque de agentes com suas diferentes necessidades e interesses. Conseqüentemente, o ecoturismo é um processo desafiador cuja realização acaba por ser, ao final, imensamente gratificante para todos os nele envolvidos.

Referências

Colvin, J. 1994. Capirona: *A model of indigenous ecotourism.* Second Global Conference: Building a Sustainable World through Tourism. Montreal, Canadá.

Eagles, P. e B. Higgins. 1998. Ecotourism market and industry structure. Em *Ecotourism: A guide for planners and managers, Volume 2,* K. Lindberg, M. Epler Wood, e D. Engeldrum (eds.), 11-43. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES). 1998. *Ecotourism statistical fact sheet.* N. Bennington, Vermont: Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES).

Preece, N., P. van Oosterzee, e D. James. 1995. *Two way track: Biodiversity conservation and ecotourism.* Austrália: Department of Environment, Sport and Territories.

Wesche, R. 1993. Ecotourism and indigenous peoples in the resource frontier of the Ecuadorian Amazon. *Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers* 19:35-45.

Wesche, R. 1995. *The ecotourist's guide to the Ecuadorian Amazon: Napo Province.* Quito: CEPEIGE.

Wesche, R. e A.F. Drumm. 1999. *Defending our rainforest: A guide to community-based ecotourism in the Ecuadorian Amazon.* Quito, Equador. Acción Amazônia.

Fontes

DFID. 1999. Changing the nature of tourism. *Developing an agenda for action,* Londres: DFID.

Honey, M. 1999. *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Washington D.C.: Island Press.

Lindberg, K. 1991. *Policies for maximizing nature tourism's ecological and economic benefits.* Washington D. C.: World Resources Institute.

Lindberg, K. e J. Enriquez. 1994. *An Analysis of ecotourism's economic contribution to conservation and development in Belize.* Washington D.C.: World Wildlife Fund-WWF.

Lindberg, K., M. Epler Wood, e D. Engeldrum (eds.), 1998. *Ecotourism: A guide for planners and managers,* Volume 2. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Associación Ecuatoriana de Ecoturismo (ASEC)
Calle Victor Hugo E10-111 y Isla Pinzón
Ciudadela Jipijapa
Quito, ECUADOR
Tel: 245-055 e 466-295
asec@acessinter.net
www.planeta.com/ecotravel/south/ecuador/asec.html
A Associação Equatoriana de Ecoturismo reúne empresas de turismo privadas e ONGs, universidades e organizações baseadas na comunidade para promover o desenvolvimento do ecoturismo.

Associación Mexicana de Turismo de Aventura y Ecoturismo (Mexican Association of Adventure Travel and Ecotourism – Amtave)
Cidade do México, MÉXICO
Tel: 52-5-663-5381 info@amtave.com
www.amtave.com
Grupo de aproximadamente 50 fornecedores de viagens com diversas interpretações sobre ecoturismo. O grupo foi formado em 1994 para ajudar seus membros a promover serviços turísticos alternativos.

Conservation International – EcoTravel Center
www.ecotour.org/ecotour.htm
Grupo ambientalista sediado em Washington DC que desenvolve vários projetos de ecoturismo na América Latina, e patrocina o "Ecotourism Excellence Award", um prêmio de excelência em ecoturismo em nível global.

Department for International Development (DFID)
O DFID é um órgão governamental do Reino Unido responsável pela gestão dos programas britânicos de ajuda ao desenvolvimento e por assegurar que as políticas governamentais que afetam os países em desenvolvimento, incluindo o meio ambiente, o comércio, políticas de investimento e agricultura, levem em consideração as questões dos países em desenvolvimento.

Departamento de Recursos Naturales / ICT
(Costa Rican Tourism Institute)
San Jose, COSTA RICA
Tel: 506-223-1733, ramal 328
info@turismo-sostenible.co.cr www.turismo-sostenible.co.cr
Órgão governamental da Costa Rica que está desenvolvendo padrões para certificação de hotéis "verdes".

The EcoEnterprises Fund
www.ecoenterprisesfund.com
www.fondoecoempresas.com
O Fundo, uma iniciativa conjunta da The Nature Conservancy e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, usa as ferramentas e princípios do capital de risco para proteger áreas naturais na América Latina e no Caribe. É um fundo de risco para a natureza que reúne empreendimentos e conservação.

Kiskeya
P.O. Box 109-Z
Zona Colonial
Santo Domingo, REP. DOMINICANA
Tel: 1-809-537 89 77
kad@kiskeya-alternative.org
www.kiskeya-alternative.org/cangonet/
Organização empresarial voltada para o ecoturismo bem como para danças nativas. Atua mais no Caribe.

Organization of American States – Tourism Unit
www.oas.org/tourism
Grupo multinacional encarregado de promover tanto o turismo quanto o desenvolvimento da região.

USAID
www.usaid.gov/
A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é a agência governamental norte-americana responsável pela ajuda internacional. A The Nature Conservancy, a USAID e outros parceiros no Caribe e na América Latina desenvolvem o programa Parques em Perigo (Parks in Peril program), um esforço emergencial para salvaguardar as áreas naturais mais importantes e ameaçadas da região tropical, tais como florestas nubladas ou florestas tropicais de alturas, florestas tropicais e savanas. Por meio do sistema de gestão local implantado em 37 áreas críticas desde 1990, o programa Parques em Perigo protege mais de 11 milhões de hectares em 15 países.
www.parksinperil.org

Capítulo 3

Ecoturismo e Áreas Protegidas

Introdução

Por definição, ecoturismo se refere a viagens e visitação a áreas naturais, lugares nos quais a natureza ainda existe em estado relativamente intocado. Em um mundo no qual a pressão populacional e o crescente consumo de recursos está depositando uma grande demanda sobre a base de recursos naturais, torna-se cada vez mais difícil encontrar áreas naturais. Ao mesmo tempo, nosso patrimônio cultural global está ameaçado, tornando cada vez mais difícil aprender com outras culturas e permanecer em contato com as raízes culturais em todo o mundo. Atualmente, as áreas naturais remanescentes estão, em sua maioria, protegidas de alguma forma. Atrativos ecoturísticos, quer se constituam de observação da flora e da fauna silvestres, quer se tratem de paisagens naturais de beleza excepcional, tendem a ser encontrados nessas áreas naturais protegidas.

As áreas protegidas começaram a surgir no século IXX, principalmente como uma resposta a essas pressões. Por "área protegida" se entende um pedaço de terra (ou uma extensão de água) com s seguintes características:

1. A área tem limites definidos.

2. A área é gerida e protegida por um indivíduo ou entidade identificáveis, geralmente um órgão governamental. Cada vez mais, no entanto, os governos estão delegando a responsabilidade pelas áreas protegidas para outras entidades, que podem ser privadas, públicas ou mistas, ou seja, uma combinação de ambas

3. A área tem objetivos conservacionistas estabelecidos que sua gestão busca alcançar.

O rápido crescimento do número e da extensão territorial das áreas protegidas ocorrido desde a década de 60 coincide com o mais rápido crescimento das pressões acima citadas. Tradicionalmente, as áreas protegidas são resguardadas e geridas por autoridades governamentais para proteger espécies em risco de extinção ou exemplos de excepcional beleza cênica. Em grande parte do hemisfério sul, pressões econômicas no orçamento dos governos, tendências globais em direção à descentralização, e uma sociedade que valoriza cada vez mais o papel da participação não-governamental são fatores que vêm causando profundas mudanças na maneira pela qual as áreas protegidas são administradas e geridas.

Tais mudanças se manifestam de duas formas principais:

1. Espera-se cada vez mais que as áreas protegidas gerem parte dos recursos necessários para sua própria gestão.

2. Muitas outras organizações, tanto privadas quanto públicas, estão começando a se envolver com a gestão e conservação de áreas protegidas, tanto em parceria com os tradicionais órgãos governamentais responsáveis por elas quanto por meio da gestão de suas próprias áreas protegidas.

Uma responsabilidade extra dos gestores de parques é levar a causa da conservação às pessoas. Sem um grupo de apoio à causa da conservação não se alcançará o êxito no final. Esse grupo pode ser local, nacional e internacional. O ecoturismo é um elemento crucial para se alcançar esse objetivo, e não apenas uma fonte de recursos para a conservação. A ligação entre o ecoturismo e as áreas protegidas é, portanto, inevitável e profunda.

O Papel do Ecoturismo

Turismo e Ecoturismo são, via de regra, parte da estratégia de gestão para uma área protegida. A intensidade com que se busca atividades turísticas depende da prioridade a elas concedida pelos gestores da área, que, por sua vez, devem ser guiados por um documento de planejamento elaborado para essa finalidade. O documento de planejamento (ou plano de gestão) deve ser o resultado de uma avaliação abrangente da base de recursos naturais e culturais da área. Ele

determina as pressões, suas fontes e as ameaças reais à integridade do patrimônio natural e cultural da área, bem como as estratégias para reduzir tais ameaças. O plano deve definir os objetivos de gestão em longo prazo da área e um esquema de zoneamento que identifique em que locais determinadas atividades podem ocorrer (ver Parte II, Capítulo IV).

O que existe hoje é a junção de duas diferentes forças para criar uma relação de simbiose, na qual o ecoturismo precisa das áreas protegidas e estas precisam do ecoturismo.

O ecoturismo está sendo considerado cada vez mais como uma estratégia de gestão para áreas protegidas, estratégia essa que, se implementada de forma apropriada, constitui uma atividade sustentável ideal. Ela é destinada a:

- causar um mínimo impacto no ecossistema;
- contribuir economicamente para as comunidades locais;
- respeitar as culturas locais;
- ser desenvolvida por meio de processos participativos que envolvam todos os interessados; e
- ser monitorada a fim de se detectar impactos positivos e negativos.

Há muitas razões relevantes pelas quais conservacionistas e gestores de áreas protegidas consideram o ecoturismo como um instrumento de gestão de áreas protegidas (ver o caso das Ilhas Galápagos, no Quadro 3.1). Tais razões incluem o seguinte:

1. O turismo convencional surge, por vezes, como uma fonte de preocupações com relação à biodiversidade de uma área protegida. Em outros casos, o ecoturismo pode ser considerado como uma estratégia adequada para enfrentar ameaças às metas conservacionistas. Os turistas ecológicos estão, atualmente, indo em número cada vez maior para áreas protegidas. Os gestores de tais áreas, no mínimo, devem controlar os impactos negativos desse tipo de turismo. Mesmo que não sejam criados centros de visitação bem estruturados e grandes pólos turísticos, deve-se adotar medidas para assegurar que esse crescente número de visitantes não cause impacto negativo nos valores da biodiversidade de uma área protegida. Essas medidas incluem um maior número de pessoas trabalhando nessas áreas, o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e o aperfeiçoamento dos esforços para a educação ambiental. A gestão dos visitantes e a minimização de impactos é uma responsabilidade básica dos gestores de áreas protegidas.

2. O ecoturismo pode trazer benefícios econômicos para áreas protegidas. Visitantes que não têm um local efetuar gastos se constituem em oportunidades perdidas. Centenas de milhares de dólares de receita potencial se perdem atualmente, receitas essas que poderiam reverter tanto para os gestores de áreas protegidas quanto para as comunidades locais, devido ao fato de os turistas não terem oportunidades adequadas para pagar taxas e adquirir bens e serviços.

3. Adequadamente implementado, o ecoturismo pode se tornar um importante estímulo para melhorar o relacionamento entre as comunidades locais e as administrações de áreas protegidas. Esse relacionamento talvez seja o aspecto mais difícil do ecoturismo, uma vez que envolve níveis de comunicação e de confiança entre diferentes culturas e perspectivas que são, tradicionalmente, muito difíceis de serem alcançados.

4. O ecoturismo pode proporcionar uma opção melhor para as área naturais que outras atividades econômicas com ele incompatíveis. Muitas áreas naturais estão ameaçadas e precisam ser fortalecidas para que possam sobreviver; o ecoturismo pode ajudar a proteger algumas delas de tais ameaças e de usos inadequados da terra. Um programa de ecoturismo bem sucedido pode, por exemplo, impedir a implementação de serviços de corte e transporte de madeira em uma área por meio da geração de receitas maiores, especialmente se considerado no longo prazo.

5. A implementação do ecoturismo em áreas protegidas demonstra que ele não precisa se constituir em um tipo de turismo de massa destrutivo. Demonstra, ao contrário, que mesmo dentro do meio ambiente frágil de uma área protegida, o desenvolvimento sustentável pode dar bons resultados.

Oportunidades e Ameaças

O turismo apresenta uma combinação de oportunidades e ameaças para as áreas protegidas. Já o ecoturismo busca aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças. Se uma oportunidade se concretiza, nesse caso ela se torna um benefício. Se uma ameaça não é evitada, então ela se torna um custo. Não existem benefícios

Quadro 3.1 Lições do Parque Nacional de Galápagos, no Equador

O Parque Nacional de Galápagos está localizado nas Ilhas Galápagos, sobre a linha do equador, a cerca de 1.000 km da costa do Equador. Tanto o parque nacional terrestre quanto a Reserva Marinha de Galápagos são internacionalmente reconhecidos por seus extraordinários ecossistemas, seu invulgar estado de conservação, a facilidade com que se pode observar o processo evolucionário naquele local, sua rica biodiversidade e o alto nível de endemia de sua flora e suas espécies animais.

Embora o parque nacional tenha sido criado em 1959, uma administração ativa do parque e o turismo organizado não se iniciaram até 1968. Tanto os administradores do parque quanto os representantes da indústria do turismo perceberam, rapidamente, que se não trabalhassem juntos para assegurar que o turismo se desse de forma responsável, as características ímpares do ecossistema de Galápagos poderiam ser extremamente degradadas. Em 1974 foi preparado um plano de gestão abrangente para o parque, que incluiu uma relação de sítios de visitação aprovados e um sistema de zoneamento que determina em que locais o turismo (e outras atividades) podem ocorrer.

O serviço do parque, em conjunto com a Estação de Pesquisa Charles Darwin (Charles Darwin Research Station – CDRS), instituiu um sistema de guias naturalistas em 1975. Todos os grupos de turismo devem viajar acompanhados por um guia, e todos os guias devem passar por um treinamento para receber uma licença para trabalhar no parque. Essa exigência encorajou muitos residentes locais a se envolver com o turismo, e, por meio do treinamento e de suas experiências no parque, a valorizar cada vez mais a conservação dos recursos do parque e da reserva. O sistema de guias também ajudou a aplicar os regulamentos do parque e a aumentar a presença da gestão do parque em seus 7.000 km2 de território. Os guias também se constituem em um meio de assegurar que os visitantes se tornem conscientes do incrível valor que as Ilhas Galápagos representam para a conservação.

O primeiro plano de gestão estabeleceu uma capacidade máxima de 12.000 visitantes por ano para o parque, um número que foi logo ultrapassado à medida que o turismo aumentou rapidamente para seu nível atual de cerca de 66.000 visitantes por ano (Benitez, 2001). Embora muitos esforços venham sendo feitos ao longo dos anos para estabelecer uma capacidade de carga para o parque, está sendo difícil impor limites devido à complexidade e ao número de fatores que contribuem para o turismo no Parque Nacional de Galápagos. Gradualmente, está se tornando evidente que gerir os sítios individuais de visitação conforme sua capacidade individual, bem como monitorar ostensivamente os impactos da visitação são meios mais eficazes de gerenciar os números do turismo. As autoridades do parque organizam os itinerários dos barcos de modo a assegurar que o número de visitantes fique dentro dos limites estabelecidos para os sítios de visitação.

A taxa de ingresso original de US$ 6 custa, atualmente, US$ 100. Essa medida não reduziu o fluxo de visitantes para a ilha, mas permitiu ao governo equatoriano manter uma parcela maior dos gastos dos turistas no próprio parque. Durante muitos anos, toda a renda gerada pelo Parque Nacional de Galápagos revertia para o tesouro nacional. Com a criação da Reserva Marinha e o conseqüente aumento de responsabilidade de proteger áreas marinhas das Ilhas Galápagos, o que não poderia ser feito sem o apoio e a participação de diversas entidades governamentais, as receitas geradas pelas taxas de ingresso estão sendo, atualmente, divididas entre o parque nacional, as comunidades locais, o CDRS e outros órgãos governamentais. Espera-se que essa distribuição de fundos gere uma abordagem mais holística com relação à proteção ambiental nas Ilhas Galápagos.

Recentemente, a pesca ilegal na reserva marinha criou um grande conflito entre conservacionistas e os interesses na exploração dos recursos. Os vários interessados, liderados pelo parque e pelo CDRS, estabeleceram um processo para a solução do conflito e um planejamento participativo para o sistema marinho denominado Gestão Participativa (Benitez, 2001). Os principais interessados se sentaram à mesa de negociações e chegaram a conclusões a respeito do volume de pesca, locais de pesca e outros assuntos correlatos. Seus primeiros esforços levaram à promulgação de uma Lei Especial para Galápagos em 1998, o que ajudou a solucionar muitas questões relacionadas à reserva marinha bem como ao turismo nas ilhas. Muitos conflitos poderiam ter sido evitados se a Gestão Participativa houvesse sido implantada desde o início do turismo na região.

O turismo nas Ilhas Galápagos começou quando o "ecoturismo" ainda não existia. Contudo, por meio de tentativa e erro, os gestores do parque e os representantes da indústria do turismo gradualmente criaram uma situação que se aproxima muito do que o ecoturismo representa: benefícios para a comunidade, para o setor privado e para a conservação; educação dos visitantes; sustentabilidade econômica para o parque nacional; e gestão do impacto da visitação. Não está sendo fácil, nem a situação atual é perfeita. Foi criado, porém, um importante grupo de interesses diversificados, o que assegurará que as qualidades ímpares das Ilhas Galápagos continuem a ser protegidas.

automáticos associados ao ecoturismo; o êxito depende de bom planejamento e de boa gestão. Se planejados de forma negligente ou mal implementados, os projetos de ecoturismo podem, facilmente, tornar-se projetos de turismo convencional, com todos os impactos negativos associados a esse tipo de turismo.

Figura 3.1 Ecoturismo como uma Oportunidade

Oportunidades e ameaças, e, conseqüentemente, benefícios e custos, variarão de situação para situação, de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo dentro de cada grupo. O que representa benefícios para um grupo pode se constituir em custos para outro. A determinação de quais oportunidades devem ser buscadas e quais ameaças devem ser suprimidas são decisões que podem ser tomadas de forma mais eficaz se esse processo envolver todos os interessados no projeto. O estabelecimento do grau de importância de cada benefício é parte do compromisso envolvido em um processo de planejamento de ecoturismo.

O conjunto total de oportunidades e ameaças do ecoturismo não se aplica a todas as áreas protegidas. Por exemplo, em uma área protegida que atraia basicamente visitantes domésticos, as oportunidades de geração de divisas estrangeiras são limitadas, mas podem existir boas oportunidades de elevar o nível de consciência a respeito da conservação do meio ambiente no âmbito local. A degradação do meio ambiente variará de acordo com a fragilidade dos recursos naturais e o tipo de atividades permitidas. As condições de cada área protegida criam um conjunto específico de oportunidades e ameaças.

O restante deste capítulo identifica e descreve as oportunidades e ameaças que o desenvolvimento do turismo representa para uma área protegida.

Oportunidades Potenciais do Ecoturismo

Geração de Renda

O aporte de recursos para as áreas protegidas é a maior preocupação dos conservacionistas. Os recursos governamentais disponíveis para as áreas protegidas vêm diminuindo globalmente, e muitas áreas naturais não conseguirão sobreviver sem novas fontes de renda. O turismo oferece oportunidades de geração de renda de diversas maneiras, tais como, cobrança de ingressos, taxas de uso, concessões para o setor privado e doações. Novos recursos permitem que os gestores de áreas protegidas lidem melhor com os turistas e se mantenham firmes contra outras ameaças.

Taxas de ingresso ou taxas de uso são cobradas diretamente dos visitantes para conhecer uma área. Recolhidas logo na entrada, as taxas de ingresso podem ser estruturadas de diversas maneiras. Em alguns casos é cobrada uma taxa fixa. Em outros casos, estabelecem-se sistemas de taxas múltiplas, com várias taxas para diferentes tipos de usuários. Em geral, turistas estrangeiros pagam uma taxa maior que os visitantes locais. Outras taxas são cobradas dos usuários para atividades específicas ou para a utilização de equipamentos especiais em uma área protegida, como ligação de energia elétrica caso o visitante vá acampar ou diversas taxas de aluguel de equipamentos.

Concessões para o setor privado incluem lanchonetes, restaurantes, hotéis ou pousadas, lojas de presentes, aluguel de barcos e guias turísticos. Tudo isso pode ser de propriedade de ou gerido por particulares, sendo uma parte dos lucros destinada à área protegida. Esse sistema é benéfico porque reduz responsabilidades comerciais que, de outro modo, seriam atribuídas ao quadro de pessoal das áreas protegidas, geralmente sem treinamento para assumi-las, ou mesmo interesse em fazê-lo. As concessões permitem que as áreas protegidas se beneficiem da energia e dos lucros dos empreendimentos do setor privado, porém, devem ser negociadas visando o benefício em longo prazo das áreas protegidas, e devem ser monitorados cuidadosamente. Esse monitoramento assegura, por exemplo, que as concessionárias realizem de fato serviços cuja responsabilidade lhes foi atribuída, tais como, coleta de lixo, manutenção de trilhas, etc.

Doações podem ser solicitadas por meio de uma simples caixa colocada na entrada, ou então, por meio de uma campanha mais sofisticada, como um programa do tipo "adote uma espécie em extinção". Áreas protegidas com espécies ameaçadas ou flora e fauna sui

generis podem solicitar ajuda financeira para mantê-las. Os visitantes que acabaram de passar por uma fascinante experiência na natureza são o público perfeito para esse tipo de apelo. Muitas áreas protegidas registram uma alta taxa de êxito com o estabelecimento de programas de doação para campanhas específicas. Por exemplo, a Fundación Natura, na Colômbia, e a ANCON, no Panamá, possuem programas muito bem sucedidos com o tema "adote um hectare". O Parque Nacional das Ilhas Galápagos também possui um programa muito bem sucedido denominado "Amigos de Galápagos". Tais programas e recursos deveriam se tornar parte integrante de qualquer programa de ecoturismo para uma área protegida. Os ecoturistas querem contribuir para a conservação; não vamos negar a eles essa oportunidade!

Existem muitas outras maneiras pelas quais o turismo pode gerar renda para áreas protegidas. As visitações podem ser "virtuais", por exemplo, por meio da visita a um web site desenvolvido para uma área protegida. Nessa forma de visitação virtual, a solicitação de doações pode atingir um público muito maior. Para algumas áreas protegidas o turismo pode se tornar a fonte primária de geração de renda. Para outras, representará apenas uma das muitas fontes de contribuição financeira. Mas para quase todas as áreas protegidas, os visitantes devem ser considerados como uma fonte de renda disponível e facilmente acessível, que deve ser explorada de maneira eqüitativa para propiciar sustentabilidade de longo prazo e incentivar o retorno dos visitantes.

Um aspecto essencial é assegurar que a renda gerada pelo turismo permaneça na área protegida e seja utilizada para sua conservação. Para obter mais informações a respeito deste tópico, consulte o Volume II, Parte I, Capítulo 5, "Mecanismos de Geração de Renda".

Criação de Postos de Trabalho

Novos postos de trabalho são sempre citados como um dos maiores benefícios do turismo. As áreas protegidas podem contratar novos guias, guardas, pesquisadores ou gestores para atender as crescentes demandas do turismo. Nas comunidades circunvizinhas, os residentes podem conseguir emprego como motoristas de táxi, guias turísticos, donos de hotéis ou pousadas, ou artesãos, ou podem, ainda, participar de outros empreendimentos turísticos.

Além disso, outros tipos de postos de trabalho podem ser criados indiretamente por meio do turismo. Podem ser necessários mais assentadores de tijolos para a construção, mais hortaliças para novos restaurantes, mais tecidos para a fabricação de suvenires. À medida que o turismo cresce, seu crescimento promove a melhoria de muitas fontes de emprego.

Em alguns casos, os residentes da comunidade são bons candidatos para os postos de trabalho criados pelo turismo porque conhecem o ambiente local muito bem. Os residentes são fontes de informação ideais; eles podem, por exemplo, dizer aos visitantes por que certas plantas florescem em um determinado período do ano, e que animais são atraídos por elas. Como residentes nativos da área, os membros da comunidade têm muito a oferecer nos postos de trabalho criados pelo ecoturismo. Certos cuidados, porém, devem ser tomados para proteger os direitos das populações locais (por vezes conhecidos como direitos de propriedade intelectual), de forma que seu conhecimento não seja objeto de exploração ou apropriação indébita por parte de visitantes ou de programas de turismo.

O Kimana Group Ranch, fora do Parque Nacional Amboseli, no Quênia, conseguiu atrair atenção internacional por criar a primeira comunidade santuário de vida silvestre na África. Administrado pelos rancheiros Masai, Kimana tem sua própria guarda, seus próprios guias, um portão de entrada e suas próprias concessões de hotéis e pousadas (Western, 1997).

Não se deve, no entanto, exagerar o valor dos postos de trabalho relacionados ao ecoturismo em áreas rurais. Existem algumas importantes questões a considerar. Primeiro, embora se fale de enormes quantidades de dólares provenientes do turismo, o ecoturismo geralmente não se constituirá em uma mina de ouro para toda a comunidade. Encarado de uma forma mais realista, ele criará alguns postos de trabalho, dependendo de quão popular a área protegida seja, mas não se tornará, automaticamente, uma fonte de renda para centenas de pessoas. Além do mais, muitos postos de trabalho relacionados ao ecoturismo serão de meio período e sazonais, e deverão ser considerados apenas como um suplemento para outras fontes de renda. De modo geral, a probabilidade maior é de que os postos de trabalho criados pelo ecoturismo, na maioria das comunidades, serão limitados.

Uma segunda preocupação a respeito dos postos de trabalho gerados pelo ecoturismo é a natureza dos empregos criados para a comunidade. Via de regra, poucas posições de gerência estão disponíveis, assim como poucas são as possibilidades de se possuir o

próprio negócio. O turismo sempre terá muitas posições de serviços, por ser uma indústria que necessita de muita mão-de-obra. Mas as comunidades poderão ficar ressentidas com relação ao ecoturismo se seus membros não estiverem representados nos níveis mais elevados da hierarquia dos empregos criados. A lucratividade do turismo para os residentes locais será minimizada se lhes forem oferecidas apenas posições subalternas e não lhes forem proporcionadas oportunidades de crescimento. Além disso, poderão surgir ainda desigualdades em razão do sexo do trabalhador, visto que os postos de trabalho mais bem remunerados, de guia de turismo e de gestor, são quase que totalmente destinados aos homens, e as mulheres ficam relegadas a ocupar os postos de trabalho com menor remuneração, na lavanderia, na limpeza e na cozinha.

Uma outra barreira ao emprego na área do ecoturismo é a questão da capacitação. Para muitos residentes, um novo emprego representa uma grande transição pessoal e profissional. Quando no papel, parece não haver problema nenhum no fato de lenhadores poderem se tornar guias turísticos, conservando, dessa forma, as árvores que costumavam derrubar. O redirecionamento de uma carreira, porém, é um empreendimento difícil. Os candidatos aos novos postos de trabalho precisam de informação a respeito de todas as facetas da gestão do ecoturismo. Precisam de capacitação em desenvolvimento de negócios tanto quanto de treinamentos básicos em áreas como línguas estrangeiras, preparação de alimentos, primeiros socorros, manutenção de motores de barcos, interpretação, manejo de grupos, etc., e precisam ter acesso aos mercados internacionais. Novos postos de trabalho no turismo exigem novos conhecimentos e, portanto, treinamento. Os planos de projeto de ecoturismo precisam incluir em seu orçamento esses custos de longo prazo com treinamento.

Além disso, há muitas considerações sociais e culturais envolvidas na mudança de emprego, que envolve mudanças no estilo de vida. A diversificação nos postos de trabalho relativos ao turismo pode mudar o aspecto da comunidade e a maneira como ela opera. Podem surgir conflitos entre os residentes. Por exemplo, postos de trabalho na área do turismo geralmente são mais bem remunerados que as tradicionais fontes de renda. Dentro de uma comunidade, um agricultor pode ganhar o equivalente a US$ 50 por mês. Um vizinho seu, trabalhando como guia turístico, pode ganhar a mesma quantia com uma única gorjeta recebida de um turista mais abastado. Essas desigualdades criarão ciúmes entre os membros da comunidade? Como poderão ser resolvidas? Quem conseguirá os cobiçados postos de trabalho na área do turismo, se existirão mais candidatos que vagas? Será que uma comunidade irá querer se tornar uma destinação turística se isso significar a perda de suas estruturas econômicas tradicionais, como a agricultura?

Uma questão que não se pode perder de vista ao se avaliar a efetividade dos postos de trabalho relacionados ao ecoturismo é se existem outras alternativas de trabalho para as populações locais, e quais são elas. Em muitos casos, o ecoturismo pode ser a melhor opção se os outros usos potenciais da terra forem constituir ameaça maior para a sobrevivência dos recursos naturais da área, mesmo que esses postos de trabalho sejam poucos e deficientes. Ao analisar os postos de trabalho criados pelo ecoturismo é essencial ter em mente sua relação com ameaças à biodiversidade de uma área. Mais discussões sobre o ecoturismo e as comunidades podem ser encontradas no capítulo "Como Desenvolver o Ecoturismo com Comunidades Locais", no Volume II, Parte II.

Justificativa para Áreas Protegidas

Visitantes, ou o potencial para atrair visitantes, estão entre as razões pelas quais autoridades governamentais e residentes mantêm áreas protegidas. Para as autoridades governamentais, declarar áreas protegidas e fornecer assistência financeira para mantê-las é sempre um processo difícil. Essas autoridades se deparam com muitos interesses conflitantes ao tomar decisões relativas ao uso da terra e dos recursos marinhos. A conservação de áreas protegidas exige visão de longo prazo e sempre se constitui em um desafio para as autoridades governamentais, especialmente quando confrontadas com a perspectiva de ganhos financeiros de curto prazo com atividades de corte de madeiras, mineração e agricultura.

Mas à medida que as autoridades governamentais avaliam as opções de uso da terra e da água, o turismo voltado à natureza pode fazer com que elas se inclinem no sentido de fornecer o status de área protegida a uma determinada área, ou de fortalecer a proteção a uma área protegida ou reserva já existentes, especialmente se elas puderem gerar renda e proporcionar outros benefícios para o país. O turismo internacional motiva as autoridades governamentais a pensar mais sobre a importância da gestão de áreas naturais. Os visitantes estão mais propensos a visitar e sustentar uma área natural se ela é protegida, o que, por sua vez, torna ainda mais justificável a existência de áreas protegidas.

A visitação à área pode ser o incentivo necessário para que os residentes das proximidades das áreas protegidas, ou de potenciais áreas protegidas, apóiem a proteção contínua dessas áreas.

Uma Economia Mais Forte

A visitação de turistas a sítios naturais incentiva a economia nos planos local, regional e nacional. Se o turismo criar postos de trabalho para os residentes no plano local, então eles terão mais dinheiro para gastar no próprio local, o que irá fomentar a atividade econômica naquela área.

O mesmo padrão pode ocorrer nos planos regional e nacional. Turistas ecológicos chegam na capital de um país, e podem lá permanecer por alguns dias ou seguir para o interior. Ao longo do caminho que percorrem usam hotéis, restaurantes, lojas, serviços de guia e sistemas de transporte. Geralmente, uma grande variedade de empreendimentos se beneficia diretamente dos turistas ecológicos. Embora esses empreendimentos, via de regra, sejam criados para acomodar grandes grupos de turistas internacionais e nacionais, os turistas ecológicos representam um mercado adicional. Existem também algumas operadoras que levam o turista rápida e diretamente do aeroporto para um itinerário completo em uma área protegida privada, não deixando, assim, ao visitante, nenhuma oportunidade para fazer gastos nas comunidades locais. Em tais casos, é importante assegurar que existam mecanismos como taxas aeroportuárias para reter ao menos uma pequena parte da receita gerada pelo turista. As indústrias que apóiam o turismo, tais como a indústria de transformação e a lavoura, também são afetadas pelo número de turistas. O ecoturismo crescente cria uma economia forte em todo o país.

O governo federal também pode gerar divisas estrangeiras com o turismo por meio de impostos de importação e taxas. Por exemplo, os pesquisadores descobriram que o governo de Belize arrecadou BZ$ 7 milhões em impostos incidentes sobre o combustível usado na indústria do turismo (Lindberg e Enriquez, 1994). Outras taxas incluem taxas de ocupação (cobradas diretamente nos hotéis) e taxas de embarque (cobradas diretamente dos turistas). Essas taxas geralmente se constituem em uma maneira eficaz de tributar diretamente os visitantes, ao mesmo tempo em que se evita problemas inflacionários para as populações locais. Além disso, essas cobranças não precisam afetar adversamente a demanda. Por exemplo, os turistas ecológicos não deixam de ir a Belize por terem que pagar uma taxa de embarque de US$ 22,50. Essa receita é de grande ajuda para a economia nacional, e partes dela sustentam o sistema de áreas protegidas.

Educação Ambiental

Os turistas ecológicos se constituem no público ideal para a educação ambiental. Durante uma excitante caminhada na natureza os visitantes estão dispostos a aprender tudo sobre os hábitats locais. Eles querem informações sobre o comportamento animal e os usos das plantas, bem como sobre os desafios que se apresentam para a conservação desses recursos. Muitos querem saber a respeito das questões econômicas, políticas e sociais que cercam a conservação.

Os guias naturalistas são uma importante fonte de educação ambiental. Pesquisas com visitantes mostram que bons guias são um fator-chave para o êxito de uma viagem. Por exemplo, em 1966 o Centro RARE para Conservação Tropical entrevistou 60 grupos conservacionistas na América Latina para identificar o maior obstáculo ao desenvolvimento do ecoturismo; a falta de guias naturalistas bem treinados ocupou o segundo lugar entre suas preocupações (Jenks, 1997). Para mais informações sobre guias naturalistas ver Volume II, Parte I, Capítulo 7.

Centros de visitação com exposições, material impresso e vídeos também se constituem em um excelente meio de educação ambiental. Além disso, informações em forma de sinalização nas trilhas podem transmitir importantes informações biológicas e

Quadro 3.2 A Reserva de Aves Silvestres Point-A-Pierre, em Trinidad

A Reserva de Aves Silvestres Point-A-Pierre é uma ONG ambientalista em Trinidad que se expandiu até se tornar uma importante instalação de educação ambiental no país. Localizada no centro do maior complexo petroquímico e de refino de petróleo da ilha, a Reserva foi criada há 30 anos e hoje se estende por 23 hectares (60 acres) de área agreste natural e dois grandes lagos.

Com uma autorização original para criar uma área de reprodução para aves aquáticas, a Reserva reconheceu o importante papel de educar pessoas a respeito de sua missão. Hoje, mais de 16.000 visitantes passam pelo centro de educação ambiental anualmente. Além de manter um bem-sucedido programa de reprodução em cativeiro, a Reserva ajuda milhares de residentes e estrangeiros, de crianças da escola a trabalhadores da refinaria, a se tornar mais informados a respeito dos desafios da conservação em Trinidad.

(adaptado de Shephard, 1994)

mensagens conservacionistas. As informações para os visitantes estão se tornando cada vez mais criativas e interativas.

A educação ambiental se constitui em uma oportunidade igualmente importante de alcançar os visitantes nacionais. Quer sejam crianças de escolas locais aprendendo sobre os recursos que podem ser valiosos em seu dia-a-dia ou viajantes das regiões vizinhas aprendendo sobre o significado de suas áreas protegidas nacionais, os cidadãos são um público essencial, já que as mensagens sobre conservação têm uma urgência especial para eles.

A educação ambiental é mais eficaz quando se disponibilizam informações antes e após a viagem. A preparação incentiva os visitantes a pensar a respeito do comportamento mais adequado, minimizando, dessa forma, impactos negativos, e o uso de material de acompanhamento dá prosseguimento ao processo de educação ambiental.

Valorização e Auto-estima

Valorização e auto-estima são benefícios menos palpáveis que os outros enumerados aqui, mas podem levar a ações concretas. É muito comum que as pessoas não apreciem de fato a área que as cerca, e que não lhe dêem o devido valor. Geralmente, são as pessoas de fora que dão uma nova perspectiva e agregam valor aos recursos locais. Esse fenômeno ocorre tanto nas grandes cidades quanto em remotas áreas naturais. Embora os residentes de áreas rurais, que cresceram em meio a áreas agrestes espetaculares, geralmente entendam as complexidades da natureza e valorizem seu papel na sua vida, muitos deles não têm a menor idéia da importância global de seus recursos naturais. Muitas pessoas do campo não entendem a magnitude da atenção, dos estudos e das preocupações globais dirigidos à sua terra natal.

Por outro lado, audazes turistas ecológicos sempre ficam muito entusiasmados com a exploração de novos sítios inexplorados. Eles invadem as pequenas comunidades com câmeras de vídeo e registram tudo o que vêem. Jornalistas da National Geographic e de outras revistas escrevem histórias inspiradoras enriquecidas com atraentes fotografias. Os sítios naturais que antes eram secretos, especialmente nos países tropicais, estão sendo promovidos e expostos com um fervor sem precedentes.

As populações nativas são sempre surpreendidas com o alto nível de interesse dos forasteiros por seus recursos naturais e por sua cultura. Na maior parte dos casos, porém, elas passam a ver seu meio de maneira diferente após essa exposição internacional, e passam a valorizar mais as áreas naturais circunvizinhas e a vida silvestre que atraem os turistas. Se a experiência do turismo for gerida com participação da comunidade e controle adequados, pode levar a uma maior valorização, pela comunidade, de sua própria cultura, a mesma cultura que os visitantes cada vez mais buscam conhecer e admiram.

Aperfeiçoamento dos Esforços em Prol da Conservação

Como resultado da crescente valorização dos recursos locais e do aumento da auto-estima da comunidade, os esforços em prol da conservação geralmente aumentam. Muitos residentes são motivados a proteger suas áreas e muitos modificam seu padrão de uso dos recursos. As práticas de cultivo podem ser modificadas, o lixo nas estradas pode ser recolhido, e o uso da água pode ser mais bem gerenciado. As populações locais sempre aprendem mais sobre conservação e modificam seus hábitos diários em conseqüência do turismo.

A consciência sempre aumenta também no plano nacional, resultando no aperfeiçoamento dos esforços em prol da conservação na forma de administração e apoio às áreas protegidas. Mesmo no plano internacional, o ecoturismo pode engendrar um apoio

Quadro 3.3 Plano Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiana

A Guiana oferece um exemplo de como o turismo é capaz de promover esforços em prol da conservação. Com florestas tropicais intocadas, montanhas escarpadas, vastas savanas e rios estrondeantes, sua fauna inclui diversos pássaros tropicais, gigantes lontras ribeirinhas, o caimão negro e o raro gavião-real (ou gavião-de-penacho). A Guiana é relativamente intocada, e a fim de manter seus recursos intactos está criando um sistema de áreas protegidas e reservas, bem como desenvolvendo um Plano Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo.

Como parte desse processo de planejamento, o único parque nacional da Guiana, Kaieteur, foi escolhido para demonstrar como o desenvolvimento do turismo pode aumentar os esforços em prol da conservação. Espera-se que todo o sistema do parque nacional sirva de base para o desenvolvimento do ecoturismo. O governo nacional, com a assistência de consultores externos, está assumindo um papel de liderança no estabelecimento de um plano e na determinação de políticas, de modo que o ecoturismo possa vir a sustentar as recém-criadas áreas protegidas.

(adaptado de Andersen, 1996)

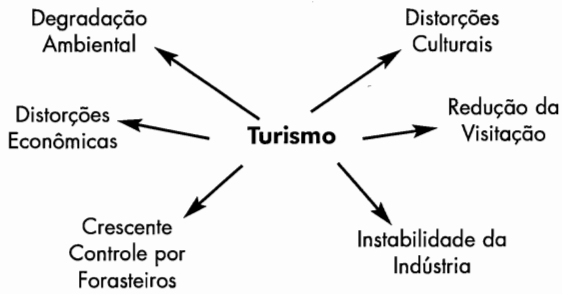
internacional para aperfeiçoar os esforços em prol da conservação, bem como apoio para determinadas áreas protegidas. Visitantes locais e internacionais de áreas protegidas estão propensos a se mobilizar para defender uma área de grande valor que esteja sendo ameaçada. Por exemplo, quando a exploração ilegal de petróleo estava ocorrendo na Reserva Faunística de Cuyabeno, no Equador, em 1993, as comunidades nativas Quíchua e Cofan, que estavam muito envolvidas com o ecoturismo, se voltaram para os ambientalistas e operadores de turismo da região em busca de apoio. Os operadores de turismo encorajaram seus hóspedes a participar do que se tornou uma campanha internacional decisiva para eliminar a ameaça à reserva e à subsistência das comunidades locais, por meio de remessa de cartas de todas as partes do mundo.

Ameaças Potenciais do Turismo

Degradação Ambiental

Esse é o problema mais comumente associado ao turismo nas áreas protegidas. Os visitantes podem destruir os próprios recursos que vieram ver. A degradação ocorre de muitas maneiras e em graus variados. Muito dos danos do turismo aos recursos naturais são visíveis: vegetação destruída, erosão de trilhas e lixo.

Figura 3.2 Ameaças Potenciais do Turismo



Os turistas trazem ainda outros tipos de ameaças para áreas protegidas. Além de danos à superfície, afetam o complexo funcionamento da natureza, causando problemas e mudanças sutis, que incluem a alteração no comportamento dos animais, como hábitos alimentares, de migração e de reprodução. Muitas das modificações são difíceis de detectar, mas todas elas se constituem em importantes indicadores da saúde dos recursos naturais.

Quadro 3.4 Impactos Ambientais do Turismo na Reserva Florestal Kibale, em Uganda

Em 1992 a Reserva Florestal Kibale, em Uganda, foi transformada em um parque nacional. Foram criadas trilhas para visitantes e um centro de visitação, e a visitação aumentou de 1.300 em 1992 para 5.000 em 1996. Embora o número de visitantes ainda fosse relativamente baixo para os 560 km² do parque, o Departamento de Vida Silvestre de Uganda e os gestores do Parque Nacional Kibale estavam preocupados com relação aos impactos ambientais do turismo.

Após fazerem avaliações de impacto, os pesquisadores concluíram que mais de três quartos de todos os locais reservados para camping dentro da área haviam sofrido algum tipo de degradação, e que de 10% a 30% das trilhas estavam sofrendo erosão, mesmo após uma curta exposição às visitações. Os pesquisadores estão, agora, elaborando uma estratégia de longo prazo para o gerenciamento de impactos.

(adaptado de Obua y Harding, 1997)

Os gestores de áreas protegidas estão começando a acompanhar essas mudanças à medida que equipamentos e métodos se tornam mais sofisticados. Os gestores precisam de uma consistente base de dados comparativa a respeito da flora e da fauna das áreas protegidas. Também necessitam de um bom programa de monitoramento para documentar e analisar as mudanças, o que permite que sejam determinadas as melhores práticas para minimizar a degradação ambiental. O planejamento de ecoturismo deve envolver uma análise do volume esperado de tráfego de visitantes e seu impacto potencial na área protegida.

Os visitantes também podem causar impactos ambientais negativos a áreas circunvizinhas. Em alguns casos, a atenção é dirigida aos impactos do turismo no abastecimento de água para consumo doméstico. Uma recente pesquisa examinou as questões da quantidade de água e do tratamento de águas-servidas relacionadas ao crescimento do turismo nas cidades de Banff e Canmore, no Canadá. Tais cidades ficam próximas a uma importante destinação turística, o Parque Nacional de Banff, e receberam mais de cinco milhões de visitantes em 1995 (Draper, 1997). Para obter mais informações sobre a redução dos impactos ambientais, ver Volume II, Parte I, Capítulo 3, "Planejamento e Projeto de um Sítio de Visitação", e Capítulo 6, "Gestão do Impacto das Visitações".

Instabilidade Econômica

O ecoturismo, como outras formas de turismo, pode ser uma fonte de renda bastante instável. Muitos fatores externos influenciam a demanda turística. Esses fatores estão completamente fora do controle das destinações turísticas, no entanto, afetam os níveis de visitação. Por exemplo, conflitos políticos ou rumores de que não existem condições de segurança em uma região ou país podem desencorajar os visitantes internacionais durante anos. Desastres naturais, como furacões, podem facilmente destruir a infra-estrutura turística em sítios marinhos. Além disso, flutuações no câmbio podem atrair os visitantes para determinados países e afastá-los de outros.

Todos esses fatores desempenham papéis importantes na decisão de fazer uma viagem. Não importa o quanto os gestores de áreas protegidas e as comunidades se preparem, construam e promovam, muito da demanda turística é determinada por circunstâncias externas. O número de visitantes pode mudar de maneira drástica, praticamente sem nenhum aviso prévio, e afetar profundamente a situação financeira de pequenos empreendimentos turísticos. Proprietários e gerentes de microempresas em áreas remotas geralmente não têm uma diversidade de opções de postos de trabalho à sua disposição caso suas empresas não dêem certo. Um declínio no turismo pode significar um desastre não apenas para os indivíduos, mas para as comunidades como um todo, caso sua economia dependa da natureza volátil da indústria do turismo.

Aglomerações

Uma sensação de aglomeração pode ser um problema tanto dentro das comunidades quanto nos sítios naturais, já que os turistas podem começar a competir com os residentes por espaço. Em algumas comunidades grandes, dotadas de centros comerciais, longas filas podem se formar nos supermercados, e os residentes podem ter que se submeter a longas esperas para jantar em restaurantes locais. As multidões também podem ser um incômodo para os visitantes, muitos dos quais estão em busca de uma tranqüila viagem ecológica. Os turistas internacionais podem ficar desapontados por terem viajado longas distâncias apenas para serem sufocados por outros turistas.

Os residentes também podem ser perturbados por um número excessivo de visitantes em suas localidades, afinal, esses são os locais que eles conheceram enquanto cresciam, antes de se tornarem atrativos internacionais. Se o acesso a esses locais guardados como um tesouro se torna difícil, as tensões geralmente aumentam.

Quadro 3.5 Instabilidade do Ecoturismo – África Central

Conflitos políticos podem contribuir para a instabilidade do ecoturismo. No Parc des Volcans, em Ruanda, o gorila da montanha estava sujeito a grande pressão em decorrência de caça ilegal e perda de hábitat durante as décadas de 60 e 70, o que resultou em uma grande diminuição na população de gorilas. Existiam menos de 400 exemplares na natureza. Em resposta a essa situação, em 1979 foi criado o Projeto Gorila da Montanha para ajudar o Serviço do Parque Nacional de Ruanda e a Agência Nacional de Turismo a proteger o Parc des Volcans, local onde mais de um terço dos gorilas viviam.

O turismo deu um salto e começou a trazer substanciais benefícios econômicos para as comunidades locais e para a economia do país. Guiados por guias locais, os turistas pagavam US$ 180 por visita, e o parque se tornou a terceira maior fonte de divisas estrangeiras do país. Os benefícios para a conservação também foram significativos: a população de gorilas se estabilizou e começou a crescer.

No início dos anos 90, a guerra civil se intensificou em Ruanda. Os relatos de devastação humana eram chocantes, e o turismo simplesmente parou. O interessante é que ambas as facções em conflito fizeram um grande esforço para proteger os gorilas e seu hábitat, porque os combatentes compreendiam seu valor econômico, mas o turismo internacional não será mais o mesmo nesse país durante muitos anos, se é que algum dia voltará a ser como antes. Além de ter que reconstruir suas comunidades humanas, Ruanda encara perdas econômicas colossais. Os residentes locais e o governo do país experimentaram dramáticas mudanças com relação à renda quando a demanda do turismo voltado à natureza se modificou.

Em conseqüência da perda de acesso ao Parc des Volcans, houve um aumento considerável na visitação ao Parque Nacional Bwindi, nas proximidades de Uganda, que também abriga uma população de gorilas. Vários hotéis e pousadas foram construídos nas proximidades do parque para hospedar o crescente número de turistas. Mas em 1999 o conflito em Ruanda se estendeu para Bwindi, e guerrilheiros armados mataram vários turistas e guardas do parque. O turismo na região parou imediatamente, e levará um longo tempo antes que o Parque Nacional Bwindi retome os níveis anteriores de visitação.

(adaptado de Boo, 1998)

Desenvolvimento Excessivo

Quando uma localidade se torna uma destinação turística popular, os empreendedores locais logo pensam em construir acomodações, restaurantes e outros serviços para atender às necessidades dos visitantes. Em alguns casos nos quais a demanda turística é forte, pessoas de outras partes do país poderão se mudar para a comunidade para aproveitar o aumento das oportunidades econômicas. Com a crescente necessidade de serviços de turismo vem a crescente demanda por infra-estrutura, ou seja, por hotéis, restaurantes e casas para os empregados ou empresários recém-chegados. Essas demandas criam uma pressão nos serviços básicos, como abastecimento de água, tratamento de águas-servidas, eletricidade, etc. Além do ônus que sobrecarrega os serviços municipais, o aumento do desenvolvimento ocorre, tipicamente, quase sem planejamento algum, e pode se tornar um problema estético bem como ecológico, tanto para a comunidade quanto para a área protegida.

Conclusão

Em conclusão, o ecoturismo requer que os recursos naturais e culturais sejam protegidos para que possa florescer. Os governos cada vez mais se tornam parceiros de ONGs conservacionistas para administrar e proteger áreas naturais. Enquanto as comunidades locais protegem seu território e propriedades para atrair o desenvolvimento do ecoturismo, as ONGs, empresas privadas e pessoas físicas criam reservas privadas que geralmente têm como missão uma combinação de conservação e empreendimentos de ecoturismo. O turismo traz uma série de ameaças e oportunidades que precisam ser avaliadas antes de se decidir pela implantação de um projeto de desenvolvimento de turismo convencional ou de ecoturismo. As ameaças podem incluir degradação ambiental, distorções culturais, distorções econômicas, crescente controle por pessoas estranhas à comunidade, e instabilidade da indústria. Qualquer uma delas poderia resultar na redução da visitação, podendo, ainda, ocorrer congestionamento em sítios de visitação mais populares.

O ecoturismo tem o potencial de reduzir as ameaças trazidas pelo turismo convencional para áreas naturais e para as pessoas que vivem nelas e no sem entorno, por meio de geração de renda para conservação, empreendimentos locais e criação de postos de trabalho, intercâmbio cultural, educação ambiental, justificativa para a área protegida e valorização por parte do visitante. O ecoturismo, porém, requer rigoroso planejamento e gestão para concretizar esse potencial.

Referências

Andersen, D.L., 1996. Kaieteur National Park: A springboard for nature tourism plan in Guyana. *The ECTA Communicator* 1(2).

Boo, L. 1998. *Ecotourism: A conservation strategy*. Documento não publicado, apresentado no Programa de Ecoturismo da The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Benitez, S. 2001. *Visitor use fees and concession systems in protected areas: Galápagos National Park case study*. Relatório não publicado, preparado para a The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Draper, D. 1997. Touristic development and water sustainability in Banff and Canmore, Alberta, Canada. *Journal of Sustainable Tourism* 5(3).

Jenks, B. 1997. The question of local guides in Latin America. *Boletim da The Ecotourism Society*, segundo trimestre de 1997, p. 1.

Lindberg, K. e J. Enriquez. 1994. *An Analysis of ecotourism's economic contribution to conservation and development in Belize*. Washington D.C.: World Wildlife Fund-WWF.

Obua, J. e D. M. Harding. 1997. Environmental impact of ecotourism in Kibale National Park, Uganda. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3).

Shephard, K. 1994. "The Pointe-A-Pierre Wild Fowl Trust – Trinidad." *A Focus on Participation*. Barbados: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comitê de Meio Ambiente.

Western, D. 1997. Ecotourism at the crossroads in Kenya. *Boletim da The Ecotourism Society*, terceiro trimestre, pp. 1-2, 4.

Fontes

Boo, L. 1993. *Ecotourism planning for protected areas. In Ecotourism: A guide for planners and managers*, Volume 1. K. Lindberg e D. E. Hawkins (eds.), 15-31. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Borja N.R., J. Pérez B., J. Bremner, e P. Ospina. 2000. *Parque Nacional Galápagos. Dinámicas migratorias y sus efectos en el uso de los recursos naturales*. Quito, Equador: Fundación Natura, The Nature Conservancy, World Wildlife Fund - WWF.

Ceballos-Lascuráin, H. 1996. *Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. Gland, Suíça: União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN); N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Ceballos-Lascuráin, H., G. Reck, e R. Troya. 1995. *Propuestas de políticas de turismo en las áreas naturales protegidas*. Quito, Equador: Proyecto INEFAN/GEF.

Honey, M. 1999. *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Washington D.C.: Island Press.

Izko, X. (ed.). *Ecoturismo em el Ecuador. Trayectorias y desafios. Colección Sistematización de Experiencias No. 1.* Berna, Suíça: DDA; Berna e Quito, Equador: INTERCOOPERATION; Quito: IUCN.

Kelleher, G. (ed.). 1999. *Guidelines for marine protected areas. Best Practice Protected Area Guidelines* Series No. 3. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, World Comission on Protected Areas.

Lindberg, K. 1991. *Policies for maximizing nature tourism's ecological and economic benefits.* Washington C.D.: World Resources Institute.

Lindberg, K. e D. Hawkins (eds.). 1993. *Ecotourism: A guide for planners and managers,* Volume 1. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Lindberg, K., M. Epler Wood, e D. Engeldrum (eds.), 1998. *Ecotourism: A guide for planners and managers,* Volume 2. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Wallace, G. 1993. *Visitor Management: Lessons from Galapagos National Park. In Ecotourism: A guide for planners and managers, Volume 1,* K. Lindberg e B. Hawkins (eds.), 55-81. N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Associación Nacional para la Conservación de la Naturaleza (ANCON), Panamá — www.ancon.org/

The Charles Darwin Foundation — www.galapagos.org
Informações e notícias sobre o Parque Nacional de Galápagos e a Estação de Pesquisa Charles Darwin.

Fundación Natura, Colômbia — www.natura.org.co/

PARKS Magazine
Publicada três vezes por ano pela IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza. Para informações sobre assinaturas, escrever para: 36 Kingfisher Court, Hambridge Rd, Newbury, RG14 5SJ, UK.

RARE Center for Tropical Conservation – www.rarecenter.org
A missão do Centro RARE é proteger áreas agrestes de diversidade biológica significativa em termos globais, por meio da capacitação da população local para colher benefícios com a preservação de tais áreas.

World Commission on Protected Areas, associated with IUCN, the World Conservation Union – www.wcpa.iucn.org
O web site da WCPA contém notícias sobre a comissão, suas forças-tarefa, reuniões e publicações. É possível fazer download das publicações sem nenhum custo.

Capítulo 4
Ecoturismo e Comunidades Locais

Introdução
As comunidades são as administradoras tradicionais de muitas das áreas naturais do mundo, mas desde que os países tropicais foram alvo de grandes ondas de colonização européia, foram quase que totalmente excluídos das decisões administrativas, tanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento quanto à sua autodeterminação. Nas décadas atuais essa exclusão pode ser observada no desenvolvimento econômico e não apenas no setor turístico. O turismo tende a ser dirigido por empresas privadas, localizadas em cidades distantes e até mesmo em países estrangeiros. Tradicionalmente, o Estado nega o acesso e a participação das populações locais nas atividades em áreas naturais protegidas. Por esse motivo, os membros da comunidade não são reconhecidos como interessados e têm sido colocados à margem das oportunidades criadas pelo turismo voltado à natureza em todo o mundo.

Definição de Comunidade
Comunidade se refere a um grupo heterogêneo de pessoas que vive na mesma área geográfica e acessa um conjunto de recursos naturais locais. O grau de coesão e diferenciação sociais, força das crenças e instituições comuns, diversidade cultural e outros fatores varia grandemente dentro das comunidades e entre elas. (Schmink, 1999).

O Papel da Comunidade no Ecoturismo
Recentemente, os conservacionistas reconheceram o papel crucial que as comunidades rurais e costeiras desempenham na conservação da biodiversidade; muitos gestores de áreas protegidas desenvolvem mecanismos para incorporar essas comunidades como participantes do processo de planejamento e gestão. Ao mesmo tempo, o crescente interesse que os turistas mostram em aprender e experimentar culturas diferentes fez com que a indústria do turismo incorporasse aspectos das comunidades em suas atividades. Esse interesse fez surgir nas comunidades a consciência a respeito das oportunidades que o turismo apresenta. Nos locais nos quais as comunidades estão bem organizadas e são proprietárias de suas áreas tradicionais, elas são mais bem-sucedidas em reter uma parcela maior dos gastos efetuados com o turismo em áreas naturais. Nos anos 90, vários povos nativos e outros grupos locais adotaram o ecoturismo como parte de sua estratégia de desenvolvimento (Wesche, 1996).

Uma das maiores contribuições do ecoturismo para a conservação ambiental é o grau em que pode transformar as atividades da comunidadede "ameaças" em "oportunidades", ou seja, atividades que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a conquista dos objetivos de conservação de uma área.

Para aumentar os benefícios da conservação em uma atividade envolvida com ecoturismo, é necessário definir como os interessados locais podem fazem parte de seu planejamento e de sua gestão (ver Volume II, Parte II, para mais detalhes).

Nem todas as comunidades ou todos os membros de uma comunidade vão querer se envolver nas atividades de turismo, e os planejadores e empreendedores devem respeitar essa atitude. Aqueles que buscam se envolver podem escolher entre as várias formas de participação descritas abaixo:

- Alugar terras para que um operador a desenvolva e simplesmente monitorar os impactos;
- Trabalhar em regime temporário, em período integral ou meio período para os operadores de turismo privado;
- Fornecer serviços aos operadores privados, tais como preparo de alimentos, serviços de guia, transporte ou acomodação, ou uma combinação de todas essas alternativas;
- Criar joint ventures com operadores de turismo privados, permitindo que as comunidades forneçam a maior parte dos serviços enquanto os parceiros do

setor privado administram o marketing, a logística e os guias bilíngües, caso existam; e

- Operar com programas independentes baseados nas comunidades.

O papel que a comunidade escolhe deve estar fundamentado, dentre outras coisas, no interesse, na capacidade organizacional, na experiência, na sensibilidade cultural, na presença de uma liderança forte, na qualidade de recursos naturais e culturais, na demanda por turismo, nas oportunidades de treinamento, na disponibilidade de parceiros e no interesse do setor privado.

Pode acontecer de uma comunidade ter grande interesse no desenvolvimento do ecoturismo, mas essa não ser uma opção viável devido aos fatores mencionados acima. É extremamente importante que se avalie as condições econômicas de um projeto de ecoturismo antes do início do desenvolvimento da infra-estrutura (ver Volume II, Parte II). Em geral, as ONGs ligadas à conservação ambiental encaram o ecoturismo nas comunidades como uma forma de desenvolvimento harmônico, mas as expectativas das comunidades, com freqüência, são criadas apenas para serem posteriormente frustradas, quando o projeto não produz os benefícios esperados.

É necessário que o entusiasmo dos conservacionistas e das comunidades esteja fundamentado em avaliações preliminares do sítio (ver Parte II, Capítulo 2), em um bom planejamento participativo e análise da viabilidade do projeto.

Figura 4.1 Elementos Essenciais ao Ecoturismo no Contexto de uma Comunidade

A figure 4.1 ilustra os múltiplos e diversos elementos essenciais para se garantir que as comunidades desempenhem seus papéis no desenvolvimento do ecoturismo.

Áreas Protegidas e Ecoturismo

Para que o ecoturismo prospere, os atrativos devem ser protegidos. Esses atrativos podem estar dentro de um parque nacional ou dentro de uma reserva da comunidade. As zonas de amortização de impacto de um parque nacional podem ser locais ideais para que as comunidades estabeleçam reservas que facilitem as atividades de ecoturismo. Os gestores de Parques Nacionais devem buscar a colaboração dessas comunidades e integrá-las no planejamento de gestão. Podem, também, destinar uma porcentagem da renda gerada por meio da venda de ingressos aos visitantes

Tabela 4.1 Impactos Potenciais do Turismo nas Comunidades

POSITIVOS (com a participação da comunidade)		NEGATIVOS (sem a participação da comunidade)	
Para a comunidade	Para as áreas protegidas	Para as comunidades	Para as áreas protegidas
1. Renda sustentável	Redução das ameaças e desenvolvimento econômico compatível (DEC)	Erosão das bases de recursos naturais	Desenvolvimento econômico incompatível
2. Melhoria nos serviços	Redução das ameaças e DEC	Crescente desigualdade econômica	Caça e pesca ilegais, uso exacerbado dos recursos naturais
3. Fortalecimento da cultura local	Redução das ameaças e DEC	Erosão cultural	Afastamento das práticas sustentáveis tradicionais

para projetos de desenvolvimento econômico compatíveis nas comunidades vizinhas, como acontece no caso do Parque Nacional de Galápagos (Governo do Equador, 1998).

Impactos Positivos Potenciais

Renda Sustentável

Quando as comunidades se engajam no ecoturismo, novas fontes de renda podem ser geradas para a comunidade como um todo, e também novas oportunidades, por meio da criação de empregos para seus residentes. Essa renda adicional poderia ser gerada com a cobrança de ingressos para o acesso às trilhas, acomodação ou serviços de guia, preparo e venda de alimentos, artesanato e outros serviços.

Essa renda adicional muito provavelmente reduzirá a dependência das atividades não sustentáveis, como o corte de árvores. Entretanto, é importante que o processo de planejamento não crie uma extrema dependência do turismo, o que poderia levar a uma erosão da qualidade dos atrativos naturais e culturais das comunidades, bem como aumentar a vulnerabilidade às flutuações econômicas do mercado, que estão além do controle dessas comunidades.

Melhoria nos Serviços

Quando a comunidade como um todo recebe novas rendas geradas, por exemplo, pelas taxas pagas para um fundo da comunidade, cria-se uma possibilidade de melhoria nos serviços de saúde e educação. Essas taxas podem ter o efeito, no longo prazo, de aumentar a consciência da importância da conservação na comunidade e reduzir as ameaças. Melhores serviços de saúde podem beneficiar a comunidade como um todo e criar uma vantagem adicional para atrair o turismo.

Fortalecimento da Cultura Local e Intercâmbio Cultural

Visitas em comunidades tradicionais e nativas são, em geral, o ponto alto de uma viagem para uma área natural. Os atrativos naturais podem adquirir um grau muito maior de interesse quando os turistas se relacionam com eles por meio da experiência de pessoas que convivem com essa realidade. A oportunidade de aprender com uma cultura tradicional é cada vez mais valorizada pelos viajantes, e a participação da comunidade acrescenta um valor considerável a um programa de ecoturismo. Da mesma forma, as comunidades tradicionais vêm sua auto-estima aumentar como resultado do interesse demonstrado pelos visitantes, especialmente se as atitudes externas tendiam a menosprezar essa comunidade.

No entanto, o sucesso de tais visitas depende de os residentes locais serem fortalecidos por esse processo e terem controle do processo e da situação. Os turistas devem estar preparados também para compartilhar um intercâmbio cultural, embora seja importante lembrar que algumas comunidades não estão interessadas em intercâmbios culturais com estranhos. Essas trocas, normalmente, sensibilizam os visitantes, pois contribuem tanto para ampliar a visão que têm do mundo quanto para que compreendam mais claramente o contexto da conservação.

Moi Enomenga, guia e coordenador de ecoturismo da comunidade Huaorani, na região amazônica do Equador. © Andy Drumm

Impactos Negativos Potenciais

Aumento de Preços

O aumento de preços pode se tornar um problema quando os visitantes e os residentes locais querem

utilizar os mesmos bens e serviços, incluindo supermercados, gasolina e restaurantes. Os preços provavelmente aumentarão, pois os visitantes estão dispostos a pagar por bens e serviços preços muito superiores àqueles até então praticados no mercado local.

Existem algumas possíveis soluções para essa inflação. Uma delas é a criação de um sistema de duas faixas de preço, uma para os residentes e outra para os visitantes. Os vendedores e empresários podem, dessa forma, tirar vantagem da relativa riqueza dos visitantes e, ao mesmo tempo, respeitar o poder de compra dos residentes. Embora a implementação e execução desse sistema diferenciado de preços possa ser difícil, permite um equilíbrio eqüitativo entre os níveis de renda de cada grupo.

Uma solução semelhante que as comunidades geralmente adotam é a criação de bens e serviços que são oferecidos exclusivamente para os turistas. Certos tipo de alimento ou artesanato são produzidos somente para o mercado turístico, e seus preços estabelecidos conforme essa regra. Essa alternativa de venda de produtos exclusivos para turistas muitas vezes permite que as pessoas do local continuem a ter acesso aos seus produtos tradicionais.

Uma outra solução para lidar com o aumento de preços é o aumento do fornecimento de bens e serviços. Algumas comunidades são incapazes de fazê-lo, mas outras percebem no turismo um meio para o crescimento e para o desenvolvimento econômico. Os turistas não são apenas concorrentes, e sim novos mercados a serem atendidos.

O turismo pode deflagrar o aumento do preço das terras e dos imóveis, o que pode ser devastador para os residentes locais. Quando os visitantes descobrem locais novos e interessantes querem logo comprar um terreno no local que visitam, especialmente porque os preços são, geralmente, mais baixos se comparados aos de seu local de origem. Empresários do ramo hoteleiro e de outros segmentos da área de turismo também vêm em busca de terra. Indivíduos de fora e empresas geralmente oferecem aos residentes valores que estão de acordo com o mercado local. Essa situação gera uma escassez de moradias para os residentes locais e terras impróprias para suas atividades econômicas.

Controle Externo

Uma ameaça relacionada ao aumento de preços se dá quando pessoas de fora assumem um controle "excessivo" das áreas turísticas. Normalmente, isso pode ser um chamariz, mas também uma fonte de preocupações para os residentes e outros que se preocupam com essas áreas. Empreiteiros e investidores externos têm muitos recursos financeiros e anos de experiência no desenvolvimento do turismo. Os residentes locais podem ficar de fora das oportunidades comerciais por não estarem à altura da experiência e dos recursos econômicos externos.

O ecoturismo deve ser um instrumento para melhorar a capacidade de as comunidades gerirem seus próprios assuntos, com o intuito de fortalecê-las; entretanto, não é o que normalmente ocorre. Freqüentemente, os interesses turísticos externos assumem o controle de projetos de ecoturismo com potencial de sucesso, relegando as pessoas do local a meras posições de apoio. A conseqüência é que as comunidades não se apropriam dos resultados e nem se responsabilizam por eles, e podem começar a se ressentir com o turismo ao perceberem que não têm nenhum controle sobre ele.

Vazamento de Recursos

Um conceito econômico que, em geral, eqüivale a controle externo, é o "vazamento de recursos", que ocorre, basicamente, quando as empresas locais de turismo não estão disponíveis ou são inadequadas para atender a demanda. As empresas internacionais, ao perceberem essa brecha, passam a importar produtos ou serviços ao invés de desenvolver o mercado local. Em outros casos, os turistas compram mercadorias estrangeiras, e não os produtos locais, ao perceberem que a qualidade daqueles é superior. Nos dois casos, a receita que potencialmente poderia fortalecer a economia local deixa a região.

Algum vazamento econômico é normal no turismo voltado à natureza, mas deve ser limitado no ecoturismo. Felizmente, à medida que os turistas aprendem algo sobre o ambiente cultural e físico do local, normalmente passam a se interessar pela compra de bens e serviços, com o que ajudam a manter os grupos nativos e as economias locais, pois compreendem que essas compras possibilitam o desenvolvimento e a conservação da área. As empresas de turismo respondem a essa demanda e passam a construir empreendimentos locais. Além das forças de mercado, as políticas e normas locais e federais podem ajudar a lidar com tais vazamentos.

Mudanças Culturais

As mudanças culturais causadas pelo turismo podem

ser positivas ou negativas. Muitas pessoas de fora não querem que as populações nativas mudem, pois querem que as culturas locais sejam preservadas. Outros vêm os nativos como novos mercados a serem influenciados e querem que eles se modifiquem e se diversifiquem. Os próprios nativos têm sentimentos contraditórios. Alguns querem modernizar suas culturas e solicitam as mudanças de forma ativa. Outros estão em busca de novos meios de desenvolvimento econômico e simplesmente aceitam as mudanças culturais que acompanham essa busca. Outros, ainda, não vêm nenhum motivo para mudar e não querem modificar suas tradições e costumes.

Mudanças culturais induzidas pelo turismo quase sempre ocorrem sem que a comunidade tenha oportunidade de decidir se realmente as desejam. Em geral há um desequilíbrio de poder na relação entre turistas e residentes. Os turistas podem provocar mudanças muitas vezes involuntárias e sutis, e sem o consentimento dos residentes. O resultado aparece com o surgimento de conflitos que podem se formar dentro das comunidades, e entre as comunidades e os visitantes. Comunidades despreparadas, sem meios de deter o turismo, são locais ideais para a ocorrência de impactos culturais negativos. Os programas de ecoturismo permitem que as comunidades sejam informadas, de forma adequada, sobre os benefícios e custos do ecoturismo e decidam por si próprias o grau de mudanças a que desejam se submeter.

Considerações Fundamentais para o Desenvolvimento do Ecoturismo no Plano da Comunidade

Atualmente, a maior parte dos conservacionistas reconhece que trabalhar com as comunidades é fundamental para se alcançar o objetivo de proteção de certas áreas e estratégias de conservação, incluindo o ecoturismo. Existem alguns princípios básicos que devem ser observados quando se planeja o envolvimento da comunidade nas atividades ecoturísticas. Alguns desses tópicos estão explicados em mais detalhes no Volume II, Parte II.

Criação de Parcerias

O ecoturismo organizado pela comunidade local raramente terá sucesso sem a assistência ou cooperação de operadores turísticos. Três aspectos importantes, e que limitam a possibilidade de as comunidades se tornarem independentes nas atividades de ecoturismo, são sua falta de conexões com o mercado, sua falta de habilidades lingüísticas e sua limitada capacidade de comunicação. Os operadores de ecoturismo podem se constituir em parceiros ideais para propiciar as conexões que faltam às comunidades em troca de acesso (às vezes exclusivo) aos recursos dessa comunidade.

Os gestores de áreas protegidas devem desempenhar um papel de liderança na implementação do ecoturismo fora das áreas protegidas, mas em muitos casos esse papel pode ser "secundário". Em razão de suas muitas responsabilidades e também de possível resistência que venha a sofrer por parte dos residentes locais, o gestor de áreas protegidas pode ter que procurar outros meios para realizar suas funções. As ONGs são, em geral, consideradas partes neutras e, portanto, mais aceitas como provedoras de assistência técnica para as comunidades locais. Em alguns casos, as ONGs podem agir como gestoras das áreas protegidas. Treinamento em contabilidade básica e serviços de guia são, por exemplo, necessidades fundamentais para que as comunidades participem de forma efetiva no ecoturismo. Esse é um papel, que as ONGs estão muito bem preparadas para desempenhar.

Evite Colocar Todos os Ovos na Cesta do Ecoturismo

Uma comunidade ideal deve ter atrativos interessantes e de fácil acesso, uma população local com interesse e iniciativa para aproveitar as oportunidades, e líderes que estejam dispostos a interagir, aprender e trabalhar com os administradores das áreas protegidas, com as ONGs e com os operadores de turismo.

O ecoturismo deve ser visto como uma das várias atividades que integram o conjunto de possibilidades de desenvolvimento de uma comunidade. Confiar somente no ecoturismo como uma fonte alternativa de renda não é uma estratégia de desenvolvimento sensata. O turismo e o ecoturismo estão sujeitos a períodos de instabilidade decorrentes da flutuação nas tendências econômicas nacionais e internacionais, dos acontecimentos políticos, e da percepção pública gerada pelos meios de comunicação de massa. Além desses aspectos, o ecoturismo raramente envolve uma parcela significativa de uma comunidade, pois os postos de trabalho mais importantes ficam limitados à indústria de serviços e algumas outras. O ecoturismo é apenas um dos componente das mudanças nos locais em que as comunidades atingiram certo grau de êxito no desenvolvimento de um estilo de vida sustentável. Outros elementos importantes são: melhoria na educação, acesso à informação, melhorias na gestão de áreas protegidas e aumento das oportunidades

Quadro 4.1 O Caso da Associação de Ecoturismo de Toledo, em Belize

Três comunidades com populações distintas vivem no sul de Toledo, Distrito de Belize: Creoles, Garifunas e Mayans. O distrito é considerado um dos mais pobres do país e as atividades econômicas básicas dos residentes são a lavoura e a pesca. Graças a suas florestas tropicais e seu rico patrimônio cultural, o turismo, apesar de limitado, é também uma fonte de renda em Toledo. O acesso à área é difícil e o investimento no desenvolvimento do turismo tem sido mínimo.

Entretanto, à medida que Belize se tornou uma destinação internacional do turismo voltado à natureza, os residentes do Distrito de Toledo decidiram tentar desenvolver essa indústria no local. Em 1990, formaram a Associação de Ecoturismo de Toledo (TEA). Como uma forma de consolidar seus esforços, criaram um programa chamado "Village Guesthouse and Ecotrail Experience" (Hospedagem Local e Experiência de Ecotrilhas), uma forma de ajudar os residentes no planejamento, desenvolvimento e administração das várias hospedarias. Uma das características centrais desse programa é um sistema de rotatividade que divide os turistas do Distrito entre as vilas participantes. Quando os turistas chegam, as vilas se revezam para hospedá-los. O escritório da TEA funciona como um local de coordenação central, direcionando os visitantes para a próxima vila da lista. Dentro de cada vila, várias famílias assumem a responsabilidade pelo preparo de refeições, ajudando nas hospedarias, fornecendo serviços de guia e outros entretenimentos.

O objetivo desse sistema de rotatividade é a distribuição dos benefícios econômicos do turismo da forma mais eqüitativa e ampla possível, visando minimizar os impactos negativos do turismo dentro de qualquer uma das vilas.

Das cerca de 30 vilas situadas nessa área, uma média de 12 participa ativamente desse programa para visitantes. Cada vila está em um estágio diferente de participação; algumas já possuem vários anos de experiência na hospedagem de turistas, e outras ainda estão na fase de construção de hospedarias. Da renda total gerada pelo turismo, a comunidade fica com 80%, e a Associação com 20%. A maior parte da renda que fica com a comunidade vai diretamente para o fornecedor do serviço, com uma pequena parcela destinada para a manutenção do grupo e para os impostos. O dinheiro que a TEA arrecada é usado basicamente para a saúde, educação e projetos de conservação na área, e também para os custos administrativos e de marketing (Beavers, 1995).

A visitação à região ainda permanece limitada a cerca de 500 visitantes / noite por ano, mas vem aumentando aos poucos. Embora o programa de visitação como um todo seja considerado um sucesso, tem trazido alguns desafios para a comunidade. Uma questão que tem criado conflito entre os fundadores da TEA é a admissão de novos membros. Todos os membros-fundadores da Associação investiram tempo e recursos para o lançamento desse projeto, e agora, quando o projeto está ganhando destaque, sentem que os novos membros devem arcar com custos semelhantes. Outro aspecto, é que a renda gerada ainda é mínima, e os membros fundadores estão resistentes por não concordarem com a divisão dessa renda com outras vilas. Mesmo que a renda gerada pelo turismo complemente outras fontes de renda, os membros não querem um número grande de participantes, pois, nesse caso, o empreendimento deixaria de ser lucrativo.

Uma forma de aumentar a renda seria aumentar o número de visitantes, e com esse intuito a TEA está investindo mais em marketing. À medida que esse investimento se expande os residentes percebem que a capacidade administrativa da TEA precisa ser fortalecida, sendo que a Associação já realizou um importante fórum para o incremento da visitação na área. E à medida que o turismo se expande, aumenta também a responsabilidade da TEA pela monitoração dos impactos nos residentes da região e nos recursos naturais.

(adaptado de Boo, 1998)

econômicas que não apenas aquelas proporcionadas pelo ecoturismo (Brandon, 1996).

Os elementos que são introduzidos com o turismo, incluindo o contato com estranhos, novos valores e hábitos, e novas formas de fazer negócios, às vezes não é o que a população residente deseja. Os residentes locais devem ser bem informados sobre os prováveis impactos do desenvolvimento do ecoturismo antes de aceitá-lo.

Interligação dos Benefícios do Ecoturismo com os Objetivos de Conservação

Para que o ecoturismo promova a conservação, a população local deve se beneficiar claramente e compreender que os benefícios que recebem estão relacionados à continuidade da existência da área protegida (Brandon, 1996). Deve haver uma relação próxima entre o gestor da área protegida e as comunidades vizinhas. Infelizmente, os residentes locais não reconhecem a conexão entre os benefícios gerados pelos projetos de turismo e a área protegida.

O exemplo de Belize, no Quadro 4.1, demonstra vários dos princípios acima mencionados em ação.

Conclusão

Para concluir, o ecoturismo deve ser visto como uma

forma pela qual as comunidades podem retomar ou fortalecer seu papel tradicional de administradora das áreas naturais, papel que tem sido muito comprometido pelas condições econômicas desfavoráveis impostas às comunidades rurais nos países tropicais.

O reconhecimento do papel vital que as comunidades rurais e costeiras desempenham na conservação da biodiversidade determina sua incorporação como interessadas nos processos de planejamento e gestão das áreas protegidas. Ao mesmo tempo, dado o valor que a participação das comunidades agrega aos produtos do ecoturismo, e os benefícios da participação para o desenvolvimento sustentável da comunidade, conclui-se que a participação ativa da comunidade é boa tanto para os negócios quanto para a conservação.

Referências:

Beavers, J. 1995. *Ecoturismo comunitario en la La Selva Maya: Estudio de seis casos en comunidades de Mexico, Guatemala y Belize.* The Nature Conservancy, Proyecto MAYAFOR/USAID.

Boo, L. 1998. *Ecotourism: A conservation strategy.* Documento não publicado, apresentado no Programa de Ecoturismo da The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Brandon, K. 1996. *Ecotourism and conservation: A review of key issues.* World Bank Environment Department Paper No. 033, Washington D.C.: Banco Mundial.

Government of Ecuador. 1998. *Ley de régimen especial para la conservación y desarrollo sustentable de Galápagos.* Quito, the Ecuador: Corporación de estudios y publicaciones

Schmink, M. 1999. *Conceptual framework for gender and community-based conservation. Case Study No. 1.* MERGE (Managing Ecosystems and Resources with Gender Emphasis), Gainesville, Florida: Tropical Conservation and Development Program, Center for Latin American Studies, University of Florida.

Wesche, R. 1996. *Developed country environmentalism and indigenous community controlled ecotourism in the Ecuadorian Amazon* (Ambientalismo nos países desenvolvidos e ecoturismo controlado pelas comunidades nativas na Amazônia Equatoriana). Geographische Zeitschrift 3&4:157-168.

Fontes

Asociacion Ecuatoriana de Ecoturismo. 1998. *Políticas y estratégias para la participación comunitaria en el ecoturismo.* Quito, Equador: Asociación Ecuatoriana de Ecoturismo.

Beltran, J. (ed.). 2000. Indigenous and traditional peoples and protected areas: Principles, guidelines and case studies. Gland, Suíça: IUCN e WWF International.

Borman, R. 1995. La Comunidad Cofán de Zábalo. Torista Semam'ba — Una experiencia indígena con el ecoturismo. In *Ecoturismo en el Ecuador. Trayectorias y desafíos,* X. Izko (ed.), 89-99. Colección Sistematización de Experiencias No. 1. Berna, Suíça: DDA; Berna e Quito, Equador: INTERCOOPERATION; Quito: IUCN.

Bruner, G. 1993. *Evaluating a model of private-ownership conservation: Ecotourism in the Community Baboon Sanctuary in Belize.* Georgia Institute of Technology.

Drumm, A.F. 1998. New approaches to community-based ecotourism management. Learning from Ecuador. In *Ecotourism: A guide for planners and managers, Volume 2,* K. Lindberg, M.

Epler Wood, M. 1998. *Meeting the global challenge of community participation in ecotourism: Case studies and lessons from Ecuador.* América Verde Working Papers No. 2. Arlington, Virginia: The Nature Conservancy.

Epler Wood, M. 1998. *Respuesta al desafío global de la participación comunitaria en el ecoturismo: Estudios y lecciones del Ecuador.* América Verde Working Papers No. 2b.Arlington, Virginia: The Nature Conservancy.

Honey, M. 1999. *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Washington D.C.: Island Press.

Lindberg, K., M. Epler Wood, e D. Engeldrum (eds.), 1998. *Ecotourism: A guide for planners and managers, Volume 2.* N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

McLaren, D. 1998. *Rethinking tourism and ecotravel.* West Hartford, Connecticut: Kumarian Press.

The Nature Conservancy. 2000. *The five-S framework for site conservation: A practioner´s handbook for site conservation planning and measuring conservation success.* Disponível no seguinte web site: www.conserveonline.org.

Wesche, R. e A.F. Drumm. 1999. *Defending our rainforest: A guide to community-based ecotourism in the Ecuadorian Amazon.* Quito, Equador. Acción Amazônia.

MERGE
(Managing Ecosystems and Resources with Gender Emphasis)
Tropical Conservation and Development Program
Center for Latin American Studies
University of Florida
304 Grinter Hall
PO Box 115531
Gainesville, FL 32611 USA
Tel: 352- 392-6548 Fax: 352-392-0085
tcd@tcd.ufl.edu www.latam.ufl.edu/merge/

Toledo Ecotourism Association (TEA), Belize
Formada por residentes do Distrito de Toledo, em Belize, em 1990, como uma meio de consolidar seus esforços com relação ao ecoturismo.

Capítulo 5
Ecoturismo e ONGs

Introdução

As organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel cada vez mais importante na gestão e no desenvolvimento do ecoturismo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Preocupadas com as questões ligadas à conservação, as ONGs descobriram que o ecoturismo reúne muitos dos elementos positivos que caracterizam as atividades de conservação:

- Atenua os impactos negativos no meio ambiente natural.
- Aumenta a consciência do visitante sobre os recursos naturais e culturais e questões que afetam sua conservação.
- Gera uma renda significativa para as atividades de conservação

O Papel das ONGs

Como um resultado da conexão direta entre ecoturismo e conservação, muitas ONGs conservacionistas adotam o ecoturismo como parte de suas atividades organizacionais. Entretanto, os papéis que desempenham podem ser diferentes:

1. Algumas ONGs agem como **facilitadores** entre outros agentes no contexto do ecoturismo, por exemplo, entre as comunidades e a indústria do turismo, e os gestores das áreas protegidas e as comunidades. Esse papel é particularmente importante, já que as ONGs são vistas, com freqüência, como agentes neutros que podem reconciliar interesses divergentes de participantes que, antes, tinham dificuldade em cooperar uns com os outros (ver Quadro 5.1).

Cabanas para hóspedes em La Milpa, Área de Conservação do Rio Bravo, Belize
© Andy Drumm

2. As ONGs podem ampliar seu alcance e conquistar impactos de conservação maiores quando **criam parcerias** ou quando prestam serviços a uma empresa de ecoturismo baseada em uma comunidade ou a uma empresa de ecoturismo privada.

3. As ONGs, em geral, oferecem **treinamento**, e são **fontes de importantes informações e conhecimentos técnicos especializados** aos quais outras instituições envolvidas com ecoturismo podem não ter acesso ou tempo para desenvolver. A informação pode ser transmitida por meio de uma publicação que a ONG desenvolve (como esta) ou de um workshop no qual os participantes de ecoturismo recebem treinamento.

4. As ONGs **criam parcerias com a administração de uma área protegida** para implementar um aspecto de um programa de ecoturismo, como, por exemplo, educação ambiental ou programas informativos. Normalmente as ONGs captam recursos de fontes externas e desenvolvem as atividades de acordo com um plano de ação benéfico para ambas as partes. Em alguns casos, a ONG se

Quadro 5.1 Planejamento e Desenvolvimento do Turismo com um Programa para Belize

Planejamento do Turismo: Projeto e Implementação do Plano de Desenvolvimento de Ecoturismo

O plano, desenvolvido por consultores privados, teve um custo de aproximadamente $40.000. Um aspecto importante do processo de planejamento foi o envolvimento do conselho de administração e dos membros da equipe do Programa para Belize (Programme for Belize's - PfB) durante todo o processo. Dessa forma, a visão desenvolvida era a do PfB e não a da empresa de consultoria. Fato ainda mais importante foi que o processo produziu não só o plano, mas também vários outros produtos, incluindo um plano de sítio para um segundo sítio, um projeto de última geração de um dormitório com capacidade para abrigar 30 estudantes utilizando tecnologia ambientalmente correta, e o fornecimento de contatos e de consultoria técnica necessários para obter e manter tecnologia "verdes" em nossos sítios de ecoturismo

Ao associar educação ambiental com a interação não destrutiva entre a natureza e o homem, os dois sítios de ecoturismo do PfB oferecem uma experiência de turismo especial, que atrai uma série de grupos-alvo: verdadeiros ecoturistas, pesquisadores, grupos de estudantes graúdo nível médio e universitários, assim como amantes ocasionais da natureza.

Essa experiência com turismo começou em 1992, com a recepção de grupos de estudantes por meio de parceria criada com a Save the Rainforest, Inc., organização norte-americana sem fins lucrativos. Em 1993, uma unidade de desenvolvimento de turismo foi fundada para fazer o marketing dos programas de ecoturismo, e em 1997 foram inauguradas as instalações de um segundo sítio na reserva.

Parceria do PfB com a Save the Rainforest, Inc.

Por meio dos esforços combinados de marketing da Save The Rainforests (STF), Inc. e do PfB, o PfB oferece um programa educacional de duas semanas, o Tropical Forest (Floresta Tropical) e o Marine Ecology (Ecologia Marinha), direcionado para estudantes norte-americanos do nível médio. Os participantes ficam uma semana em Rio Bravo e a outra semana em uma ilha localizada nas proximidades da costa.

Entre 1977 e 2000 esse programa gerou uma renda média líquida anual de $50.000. Cerca de dez grupos por ano visitam o programa, com uma média de 15 a 20 estudantes por grupo. Sete funcionários, incluindo guias e cozinheiros, trabalham em período integral com esses grupos entre junho e agosto.

O PfB colhe muitos benefícios com a hospedagem de grupos da STR além da renda originada pelo turismo. Os visitantes, e em particular os grupos com finalidade educacional, fazem contribuições financeiras ao PfB. Com o passar do tempo, o PfB tem desenvolvido uma rede de contatos por meio dessas atividades turísticas.

Questões Fundamentais para a Gestão

- Selecionar empregados: cozinheiros, guias, gerente de alojamento.
- Manter satisfeitos os empregados que estão trabalhando em locais distantes — organizar horários, atividades de recreação.
- Incorporar o feedback dos visitantes no planejamento anual.
- Desenvolvimento da capacitação dos empregados, tanto no campo quanto no escritório principal.
- Investir em planejamento.
- Fazer a manutenção e o desenvolvimento contínuos da infra-estrutura.
- Garantir que a unidade de desenvolvimento do turismo mantenha um alto padrão de serviços.

Quadro 5.2 Associação ANAI, o Corredor Biológico de Talamanca, na Costa Rica

A Associação ANAI tem trabalhado com vários grupos baseados nas comunidades na região da floresta tropical de Talamanca, na costa Atlântica da Costa Rica. Essa associação tem o objetivo de criar uma rede de programas de turismo pertencentes aos pequenos fazendeiros locais e aos membros da comunidade e geridos por eles mesmos.

Esses projetos de pequeno porte são mecanismos por meio dos quais os grupos em nível de comunidade, tal como o ASACODE, podem complementar a própria renda com os ecoturistas ocasionais e com os grupos de estudantes. Essa renda adicional funciona como um incentivo para que os membros da ASACODE conservem a área de floresta tropical em suas terras e incorporem práticas de agricultura sustentável na produção de cacau. A área de floresta que essa cooperativa de fazendeiros protege é um hábitat vital para mais de um milhão de aves de rapina que migram entre a América do Norte e a América do Sul a cada primavera e outono. A simples hospedaria construída na floresta tropical tem chuveiros e banheiros para uso comum e seis quartos de casal, e foi muito bem avaliada pelos membros da The Nature Conservancy em 2000.

A ANAI atingiu seus objetivos de conservação ao oferecer treinamento e assistência técnica à ASACODE, e facilitar o contato entre o programa de ecoturismo e os operadores de turismo privados na Costa Rica e no exterior.

responsabilizará pela implementação de todo o programa de ecoturismo.

5. Cada vez mais as ONGs **gerenciam suas próprias áreas protegidas** ou são chamadas a **assumir a responsabilidade por áreas protegidas administradas pelo governo.** Nessas situações, a ONG tem a responsabilidade de implementar todas as atividades de gestão dessa área, incluindo o programa de utilização pública, que é onde, em geral, o ecoturismo se situa. Às vezes, a ONG administra uma área protegida em conjunto com um órgão governamental. Um exemplo desse trabalho em conjunto é a Fundación Defensores de la Naturaleza, o parceiro da The Nature Conservancy na Guatemala, que administra o Parque Nacional Sierra del Lacandón em conjunto com o CONAP (Consejo Nacional de Areas Protegidas).

6. Em circunstâncias excepcionais, as ONGs **fornecem serviços de ecoturismo,** tais como promoções e organização de passeios ou alojamento, serviços de transporte e alimentação. No entanto, apesar de parecer que esse seria um passo lógico a ser dado, muitas vezes essa tarefa pode comprometer o papel principal de uma ONG, que é o de agente de conservação, podendo ainda tirar as oportunidades de empresas baseadas nas comunidades ou do setor privado do turismo.

As ONGs desempenham um papel importante na promoção da implementação do ecoturismo, ao criarem uma interação positiva com as comunidades locais, com o setor privado do turismo e com as áreas protegidas administradas pelo governo e por terceiros.

O papel específico adotado por uma ONG depende de uma série de condições dentro das quais ela atua, por exemplo, sua missão e propósito, o grau de abertura para a colaboração da ONG e o interesse da indústria do turismo. Situações vantajosas também surgem e afetam o papel de uma ONG, tais como a doação de um pedaço de terra para o ecoturismo ou o desenvolvimento de um relacionamento amigável com um líder comunitário.

Fontes

Moore, A., A. Drumm, and J. Beavers. 2000. Plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo en el Parque Nacional Sierra del Lacandón. Serie de Coediciones Técnicas No. 15. Consejo Nacional de Areas Protegidas (CONAP), Fundación Defensores de la Naturaleza, The Nature Conservancy.

Asociación San Migueleña de Conservación y Desarrollo (ASACODE), Costa Rica — www.asacode.or.cr/

Capitulo 6

Ecoturismo e a Indústria do Turismo

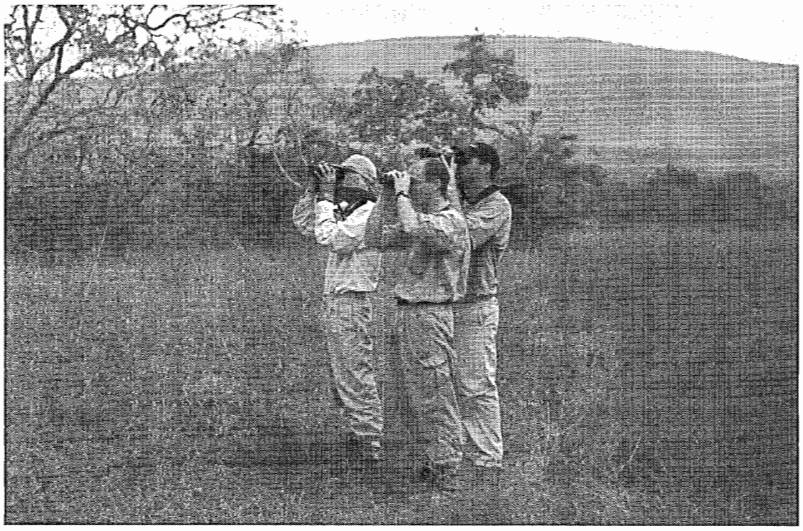
Introdução

De todos os participantes das atividades ecoturísticas, a indústria do turismo é talvez a mais importante e a menos valorizada pelos conservacionistas. Muitos conservacionistas não gostam de lidar com empresários corporativistas motivados pelo lucro, a quem eles acusam de dominar a indústria do turismo. Entretanto, esses empresários são essenciais para que os objetivos de conservação por meio do ecoturismo sejam atingidos. Podem, e na realidade, devem se tornar aliados e parceiros das ONGs, dos gestores de áreas protegidas e das comunidades, caso se pretenda que o ecoturismo se torne mais que um mero conceito abstrato.

Cada vez mais, a indústria do turismo se torna a defensora mais poderosa das áreas protegidas por meio do apoio que presta a elas, e essa dinâmica deve ser estimulada, estabelecendo-se mecanismos adequados de comunicação e colaboração entre gestores de áreas protegidas e operadores de turismo.

Os mecanismos do turismo internacional, e até mesmo nacional, demandam um complexo conjunto de infra-estrutura (transporte, alojamento, guias, etc.) para facilitar a movimentação de turistas de sua casa para a destinação turística (ver Figura 6.1). Cada plano precisa de uma série de atividades específicas e de um grupo correspondente de funcionários, de infra-estrutura e de custos.

Poucos operadores de turismo se especializam em ecoturismo. No entanto, existem muitos operadores de turismo voltado à natureza e turismo de aventura, a maioria dos quais não se enquadra totalmente nos padrões do ecoturismo. A despeito das iniciativas para que se tornem mais sustentáveis, as práticas do turismo convencional ainda predominam na indústria do turismo, da mesma forma que as práticas convencionais ainda dominam todos os outros aspectos de nossa vida. No entanto, a indústria do turismo está se voltando em um ritmo cada vez mais acelerado em direção ao



Observadores de pássaros no Parque Nacional Noel Kempff Mercado, na Bolívia
© Andy Drumm

"turismo verde", à medida que os turistas exigem serviços mais saudáveis do ponto de vista ambiental. Atualmente muitos hotéis, por exemplo, reciclam latas e garrafas e estimulam os hóspedes a reutilizar toalhas visando a economia de água.

O número de empreendimentos na área de ecoturismo também cresce na mesma proporção que novas empresas são criadas. Muitas dessas empresas já foram criadas, desde o início, com a compreensão dos princípios de sustentabilidade e comprometidas com esses princípios, ao passo que muitas das empresas mais antigas de turismo voltado à natureza têm sido lentas ao incorporar todos os princípios de ecoturismo em suas atividades.

As ONGs conservacionistas que trabalham em parceria com operadores de turismo privados estão em posição ideal para fornecer as diretrizes técnicas que podem transformar o turismo voltado à natureza em uma operação de ecoturismo.

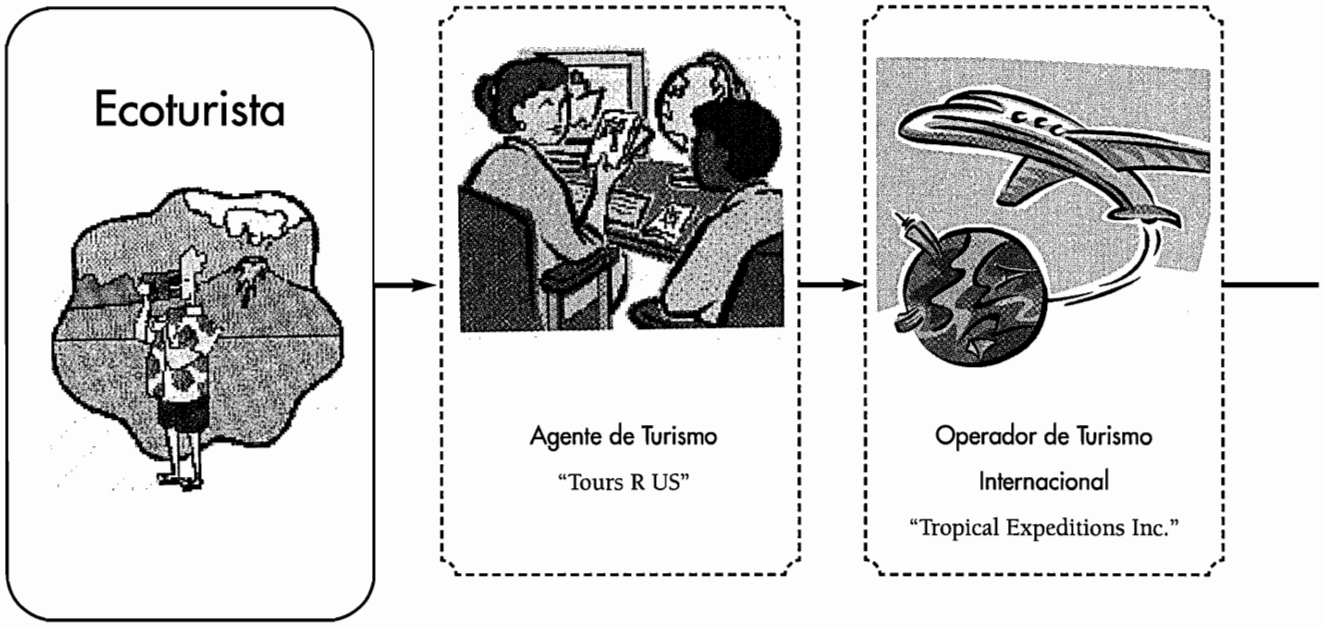
Os Elos da Cadeia de Turismo

A figura 6.1 descreve os elos da cadeia de turismo que liga o ecoturista às áreas protegidas.

1. ***O Agente de Viagens*** — Normalmente é uma "agência" com vários produtos ou rede de varejo que oferece uma grande variedade de viagens domésticas e internacionais para consumidores que podem discutir os detalhes da viagem pessoalmente com o operador, em sua própria cidade ou nas vizinhanças. Normalmente, vendem os programas de um operador internacional. Viajantes ecológicos raramente compram viagens por meio dessas agências, que têm como foco principal as destinações de turismo de massa, cruzeiros, etc.

2. ***O Operador de Turismo Internacional*** — Normalmente é um operador que se especializa em uma região geográfica em particular, tal como a Amazônia ou a América do Sul, ou em atividades específicas, tais como observação de pássaros ou escaladas. Estão localizados no país de origem dos viajantes ecológicos. Produzem publicações anuais com uma série de viagens fixas para cada programa de turismo e geralmente têm uma clientela fiel, que retorna regularmente para a compra de viagens. Oferecem para os turistas um pacote completo que inclui bilhetes aéreos, e podem oferecer também um guia turístico para acompanhar seus grupos de

Figura 6.1 A estrutura da Indústria do Turismo



clientes, mas no geral, contratam um operador doméstico para fornecer serviços no país de destinação.

3. *Os Operadores de Turismo Doméstico* — Localizados no país de destinação, fornecem pacotes completos de serviços, desde a chegada até a saída do país. Podem ter seu próprio equipamento e instalações (veículos e alojamentos) ou podem subcontratar esses serviços nas cidades e nas regiões que os turistas visitarão. Os operadores internacionais os contratam para oferecer todos os serviços "de terra". Com o advento da Internet competem cada vez mais diretamente por clientes com os operadores internacionais.

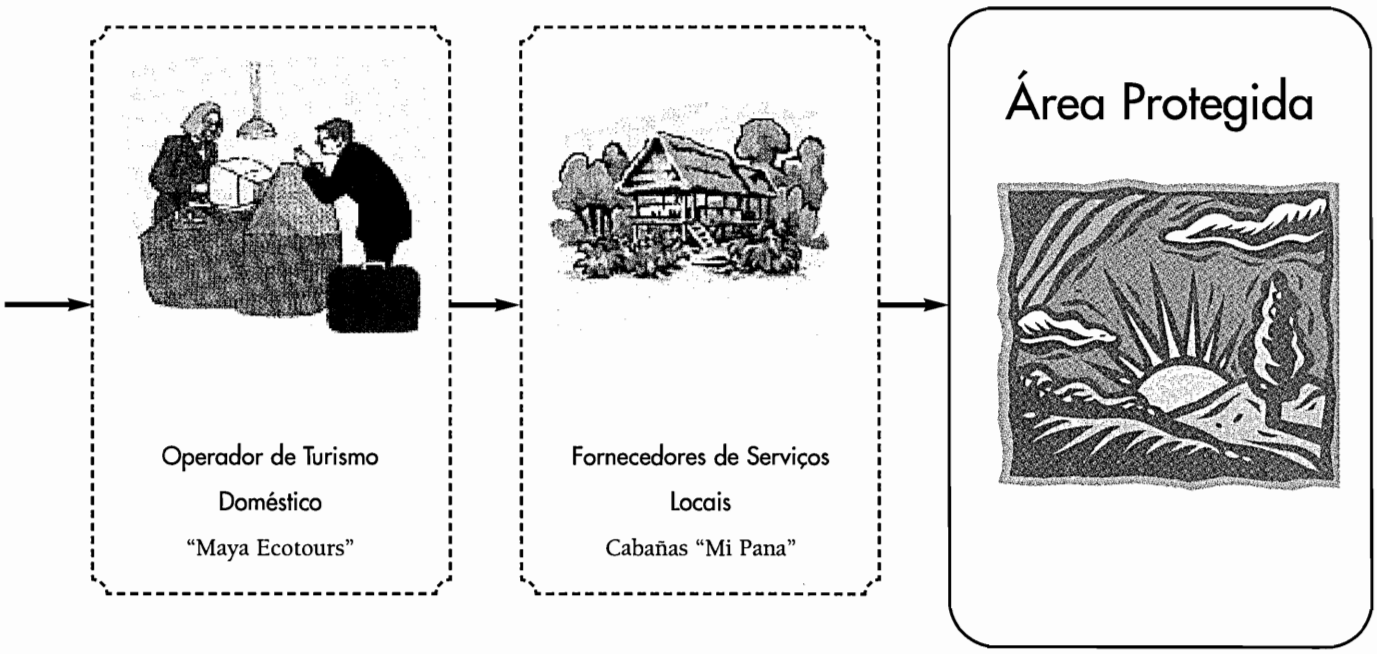
4. *Fornecedores de Serviços Locais* — Podem ser proprietários de hotéis e pousadas locais, fornecedores de transporte locais, empresas de turismo baseadas na comunidade e guias locais, fora das grandes cidades e próximos dos atrativos naturais. É aqui, normalmente, que as comunidades locais se unem à cadeia de turismo. Os viajantes mais aventureiros geralmente se comunicam diretamente com eles, especialmente se constam em guias de viagens como o Rough Guides, Lonely Planet, etc.

Inclusão de Operadores de Turismo Privados no Processo de Planejamento

Implementar o ecoturismo pode ser um empreendimento desafiador e caro. Se a indústria do turismo fizer parte desse processo desde o começo, os custos podem ser bastante reduzidos e as chances de sucesso maiores. A inclusão da experiência de um operador de turismo privado no planejamento de ecoturismo e no desenvolvimento do projeto seria de valor incalculável e não poderia ser reproduzida por uma ONG conservacionista. Outras contribuições essenciais dos vários segmentos da indústria do turismo podem incluir:

1. Fornecer **informações** sobre o mercado potencial para atividades de ecoturismo.

2. Dar **assessoria** com relação às preferências dos visitantes em termos de atrativos, acomodação, alimentação e serviços de transporte.



3. Fazer o **marketing** de uma atividade ou de um programa de ecoturismo.

4. Oferecer um ou mais dos **serviços** necessários para facilitar o acesso do visitante ao sítio de ecoturismo e sua apreciação.

5. Fornecer **treinamento** para guias e empresários locais.

6. **Investir** em uma operação de ecoturismo. O investimento provavelmente dependerá da expectativa de retorno financeiro.

7. **Manejar** uma operação de ecoturismo, tal como um alojamento ecológico. Quando dentro de uma área protegida, esses operadores seriam considerados concessionários e, como tal, estariam sujeitos a normas rigorosas que disciplinariam tudo, desde as fontes de energia utilizadas até o número de hóspedes que poderiam receber de cada vez, e também a utilização de fornecedores e mão-de-obra locais. Também poderia haver uma determinação no sentido de as concessionárias pagarem uma taxa de concessão para a administração da área protegida.

Tabela 6.1 Os Destinos mais Populares na América Latina

País	Número de operadores internacionais dos Estados Unidos que identificaram as destinações abaixo como sendo as principais	Porcentagem
Costa Rica	37	56%
Ilhas Galápagos	32	48%
Peru	29	44%
México	27	41%
Belize	26	39%
Chile	18	27%
Argentina	16	24%
Ecuador	16	24%
Brasil	14	21%
Bolívia	11	17%
Caribe	11	17%
Guatemala	10	15%
Venezuela	10	15%
Panamá	9	14%
Outros	5	8%
Total de entrevistados	66	100%

(Fonte: Oden e col., 1997)

A Demanda pelo Turismo Voltado à Natureza

A tabela 6.1 mostra os resultados de uma pesquisa realizada junto a 66 operadores norte-americanos de turismo internacional voltado à natureza. Oferecem, entre eles, 271 destinações na América do Sul. Cinqüenta e sete por cento (37 das 66 operadoras) oferecem a Costa Rica como uma de suas destinações principais.

Deve-se destacar que a maior parte dos entrevistados também oferece destinações na África, Antártica, Ásia, Europa e na própria América do Norte, sendo que o Alasca e o Canadá são considerados como destinações particularmente populares de turismo voltado à natureza.

Referência

Oden, W., A. Mavrogiannis, and E. Horvath. 1997. *1997 U.S. ecotour operator survey.* Standards and practices of North American ecotour operators serving the Latin America and Caribbean regions. Documento não publicado. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Fontes

Blake, B. and A. Becher. 1999. *The new key to Costa Rica.* Berkeley, California: Ulysses Press.

Box, B. 1998. *South American handbook.* Bath, UK: Footprint Handbooks; Chicago, Illinois: Passport Books.

The Ecotourism Society. 1993. *Directrices para el ecoturismo. Una guía para los operadores de turismo naturalista.* N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

The Ecotourism Society. 1993. *Ecotourism guidelines for nature tour operators.* N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Franke, J. 1993. *Costa Rica's national parks and preserves. A visitor's guide.* Seattle, Washington: The Mountaineers.

Perrottet, T. 1997. *Insight guide: Belize.* London, UK: APA Publications Ltd.

The International Ecotourism Society (TIES)
www.ecotourism.org ecomail@ecotourism.org
A TIES é uma organização internacional dedicada a disseminar informações a respeito do ecoturismo. Seus 1.700 membros exercem mais de 55 profissões diferentes e vivem em mais de 70 diferentes países. A maior parte deles trabalha no setor turístico, estuda turismo, ou usa o turismo para apoiar a conservação de cenários naturais e manter o bem-estar das comunidades locais.

Parte II

Planejamento e Gestão de Ecoturismo

Capítulo 1

Planejamento de Gestão de Ecoturismo: Visão Geral

Este capítulo apresenta alguns conceitos básicos de planejamento relacionados à preparação de planos de gestão de ecoturismo. O foco principal está no **processo** que envolve a preparação de um plano de gestão de ecoturismo.

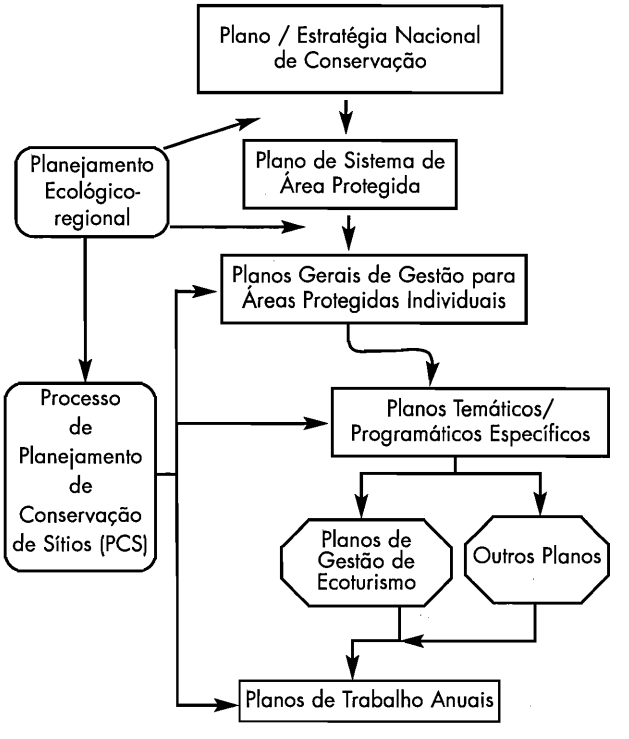
Planejamento de Ecoturismo e Áreas Protegidas

Quando a maioria de nós pensa em planejamento de áreas protegidas, pensa em planos de gestão para um parque nacional específico ou em um outro tipo de área protegida. No entanto, é importante entender que o planejamento de áreas protegidas acontece em um contexto de planejamento mais geral, com vários níveis e componentes diferentes. Cada nível tem um impacto sobre os outros, conforme o papel que as áreas protegidas desempenham na consecução dos objetivos de desenvolvimento nacionais e locais, que devem se basear no conceito de desenvolvimento sustentável (ver Parte I, Capítulo 1 para mais informação). A figura 1.1 mostra uma descrição gráfica desse contexto de planejamento.

Planos Gerais de Gestão são em geral preparados para cada área protegida em particular. Esses planos utilizam as metas e objetivos gerais estabelecidos para o sistema da área protegida e os aplicam na situação natural e cultural da área protegida específica. O plano de gestão definirá os objetivos de gestão específicos da área protegida e o esquema de zoneamento, bem como as estratégias, os programas e as atividades para se atingir esses objetivos. O plano de gestão é projetado para oferecer aos gestores de áreas protegidas diretrizes para a gestão de suas respectivas áreas por um período de cinco anos ou mais. Planos mais detalhados surgirão, então, a partir dos planos de gestão.

Planos de Conservação de Sítio (PCS) podem ser desenvolvidos como complementos estritamente focados nos planos gerais de gestão, ou, em alguns casos, como alternativas. Um PCS pode identificar o ecoturismo como uma estratégia para reduzir as ameaças em um sítio ou como uma fonte financeira para a conservação. Em ambos os casos, um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE) é necessário. A figura 1.1 mostra como os planos temáticos ou programáticos, como um PGE, deverão se basear no plano geral de gestão e em suas recomendações. Em alguns países os planos de gestão têm força de lei ou de atos ministeriais. Em outros, são aprovados com menos rigor, e os gestores de área protegidas têm mais liberdade para aplicá-los.

Figura 1.1 Contexto de Planejamento para Áreas Protegidas



Nota: O processo de PCS pode ser utilizado para substituir diretamente ou melhorar os planos de gestão baseados em sítios em grande ou pequena escala.

Muitos planos de gestão têm sido preparados ao longo dos anos e muito se aprendeu sobre a forma de desenvolvê-los. Algumas das principais lições aprendidas são:

- Áreas protegidas devem ser planejadas como parte integral do desenvolvimento da região e do país onde estão localizadas.
- Os objetivos de gestão devem orientar o planejamento em todos os níveis.
- O melhor planejamento é conduzido por uma **equipe** integrada por representantes de áreas e instituições diferentes e com vários pontos de vista. As organizações comunitárias locais, os operadores de turismo e os governos devem estar representados na equipe de planejamento de processos. Alguns desses representantes podem também estar em uma posição ideal para fornecer alojamento, transporte ou até mesmo apoio econômico para a equipe de planejamento.
- A interação efetiva desses indivíduos cria uma situação de sinergia na qual o todo se torna maior que a soma das partes.
- Um bom planejamento depende da **participação efetiva** dos principais interessados. Com relação a um PGE, esses interessados são todas as pessoas e instituições que se envolverão na implementação do programa de ecoturismo na área protegida ou em outra área natural.

Figura 1.2 Quem Participa do Processo de Planejamento?

As áreas protegidas necessitarão do compromisso e do apoio de todas as pessoas e organizações, e dos próprios empregados, se querem satisfazer às altas expectativas que se colocam diante deles. O processo de planejamento deve envolver todos eles de forma significativa para que se obtenha o compromisso e o apoio de todos.

O que é um Plano de Gestão de Ecoturismo?

Um plano de gestão de ecoturismo é uma ferramenta que orienta o desenvolvimento do turismo em uma área protegida, pois sintetiza e representa a visão de todas as pessoas interessadas no sucesso do projeto, ao mesmo tempo em que alcança os objetivos de conservação para o sítio. O resultado deve estar contido em um documento, com a opinião dos interessados, com suas orientações a respeito de como o ecoturismo deve ser implementado em uma área protegida específica. Normalmente, um PGE será uma continuação detalhada das diretrizes gerais estabelecidas em um plano geral de gestão ou em um PCS.

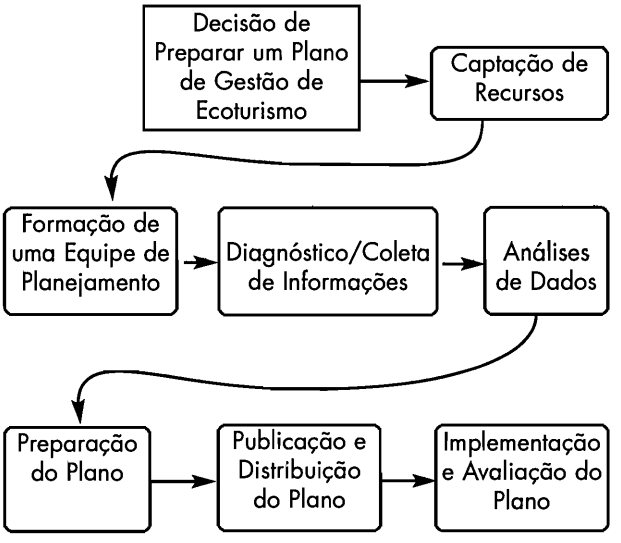
O plano geral de gestão, via de regra, determina que o ecoturismo é o tipo de turismo desejável para uma área protegida específica, e que o ecoturismo, ou, talvez, o uso público, deve ser um programa específico a ser desenvolvido pelos gestores da área protegida. O plano geral de gestão definirá também a configuração do zoneamento para a área, que, por sua vez, designará os setores que poderão ser disponibilizados para o turismo.

Existe um processo passo-a-passo que serve como guia na preparação de um PGE. Embora esses passos sejam apresentados em uma seqüência linear na Figura 1.3, o processo real não é, nem de longe, tão direto. Os planejadores geralmente precisam voltar a um ou mais passos em vários momentos do processo. Por exemplo, é comum que quando uma equipe de planejamento se depara com a etapa de Análise de Dados, a falta de informações essenciais os faça voltar para a etapa de Diagnóstico/ coleta de Informação.

Poder ocorrer também o contrário, ou seja, durante o estágio de Diagnóstico a equipe de planejamento pensará de forma analítica sobre os dados que estão coletando preliminarmente. Na realidade, é normal que os planejadores trabalhem em vários estágios ao mesmo tempo.

Quanto tempo levará para terminar esses estágios, do começo ao fim? A duração do processo de planejamento depende de vários fatores, e os principais são:

Figura 1.3 Fases do Processo de Planejamento para um Plano de Gestão de Ecoturismo

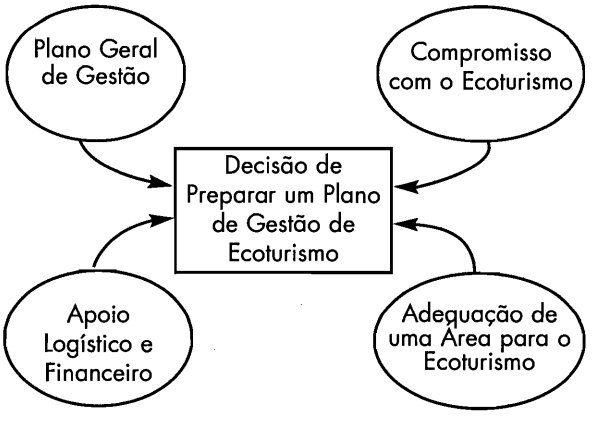


- **Disponibilidade e volume de recursos.** A disponibilidade total de recursos desde o início do processo facilitará o processo de planejamento do PGE.
- **Complexidade do turismo e situação de uso público da área protegida.** Se já existe um grande número de visitantes, de operadores turísticos e/ou sítios de visitação, o plano pode necessitar de muita coleta de dados e análise. Por outro lado, quando uma área protegida tem pouco turismo, mas um grande potencial a ser explorado, deve ser feita uma avaliação mais cuidadosa do potencial e dos recursos. O simples tamanho e número dos atrativos para visitação atuais e potenciais da área são também fatores importantes a serem considerados.
- **Tempo que a equipe de planejamento dedica ao processo.** Quando os membros de uma equipe de planejamento têm outras responsabilidades, o processo do PGE tende a ser mais prolongado.
- **Apoio que uma equipe de planejamento recebe dos interessados.** Uma participação ativa e positiva da comunidade local, dos operadores de turismo e de outros torna o processo mais efetivo e produtivo.
- **Detalhes necessários para o planejamento.** Essa questão está relacionada à quantidade de conhecimento já disponível ou que pode ser obtido sem que haja necessidade de muito esforço ou de muitos gastos. Há tanto a ser realizado para se planejar adequadamente o ecoturismo que um primeiro PGE deve lidar somente com o que é estritamente necessário para se iniciar um programa de gestão de ecoturismo. Alguns aspectos podem ser deixados para depois, ou mesmo para planos mais específicos, como planos de desenvolvimento de sítio e desenhos arquitetônicos. Mais detalhes a esse respeito podem ser encontrados no Capítulo 4, "Passo 3: Análise de Dados e Preparação do Plano". Em todos os casos é muito importante que a equipe de planejamento e a administração da área protegida concordem sobre os detalhes necessários ao plano antes de se dar início ao processo.

É comum ouvir os planejadores afirmarem que o "processo é mais importante que o documento final". Embora, o processo seja desenvolvido para se obter os resultados necessários à preparação do documento ou plano final, é também uma ferramenta para se envolver todos os interessados. Se sentirem que fazem parte do processo, eles se comprometerão com a implementação. Um processo de planejamento participativo e inclusivo proporciona apoio de longo prazo e extremamente valioso para a gestão da área protegida.

Pré-requisitos de um Plano de Gestão de Ecoturismo

Figura 1.4 Principais Fatores Envolvidos na Tomada de Decisões para a Preparação de um Plano de Gestão



Pode parecer que preparar um PGE para a sua área protegida faça muito sentido, especialmente se for um parque nacional ou uma outra área cujos objetivos de gestão enfatizem a recreação ou o turismo, e também a proteção dos recursos. No entanto, antes de investir em um PGE de larga envergadura, é essencial que se faça uma avaliação criteriosa dos recursos da área protegida, da capacidade humana e do potencial turístico. Certas questões fundamentais devem ser consideradas:

1. A área protegida deve ter **um plano geral de gestão** que estabeleça diretrizes amplas nas quais fundamentar um PGE: objetivos gerais de gestão da área protegida e estrutura de zoneamento e recomendações sobre programas de gestão para uso público e para o turismo. O plano geral de gestão deve mencionar a necessidade de se usar o ecoturismo como um conceito orientador ou pelo menos usar argumentos em prol das atividades turísticas de baixo impacto e que geram receita.

2. A equipe da área protegida deve **aceitar os princípios do ecoturismo e se comprometer com eles**, o que significa aceitar que o turismo de massa não é uma opção e que a administração de uma área protegida deve, de forma diligente, gerir os impactos do turismo. Significa, ainda, aceitar integralmente o envolvimento das comunidades, dos representantes da indústria do turismo e de outros no planejamento e na implementação de atividades ecoturísticas, e se comprometer a trabalhar de perto com todos a fim de tomar decisões sobre o turismo e o uso público dentro da área protegida. Em muitos casos, a decisão de ir adiante com o ecoturismo significa que a administração da área protegida deve empreender uma mudança em seu relacionamento com o público em geral e as expectativas desse público, em todos os aspectos relativos à gestão da área protegida, e não só no que diz respeito ao ecoturismo. É essencial que haja um envolvimento expressivo e a participação dos interessados na gestão da área protegida, o que, geralmente, representa um desafio a ser encarado.

3. Deve haver uma razoável expectativa de que **os recursos e o apoio logístico e técnico necessários estarão disponíveis** quando se precisar deles. Implementar um PGE pode ser oneroso. Envolver os interessados desde o início do processo permite que se veja como cada um pode cooperar com o processo de planejamento.

4. Deve-se analisar seriamente se o **ecoturismo é adequado para a área protegida.** A legislação existente permitirá ou facilitará o ecoturismo? Quais têm sido os resultados do processo de Planejamento de Conservação de Sítios? O ecoturismo pode responder às ameaças identificadas? Os padrões de turismo tradicionais e atuais dentro da área protegida e/ou da região dificultarão a implementação do conceito de ecoturismo? As condições da área protegida a tornam adequada para o uso dos visitantes?

Os gestores da área protegida devem analisar esses fatores e determinar se um PGE é necessário ou não. Talvez o turismo não seja um fator significativo para o futuro da área protegida, ou talvez as práticas tradicionais de turismo sejam muito difíceis de serem modificadas naquele exato momento. Mas se a decisão de seguir adiante é tomada, o processo de planejamento de um PGE requer compromisso e dedicação, do contrário o plano não atenderá as expectativas.

Financiamento do Plano

Todo processo de planejamento tem um custo, e um PGE não é uma exceção. Serão necessários recursos financeiros para se pagar:

- assistência técnica (consultores);
- apoio logístico (transporte, alimentação/equipamento no campo);
- despesas com reunião (aluguel de salas, alimentação, serviços, materiais);
- despesas com comunicação (correio, fax, telefone, etc.);
- publicações e distribuição de documentos finais.

Os custos totais com um PGE podem ser altos, e, em geral, estão além da capacidade de o orçamento de uma área protegida absorvê-los. Existem, basicamente, quatro diferentes fontes de recursos para um PGE:

a) Ajuda Internacional

A ajuda internacional pode ser encontrada de diversas formas, e cada país e área protegida terão uma situação distinta. Por meio de seus parceiros locais, a The Nature Conservancy fornece assistência técnica e recursos financeiros para certas áreas protegidas, priorizando o desenvolvimento do ecoturismo. ONGs ambientalistas internacionais, tais como a Conservation International e o World Wildlife Fund (WWF) são outras possíveis fontes de ajuda.

Os projetos de assistência multilaterais implementados, entre outros, pelo Banco Mundial (especialmente por meio do Programa GEF), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco de Desenvolvimento da América Central (BDAC) são fontes potenciais de recursos financeiros. Devido à abrangência e aos procedimentos burocráticos associados aos projetos multilaterais, é aconselhável estar envolvido no planejamento inicial dessas organizações para garantir que as prioridades particulares de cada um sejam atendidas. Muitos projetos de desenvolvimento padrão, como a

construção de estradas, por exemplo, têm componentes ambientais que poderiam financiar projetos de áreas protegidas.

As agências de assistência bilateral, em geral, de governo para governo, tais com a USAID (EUA), GTZ (Alemanha), CIDA (Canadá), e JICA (Japão), podem ter projetos que incluam áreas protegidas, proteção ambiental ou desenvolvimento de turismo, e poderão ajudar a financiar um PGE.

b) Fontes Nacionais

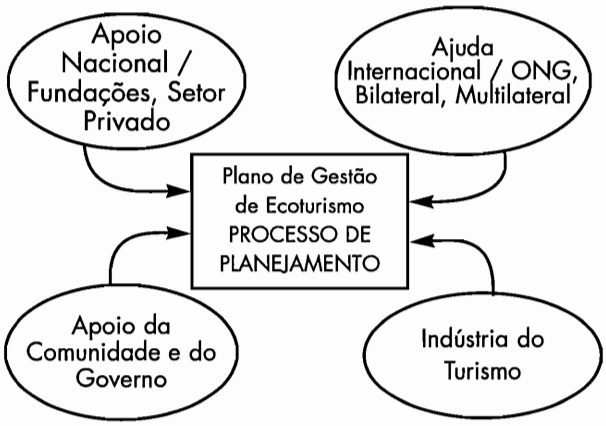
As fontes de recursos estão cada vez mais disponíveis no plano nacional nos países em desenvolvimento. A maior parte dessas fontes são fundações ou "trusts" que foram criados com a utilização tanto de fontes internacionais quanto nacionais. Os pedidos a essas organizações devem ser encaminhados com cerca de um ano de antecedência para que eles possam planejar seu orçamento.

Empresas e empreendimentos privados estão se conscientizando de que o apoio dado a programas ambientais representa um bom negócio e lhes propicia propaganda positiva. Alguns desses doadores em potencial, especialmente aqueles em posição de destaque, podem estar dispostos a fornecer recursos para o seu PGE. É bem provável que exijam que sua contribuição seja mencionada nas apresentações públicas e nos documentos relativos a elas que venham a ser produzidos.

c) Comunidades Locais e Governos

As áreas protegidas não estão isoladas, apesar de, por vezes, parecer que sim. A terra que ocupam são adjacentes às das comunidades locais e, em alguns casos, são reclamadas por estas ou pelo Governo. Cada vez mais essas entidades estão se interessando pelas áreas protegidas, não só pelo seu potencial de gerar receitas para as populações locais e governos, mas também pelo prestígio que a associação com áreas protegidas traz.

Figura 1.5 Fontes de Apoio para Financiar um PGE



d) Indústria do Turismo

Na maior parte das vezes, já haverá operadores de turismo trabalhando na área protegida e outros que podem estar interessados em fazê-lo. Alguns deles devem estar representados na equipe de planejamento. Deve-se pedir a todos que apóiem o processo de planejamento fornecendo transporte, acomodações ou recursos financeiros, especialmente aqueles que têm usado a área sem pagar pelo privilégio por meio de uma concessão ou de outra taxa de usuário qualquer. As agências de viagem e os guias turísticos também podem estar interessados em participar fornecendo apoio logístico ou financeiro.

Embora possa parecer mais fácil buscar uma única fonte de apoio para um PGE, pode ser mais produtivo, no longo prazo, procurar diferentes tipos de apoio dentre uma grande variedade de fontes. Dessa forma, a área protegida desenvolve relacionamentos com empresas, organizações e pessoas que podem se tornar importantes contatos futuros em termos de apoio logístico, de informação, e até de contribuições financeiras diretas.

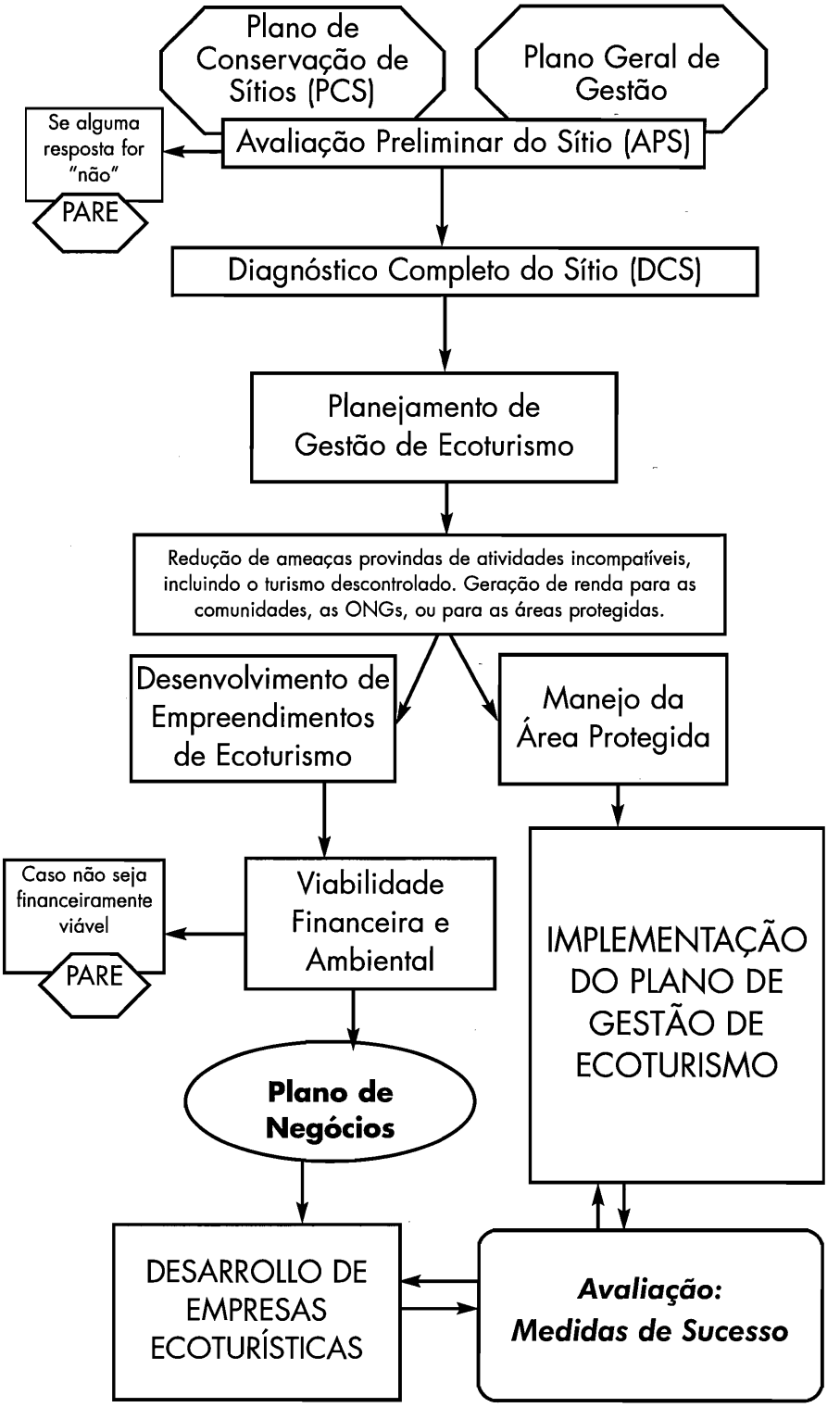
Quem Elabora um Plano de Gestão de Ecoturismo?

O ecoturismo, por definição, representa a inclusão e o envolvimento de todos os interessados. O processo de planejamento deve representar o ponto no qual todos os interessados de peso se tornam envolvidos no processo de tomada de decisão sobre ecoturismo.

Um PGE deve se basear em um consenso entre:

- profissionais do turismo (operadores e guias) interessados na área protegida e/ou envolvidos com ela;
- representantes das comunidades que sofrerão os impactos do ecoturismo;
- representantes dos governos locais, órgãos governamentais, ONGs, e outros que têm interesse no desenvolvimento do ecoturismo na região; bem como
- integrantes da equipe da área protegida que conhecem bem a área e que serão responsáveis pela implementação do plano.

Figura 1.6 Visão Geral do Processo de Planejamento de Gestão e Desenvolvimento



Deve-se empregar uma abordagem participativa do planejamento para se obter consenso. Não basta que um consultor, ou o diretor de um programa de turismo desenvolva o plano sozinho e o apresente para os outros apenas para aprovação. A abordagem democrática do planejamento pode demandar mais tempo e mais energia, mas produz melhores resultados, e deve ser implementada de tal forma que todos os participantes sintam que são donos do plano e, portanto, tenham interesse pessoal no sucesso de sua implementação.

No entanto, democracia requer liderança. O processo de planejamento deve abranger dois níveis de participação: os participantes ocasionais e os permanentes. Os participantes permanentes consistirão de uma pequena **equipe de planejamento** de duas ou três pessoas que possam dedicar a maior parte de seu tempo para o processo durante semanas ou meses. Essa equipe fará a parte mais pesada do trabalho administrativo e outros serviços de escritório, organizará eventos e criará oportunidades para que os outros interessados participem. Também podem ficar responsáveis pela coleta de informações necessárias para implementar a Fase de Diagnóstico do processo de planejamento (ver Parte II, Capítulo 2).

Os **participantes ocasionais** serão todos os outros interessados, que participarão de workshops, seminários e outros eventos nos quais as informações são coletadas, as opções são discutidas e as decisões, tomadas. É nesses eventos que o importante processo de planejamento será realizado. A equipe de planejamento é responsável pela boa organização e estruturação desses eventos para maximizar a participação e contribuição dos interessados. É importante reconhecer que a abordagem de uma **equipe** para o planejamento mostra que os membros da equipe interagem e trocam opiniões com freqüência, tanto em situações formais como em situações informais. Quando os membros de uma equipe interagem dessa forma, todo o processo de planejamento se enriquece. Esse processo sinérgico resulta em um produto muito melhor do que aquele que seria obtido caso cada participante contribuísse com suas idéias de forma independente.

A equipe de planejamento pode ser composta por autoridades da área protegida, um operador de turismo ou guia turístico, e um outro interessado que possa dedicar o tempo necessário a essa tarefa. Pode ser que haja necessidade de recursos para pagar essas pessoas, caso elas tenham que interromper o trabalho que fazem, ou se não puderem doar seu tempo. Um dos membros da equipe de planejamento deve ser considerado o Diretor do processo, e deve ter responsabilidade total para assegurar que todos os participantes arquem com suas responsabilidades e que o processo seja executado de modo organizado e eficiente. Essa pessoa administraria também qualquer orçamento da equipe de planejamento.

O Que Vem a Seguir?

O restante deste volume descreve como preparar um PGE. A figura 1.6 é uma representação gráfica desse processo de planejamento e de gestão.

O Capítulo 2 deste volume trata da Fase de Diagnóstico do processo de um PGE, incluindo como executar o Diagnóstico Completo do Sítio. O Capítulo 3 descreve a real preparação de um documento do PGE — aspectos procedimentais importantes, assim como o formato e o conteúdo. O Capítulo 4 apresenta informações mais detalhadas sobre alguns aspectos do conteúdo do Plano. O Capítulo 5 discute os vários mecanismos para se medir se um PGE está ou não atingindo seus objetivos.

Fontes

Boo, L. 1998. Ecotourism: A conservation strategy. Documento não publicado, apresentado no Programa de Ecoturismo da The Nature Conservancy, Arlington, Virginia.

Margoluis, R. e N. Salafsky. 1998. *Measures of Success: Designing, managing, and monitoring conservation and development projects.* Washington D.C.: Island Press.

Stankey, G.H., D.N. Cole, R.C. Lucas, M.E. Petersen, and S.S. Frissell. 1985. *The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning.* General Technical Report INT-176. Ogden, Utah: USDA Forest Service.

Capítulo 2

Passo I: Planejamento de Conservação de Sítios e Avaliação Preliminar de Sítios

Introdução

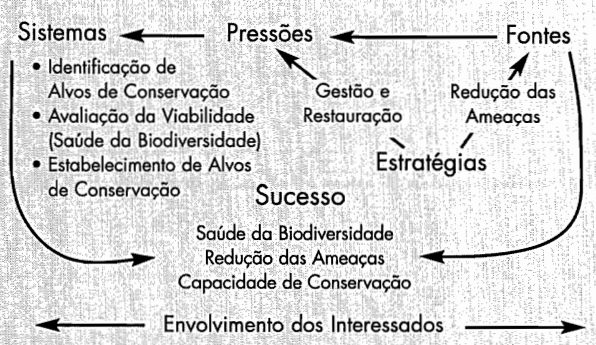
Agora que sabemos o que é o ecoturismo, quem são seus agentes potenciais e quais as ameaças e as oportunidades que ele pode apresentar, pode ser que você queira prosseguir e construir uma acomodação ecológica ou desenvolver um sistema de trilhas em seu sítio. No entanto, essa atitude seria um grande erro! Teoricamente, você recorreu a esta série de manuais por ter identificado o ecoturismo como uma estratégia em seu processo de Planejamento de Conservação de Sítios (The Nature Conservancy, 2000). Se esse não for o caso, então você deve prosseguir com o desenvolvimento do seu Planejamento de Conservação de Sítios (PCS), antes de ir adiante (ver Quadro 2.1 sobre introdução ao processo do PCS).

O Planejamento de Conservação de um Sítio

O processo de PCS identificará uma série de ameaças à integridade de alvos de conservação definidos e, então,

Quadro 2.1 Planejamento de Conservação de Sítios

O Planejamento de Conservação de Sítios oferece aos conservacionistas uma estrutura pragmática para que eles possam determinar claramente o que estão tentando proteger ("alvos de conservação / sistemas"), qual a melhor forma de se conseguir a conservação, com quem trabalhar e as ações necessárias para se atingir esses alvos de conservação.



Como mostrado na figura, os alvos de conservação do Planejamento de Conservação de Sítios (também denominado Estrutura "5-S"[1] para a conservação da biodiversidade) são identificados em primeiro lugar, de forma tal que uma lista central dos sistemas ecológicos e das comunidades possa captar a diversidade da vida na área de planejamento.

A metodologia organiza, enfoca e prioriza o que, tradicionalmente, nesse campo, tem sido um leque de atividades de conservação oportunistas e pouco coerentes.

No Planejamento de Conservação de Sítios as estratégias de conservação estão ligadas aos "alvos" centrais de biodiversidade e à redução das ameaças mais críticas — não só dos problemas que são mais facilmente minorados, mais atrativos ou mais compreendidos. As estratégias, tais como o ecoturismo, são escolhidas porque reduzem diretamente essas ameaças de alta prioridade aos alvos de conservação nos sítios, ou porque melhoram a viabilidade, ou a saúde ecológica dos alvos de conservação por meio da gestão ou restauração. Os ecologistas de sítios avaliam periodicamente o sucesso de suas estratégias, não somente por meio de ações indiretas, tais como o número de workshops realizados ou o número de guardas de parque contratados, mas também medindo a melhoria real na saúde da biodiversidade das paisagens que lutam por proteger.

Imediatamente após, a melhor técnica disponível é aplicada para identificar qual a visão da integridade ecológica (saúde da biodiversidade) para esses sistemas, avaliar o estado atual de saúde da biodiversidade, e estabelecer objetivos de conservação no sítio que tornarão viáveis esses alvos de conservação. Logo em seguida, as pressões ocasionadas à biodiversidade são identificadas, assim como suas causas (Pressões & Fontes – por exemplo, a sedimentação em nascentes de ótima qualidade causada pelas atividades anuais de plantio). O mais importante é que essas análises da ecologia e das ameaças levam ao desenvolvimento de Estratégias focadas na melhoria da saúde da biodiversidade (viabilidade), reduzem as ameaças e levam à criação de medidas de impacto de conservação (Sucesso). Durante todo o processo, as percepções, as ações (positivas e negativas) e o envolvimento dos "Interessados" são reconhecidas e respeitadas.

(adaptado do The Nature Conservancy, 2000)

1. N. de T.: Esquema basado en cinco elementos (sistemas, presiones, fuentes, estrategias, éxito), que en ingles comienzan con la letra "s" (systems, stresses, sources, strategies, success)".

identificará estratégias para enfrentar essas ameaças. O ecoturismo ou uma atividade relacionada ao ecoturismo poderia ser uma das estratégias selecionadas para lidar com uma ou mais ameaças. Um PCS pode ser um complemento ou uma alternativa ao processo de planejamento geral de gestão de uma área protegida. Um plano geral de gestão (PGG) pode identificar o ecoturismo como o conceito principal para orientar um programa de uso público de uma área protegida. Se esse for o caso, pode-se assegurar que um certo grau de implementação de ecoturismo é adequado. Em ambos os casos, os elementos-chave do planejamento e desenvolvimento de gestão de ecoturismo estão descritos em detalhes neste manual. Ver na Figura 1.6, Parte II, Capítulo 1, uma representação gráfica dos passos necessários para se desenvolver um programa de ecoturismo.

Para garantir que os objetivos de conservação estabelecidos no processo de Planejamento de Conservação de um Sítio estão sendo abordados de forma eficiente e efetiva, a gestão e o programa de desenvolvimento de ecoturismo devem ser considerados somente como uma estratégia para se reduzir, no longo prazo, as ameaças prioritárias e críticas, e a melhoria da saúde da biodiversidade.

O processo de PCS oferece uma estrutura metodológica conceitual para assegurar que as estratégias ecoturísticas estão ligadas aos objetivos mais amplos de conservação de um sítio. O ecoturismo não deve ser uma estratégia prioritária de investimento em conservação em um sítio, a menos que possa melhorar a saúde dos alvos e reduzir as fontes de pressão mais comuns e prejudiciais à biodiversidade.

O ecoturismo pode ser uma estratégia de prioridade adequada para enfrentar uma ameaça crítica, especialmente quando as práticas de turismo são fontes de pressão de um alvo de conservação. A tabela 2.1, abaixo, mostra exemplos de estratégias para se lidar com pressões e fontes hipotéticas de um alvo específico de conservação.

O exemplo da tabela 2.1 mostra que o turismo pode ser uma fonte tanto de pressão quanto de estratégias inovadoras para, por meio do ecoturismo, reduzir as fontes de pressão. As estratégias do ecoturismo podem ser agrupadas de duas formas, de acordo com a pressão e a fonte que abordam:

As pressões de 1 a 3 requerem uma seleção de estratégias de gestão de ecoturismo que seriam mais

Tabela 2.1 Estratégias-modelo de Ecoturismo para Lidar com as Pressões e Fontes Hipotéticas Visando a Conservação da Lowland Pine Savanna

Pressões	Fontes	Estratégias
1 Alteração da composição das espécies da fauna (redução da população de espécie-chave de papagaios que nidificam na pine savanna e são essenciais à sua regeneração)	Práticas Incompatíveis de Turismo (turismo descontrolado nos sítios de nidificação das espécies de papagaios e nos locais que eles usam para lamber os depósitos de sal, resultando em destruição das árvores nas quais eles fazem seus ninhos, e perturbação durante os períodos de nidificação)	1. Melhorar a gestão de visitantes na pine savanna por meio de: • Zoneamento do ecoturismo • Monitoramento dos impactos da visitação • Educação e diretrizes de gestão de visitantes 2. Trabalhar com certos grupos turísticos por meio de um programa de voluntários para a criação de caixas de nidificação para os papagaios para restabelecer sua população a um número mínimo viável.
2 Alteração da estrutura da vegetação	Práticas Incompatíveis de Turismo (aglomeração de turistas em locais com vista panorâmica, resultando na destruição da vegetação)	Melhoraria da gestão de visitação na pine savanna por meio de: • Diversificação de sítios de visitação • Monitoramento dos impactos da visitação.
3 Contaminação (poluição orgânica e dejetos sólidos)	Tratamento incompatível das águas-servidas (gestão ruim dos esgotos nos alojamentos ecológicos)	Melhorar a gestão de visitantes na pine savanna por meio de: • Diretrizes de infra-estrutura de ecoturismo • Monitoramento dos impactos da visitação.
4 Alteração da composição das espécies da flora (redução das populações de espécies endêmicas de orquídeas)	Coleta Comercial (coleta destrutiva da flora silvestre por parte da comunidade X)	1. Criar oportunidades de desenvolvimento econômico compatível para os apanhadores de orquídea da comunidade por meio do ecoturismo 2. Aumentar o investimento do parque em proteção e aplicação das leis, contratando maior número de guardas mais bem treinados (recursos criados por meio do estabelecimento de taxas de uso para os visitantes e de sistemas de concessão de ecoturismo).
5 Alteração da composição das espécies da fauna (redução do número de grandes mamíferos)	5 Coleta Comercial / Caça Ilegal (caça ilegal para obtenção de pele e carne pelas comunidades locais)	1. Criar oportunidades de desenvolvimento compatível para os caçadores ilegais da comunidade por meio do ecoturismo 2. Aumentar o investimento do parque na proteção e aplicação das leis, contratando maior número de guardas mais bem treinados (recursos criados por meio do estabelecimento de taxas de uso para os visitantes e de sistemas de concessão do ecoturismo).

bem desenvolvidas por meio de um plano de gestão de ecoturismo para um sítio.

As pressões 4 e 5 requerem, que as estratégias de desenvolvimento de ecoturismo sejam analisadas. O desenvolvimento do ecoturismo começa com a Avaliação Preliminar de um Sítio (APS) (ver Quadro 2.2) e integra o planejamento de gestão de ecoturismo com o planejamento de negócios de ecoturismo.

Avaliação de Estratégias Potenciais

Uma vez que as estratégias potenciais sejam identificadas, devem ser avaliadas e classificadas de acordo com três critérios:

- Benefícios (ao reduzir as ameaças críticas aos alvos de conservação e melhorar a viabilidade desses alvos);
- Possibilidade/probabilidade de êxito; e
- Custos de implementação.

a) Benefícios

Avaliar os benefícios que resultam de se enfrentar as ameaças, como, por exemplo:

i) Redução do status de ameaça
- Qual a probabilidade de o zoneamento do ecoturismo diminuir o declínio da população de espécies-chave de papagaios na região?
- O zoneamento do ecoturismo é vital para reduzir o turismo descontrolado nas áreas que os animais freqüentam para lamber os depósitos de sal?
- Qual a probabilidade de a diversificação dos sítios de visitação reduzir a aglomeração de turistas nos pontos com vista panorâmica?

ii) Aumento da saúde da biodiversidade
- Qual a probabilidade de o monitoramento do impacto da visitação aumentar a viabilidade das espécies de papagaio?
- A nossa estratégia de melhorar a disponibilidade do sítio de nidificação dos papagaios, utilizando a renda gerada pelo turismo, aumentará o tamanho da população dessa espécies-chave, aumentando, assim, a saúde da pine savanna?

iii) Fomento
- As diretrizes da estrutura do ecoturismo serão catalisadoras e estimularão ações de conservação em outros sítios importantes para a conservação da biodiversidade?

b) Possibilidade / Probabilidade de Sucesso

Dois fatores essenciais são críticos para o sucesso da implementação:

- ***Instituição e liderança*** — Talvez o fator mais importante para o sucesso seja encontrar a pessoa certa para assumir a liderança de um sítio e a responsabilidade pela implementação das estratégias. É essencial para o sucesso da implementação de um plano de gestão de ecoturismo que haja um coordenador de projeto de ecoturismo que una experiência no ramo turístico e compreensão do que seja conservação.
- ***Complexidade e influência de forças externas*** — O desenvolvimento do ecoturismo depende de fatores externos que estão além do controle dos administradores de sítio, tais como, saúde econômica de mercados de turismo distantes ou competição por parte de outras destinações. Essas influências externas são fatores a serem considerados quando se adota o desenvolvimento do ecoturismo como uma estratégia. As atividades de gestão de ecoturismo, por outro lado, são normalmente estratégias não complexas projetadas, necessariamente, para reduzir as ameaças relacionadas ao turismo.

c) Custos de Implementação

- Examine os recursos necessários para o planejamento de gestão de ecoturismo e a probabilidade de garantir recursos novos ou correntes para essa estratégia (a cobrança bem-sucedida de taxa de uso dos visitantes ou um mecanismo de concessão pode cobrir pelo menos o custo do programa).
- Considere os custos de um fracasso para outras estratégias de conservação que possam estar ameaçadas.
- O desenvolvimento de um planejamento de gestão incluirá a avaliação da possibilidade financeira como parte do processo de planejamento do negócio.

Avaliação Preliminar de um Sítio

O ecoturismo é, às vezes, considerado como a solução para todos os problemas de uma área protegida. No entanto, para que o ecoturismo funcione como uma estratégia de gestão viável em uma situação específica, certas condições devem estar presentes. Esta seção foi concebida para ajudar a determinar se o desenvolvimento e a gestão de ecoturismo são as estratégias corretas para um contexto específico ou não.

Quer a decisão de avaliar o potencial de ecoturismo de um sítio venha de um PCS ou de um PGG, a APS é o próximo passo. A APS, um processo simples e conciso, consiste na resposta de algumas questões básicas sobre a área protegida para que não reste nenhuma dúvida de

Quadro 2.2 Avaliação Preliminar de um Sítio

☐ 1. Existem atrativos potenciais interessantes na área, naturais ou culturais? Exemplos desse tipo de atrativo:
- Espécies endêmicas ou raras, ex.: Cormorão, dragão de Komodo
- Espécies carismáticas: Tucano toco (ou tucanuçu), arara-macau (ou arara-vermelha), tubarão-baleia
- Hábitats atraentes saudáveis, por exemplo: corais de recife, floresta tropical primária;
- Altos índices de aves ou diversidade de mamíferos, por exemplo: mais de 300 espécies de aves, ou mais de 100 espécies de mamíferos;
- Formações geomorfológicas espetaculares, por exemplo: cachoeiras altas ou com grande volume de água, cavernas;
- Eventos culturais importantes, históricos ou contemporâneos, nacionais ou internacionais, por exemplo: as pirâmides Maias, ou o festival Inti Raymi.

☐ 2. O visitante pode chegar ao local do atrativo com facilidade?

☐ 3. Os atrativos podem ser protegidos, em um nível aceitável, contra os impactos da visitação?

☐ 4. A área está livre de problemas de segurança que não possam ser controlados de forma eficaz pela gestão da área ou pelas autoridades locais?

☐ 5. A área protegida tem autoridade de gestão e de administração suficiente para gerir efetivamente a implementação e o monitoramento de um programa de ecoturismo em nível de sítio?

☐ 6. Existe uma expectativa razoável de que os recursos iniciais necessários para desenvolver o ecoturismo estarão disponíveis?

☐ 7. Os gestores das áreas protegidas, operadores de turismo e comunidades estão dispostos a se submeter às diretrizes do ecoturismo, ou seja, baixo impacto, grupos pequenos, monitoramento de impactos, trabalhar com as comunidades e envolvê-las ativamente?

☐ 8. A visitação melhorará a saúde da biodiversidade ou reduzirá as ameaças aos alvos de conservação?

que o ecoturismo realmente tem potencial. A APS deve ser utilizada em conjunto com o processo de PCS quando o ecoturismo é identificado como uma estratégia para situações/ameaças não relacionadas com o uso de visitação já existente. Utilizando a informação da tabela 2.1, por exemplo, se "a coleta destrutiva da flora silvestre por parte de uma comunidade X" é identificada como uma fonte de ameaça, e se "a criação de oportunidades de desenvolvimento econômico compatível para a os apanhadores de orquídeas por meio do desenvolvimento do ecoturismo" é identificada como uma estratégia potencial para lidar com essa ameaça, então a APS deverá definitivamente ser utilizada como um teste de primeiro nível para avaliar tal potencial.

Por outro lado, se "Práticas Incompatíveis de Turismo" são identificadas como fonte de pressão, nesse caso os elementos do planejamento de gestão de ecoturismo, tais como, "monitoramento do impacto da visitação", ou a implementação de "diretrizes para gestão de visitação", poderiam ser uma estratégia razoável a ser selecionada. Se a capacidade de gestão é um problema, pode ser necessário avaliar se o desenvolvimento do ecoturismo pode ou não fornecer recursos, equipamentos e outros tipos de apoio para a administração de áreas protegidas que luta para abrir espaço, por meio de taxas de uso e mecanismos de concessão, por exemplo.

Para se obter uma avaliação objetiva das respostas a essas perguntas na APS, pode ser útil organizar um grupo de pessoas que conheçam a área e sua situação, incluindo algumas que tenham experiência na indústria do turismo. O julgamento coletivo do grupo deve fornecer uma excelente orientação para o prosseguimento ou não do processo de planejamento.

Se houver alguma resposta negativa às questões no Quadro 2.2, deverá ser feita uma avaliação séria com relação à continuidade ou não do planejamento de ecoturismo. É difícil ser objetivo a respeito das áreas com as quais estamos envolvidos, especialmente se não pudermos continuar a planejar certas atividades com relação às quais tínhamos grandes expectativas. Mas é melhor ser realista sobre as possibilidades de sucesso desde o início que se confrontar com o insucesso logo adiante, depois de já termos gasto muito tempo, energia e dinheiro.

Algumas respostas se iniciam com um "se". Nesse caso, deve-se avaliar se as expectativas são realistas e se a condição caracterizada pelo "se" pode ser realizada.

Mesmo que a APS indique que o ecoturismo não é uma estratégia apropriada no momento, as circunstâncias podem mudar e permitir que ele seja uma opção viável no futuro.

Referência

The Nature Conservancy. 2000. *The five-S framework for site conservation: A practioner's handbook for site conservation planning and measuring conservation success.* Disponível no seguinte web site: www.conserveonline.org.

Capítulo 3

Passo 2: Diagnóstico Completo do Sítio

Visão Geral do Conteúdo de um Plano de Gestão de Ecoturismo

Um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE) é um documento que explica de forma clara os detalhes necessários para se implementar, em uma área protegida ou em outro sítio potencial de ecoturismo, um programa de uso público baseado no ecoturismo. Como regra geral, seguirá as mesmas recomendações do plano geral de gestão de um sítio ou as conclusões do Plano de Conservação de Sítio (ver Capítulo 1 para mais detalhes). O plano geral de gestão deve definir, em linhas gerais, os parâmetros para todas as ações de gestão e de administração. Colocar em prática as recomendações do plano geral de gestão é tarefa que fica a cargo dos esforços de planejamento subseqüentes, como o PGE e os planos de trabalho anuais.

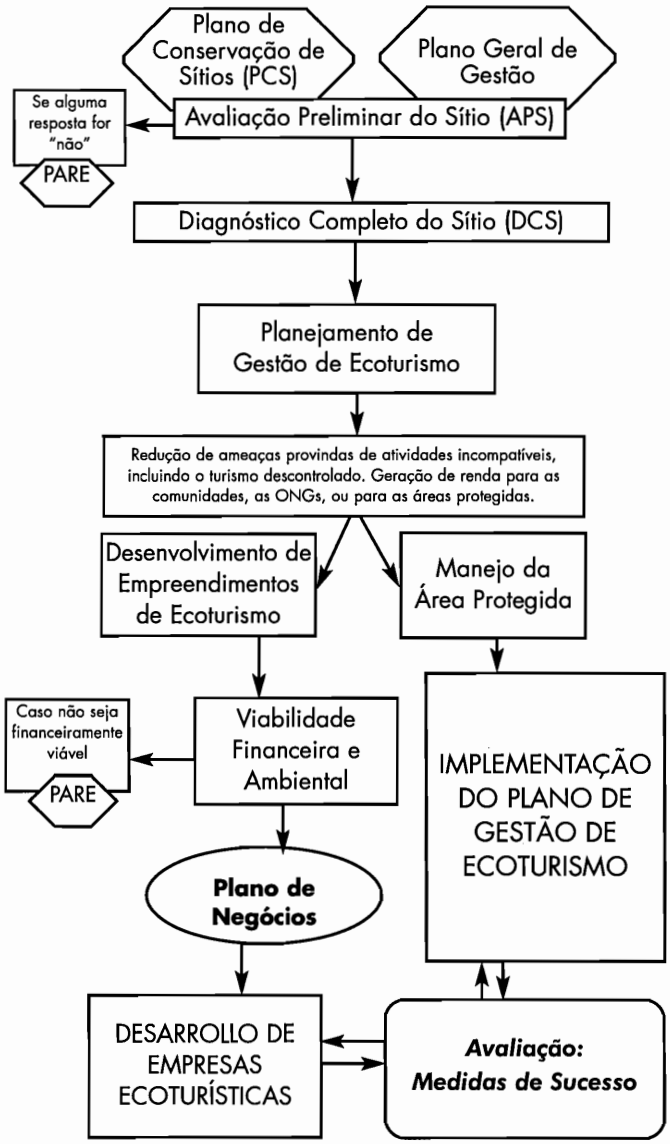
Um PGE consiste de:

- uma seção com o histórico ou o diagnóstico que descreva e analise a situação atual da área protegida e as variáveis que afetam a implementação de um programa de ecoturismo naquela área; e,
- uma seção de recomendações que descreva de forma sistemática e organizada como implementar um programa de ecoturismo de acordo com a situação descrita na seção anterior. Essa é a seção que a maioria das pessoas chamaria de Plano real, ou **plano estratégico.**

Se os processos de PCS e APS do Passo 1 mostraram um "sinal verde", então se deve passar para o Passo 2 – o Diagnóstico Completo do Sítio, descrito neste capítulo. Este capítulo enfoca quais as informações que se deve coletar e como coletá-las.

A Figura 3.1 mostra os diferentes passos envolvidos na gestão de ecoturismo e o processo de desenvolvimento do planejamento. Ao final de cada passo, os planejadores devem decidir se as

Figura 3.1 Visão Geral do Processo de Planejamento de Gestão e de Desenvolvimento



circunstâncias aconselham ou não a continuidade do processo de Planejamento de Gestão e Desenvolvimento de Ecoturismo.

Diagnóstico Completo do Sítio

Se a Avaliação Preliminar do Sítio (APS) (ver Parte II, Capítulo 2) foi positiva, então se deve dar prosseguimento ao próximo passo, que é o Diagnóstico Completo do Sítio (DCS). Esse é o que a maioria dos planejadores considera como a principal Fase Diagnóstica do PGE. Nesse ponto, a equipe de planejamento já decidiu, de forma definitiva, que o que deve ser planejado é o ecoturismo, o que significa que terão que colher um certo tipo de informação. Antes de fazê-lo, a equipe deve considerar como colher as informações.

O que é necessário saber?

Ao final desse processo de coleta de dados, a equipe estará apta a fornecer respostas bem fundamentadas às seguintes questões:

- Quais são as principais ameaças ao sítio / área protegida, e quais estratégias poderiam ser usadas no PGE para enfrentá-las?
- Onde o ecoturismo vai acontecer?
- Que tipos de atividades serão realizados para implementar o ecoturismo?
- Quem será o responsável pela implementação dessas atividades e quais precauções devem ser tomadas?
- Como e por quem essas atividades serão monitoradas e custeadas?

A princípio, o processo de coleta de informações pode parecer descomunal. Para organizar e estruturar o grande e diversificado volume de informações necessárias para formular um plano de ecoturismo é bastante útil classificar os dados em categorias separadas. Essas categorias não variam muito de uma situação para a outra. É importante fazer bom uso de fontes de informação secundárias (ex: relatórios existentes, etc.) e de especialistas locais. Pelo menos uma parte dessa informação deverá ter sido coletada no Passo 1, o PCS. Em alguns casos, as informações já existentes evitarão a necessidade de alguma coleta de informações e, portanto, economizará tempo e dinheiro.

- Informações sobre os **recursos naturais e aspectos** que tanto limitam quanto facilitam o êxito de uma operação de ecoturismo: ecossistemas importantes que requerem alto nível de proteção, espécies em risco de extinção, espécies carismáticas, valores paisagísticos, atrativos naturais, etc.
- **Variáveis culturais** que afetarão a operação de ecoturismo: comunidades locais envolvidas ou potencialmente envolvidas com o ecoturismo, tradições e costumes locais, resistência a visitantes de fora da comunidade ou aceitação deles, pobreza e nível educacional das populações locais, sítios históricos ou arqueológicos, etc.
- **Status da área protegida.** É importante analisar a situação específica atual e projetada da área. Uma administração de uma área protegida precisa ser capaz de proteger, de forma adequada, os limites de uma área protegida e oferecer apoio administrativo e econômico para uma operação de ecoturismo de qualidade. A capacidade de gestão deve, portanto, ser avaliada durante o processo de diagnóstico.
- **Interesse e participação da indústria do turismo** na operação de ecoturismo projetada. Sem o apoio ativo dos operadores de turismo local e nacional, bem como de outros representantes do setor econômico, uma operação de ecoturismo em uma área protegida não será bem-sucedida.
- **Padrões dos visitantes, interesses e infra-estrutura** são importantes fatores a serem reconhecidos e avaliados para determinar se existe uma base suficiente para recomendar as atividades de ecoturismo em uma determinada situação. As seguintes perguntas sobre o potencial de visitação precisam ser respondidas (adaptado de Ceballos-Lascuráin,1996):

1. Que tipo de pessoas estariam (estão) interessadas nos atrativos que temos para oferecer? A quem podemos atrair?
2. Quem desejamos que venha aqui?
3. Onde vivem essas pessoas?
4. Quais são seus principais interesses?
5. Qual é a faixa de renda dos visitantes e quanto estão dispostos a gastar em suas férias?
6. O que fazem atualmente como turistas? Aonde vão?
7. O que querem fazer?
8. É fácil para eles viajar até esta área?
9. Como decidem para onde viajarão e o que farão em uma destinação de férias e a caminho dela?

- **O marketing e a promoção** de uma operação de ecoturismo devem ser considerados por meio da avaliação de atividades de turismo similares, bem como por meio da opinião de operadores de turismo interessados. Quanto marketing será necessário para que a operação tenha êxito? Quem será o responsável pelo marketing?

Questões para Orientar o Diagnóstico

Cada área protegida terá requisitos específicos de informações. Os planejadores precisarão priorizar qual informação devem enfatizar e como as obterão. As seguintes questões ajudarão nesse processo.

A. Recursos Naturais

Esta seção deve enfocar os recursos naturais (espécies, comunidades, ecossistemas, aspectos físicos [montanhas, rios, lagos, etc.]), que atualmente são ou podem vir a ser um atrativo potencial para a visitação, ou que poderiam ser afetados seriamente pelo uso de visitantes.

- Quais são os recursos naturais primários da área? Existem espécies de plantas e animais que atraiam os visitantes? Existem espécies carismáticas na área? Já foram realizados inventários/levantamentos sobre as espécies? Se foram, descreva seu conteúdo.
- Quais são as espécies ou comunidades de plantas ou animais em risco de extinção ou ameaçadas?
- Quais são os atrativos cênicos da área protegida?
- Quais são os setores mais intocados das áreas protegidas?

B. Recursos Culturais

Esta seção deve definir os sítios culturais históricos, arqueológicos ou atuais, e os eventos que poderiam se tornar atrativos ou afetar, de alguma forma, a implementação do ecoturismo.

- Existem sítios históricos importantes dentro ou no entorno da área protegida que poderiam ser utilizados como atrativo turístico? Esses mesmos sítios apresentam dificuldades relevantes para sua proteção?
- Existem sítios arqueológicos importantes dentro ou no entorno da área protegida que poderiam ser utilizados como atrativo turístico? Esses mesmos sítios apresentam dificuldades relevantes para sua proteção?
- É necessário que outras instituições estejam envolvidas na escavação, restauração, proteção e interpretação desses sítios?
- Existem culturas nativas ou tradicionais que precisem ser consideradas ou respeitadas no desenvolvimento de um PGE? Até que ponto as aspirações e cultura das populações locais permitem seu envolvimento com o ecoturismo?

C. Status da Gestão de Áreas Protegidas

- A área é protegida? Se for, qual é a sua história? Quando a área foi declarada protegida? Qual é o seu status de proteção? Por que é considerado importante que ela seja protegida? A área está realmente protegida? Se não, que elementos faltam para proteger efetivamente a área?
- Quem administra a área? Ela é parte de um sistema protegido? Se for, descreva o sistema e a sua gestão. O sistema de gestão é efetivo?
- Quantas pessoas a área protegida emprega? Descreva suas funções. Eles trabalham em regime de período integral ou meio período? Os empregados da área protegida são residentes locais ou moram fora da área? Existem voluntários que trabalham na área protegida? Caso existam, o que fazem? A quantidade atual de empregados cobre adequadamente as responsabilidades de gestão atuais e projetadas?
- O processo de Planejamento de Conservação de Sítios foi executado? Quais são as ameaças primárias à área protegida? Podem ser pressões de desenvolvimento econômico, tais como o turismo ou outros. Que recursos são afetados por essas ameaças? Qual o grau de urgência e gravidade dessas ameaças? Quais são as estratégias usadas para lidar com as com as ameaças identificadas? As estratégias são eficazes? Se não são, por quê?
- Descreva os impactos atuais dos turistas. Por exemplo, o solo está compactado devido aos turistas? Há mais lixo? Foram feitas tentativas para quantificar os impactos? Existem estudos formais sobre esses impactos? Se existem, descreva-os. Quais são as projeções para os impactos potenciais?
- Existe um sistema de monitoramento na área protegida? Se existe, descreva-o. É eficaz? Se não é, por quê?

D. Padrões dos visitantes, Atividades e Infra-estrutura

Uma vez que os interesses e as demandas dos visitantes impulsionarão qualquer programa futuro de ecoturismo, é essencial que haja um entendimento total da natureza do uso de visitação atual e potencial. É improvável que existam muitas informações disponíveis; nesse caso, deve-se fazer um esforço para a realização de uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes, a ser conduzida junto aos visitantes atuais ou junto aos visitantes de atrativos turísticos próximos.

- Quais são os atrativos principais para os visitantes em sua área protegida? Por que as pessoas a visitam?

Além dos recursos naturais, existem recursos culturais ou outros atrativos que possam atrair os visitantes?

- O seu sítio é de fácil acesso? Quais são os principais meios de transporte: ônibus, canoa, carro, avião ou outros? Quais são as condições das estradas que levam ao sítio? A dificuldade de acesso é um obstáculo ao crescimento do turismo?
- O que os visitantes fazem na área protegida? Quanto tempo permanecem nela? Eles vêm para realizar atividades específicas? Eles vêm para relaxar ou para estarem envolvidos em atividades? Que tipo de alimentos e bebidas está disponível na área? Os visitantes compram suvenires? Se comprarem, o que compram? Descreva o dia de um turista
- Existem estatísticas sobre o número de visitantes na área protegida? Se existem, descreva o sistema de coleta de dados. Quantas pessoas visitam a área protegida por mês? E por ano? Qual a porcentagem de pessoas estrangeiras e do próprio país? Qual a nacionalidade dos estrangeiros? Que línguas falam e lêem? Quais são as tendências de crescimento? Quais são as estimativas para as tendências futuras de visitação?
- A maioria dos visitantes chega em grupo ou sozinha? Se os visitantes chegam em grupo, qual o tamanho dos grupos? Eles fazem reserva antecipada? Quando estão na área protegida, viajam sozinhos ou com guias? Se utilizarem guias, estes são empregados da área protegida ou são guias de fora?
- Foram realizados levantamentos sobre os visitantes? Em caso positivo, quando foram realizados e qual o método utilizado? O que você aprendeu a respeito dos visitantes? Por que os visitantes vêm à área protegida? O que querem fazer? Do que gostam e não gostam nas áreas protegidas e nas suas instalações? Eles sentem que os serviços oferecidos são apropriados? Os visitantes deram alguma sugestão para a realização de melhorias?
- Quais são os impactos econômicos causados pelos visitantes na área protegida? Eles pagam ingresso ou taxas de uso? Compram bens e serviços na área protegida? Existem empresas do setor privado na área protegida? A área protegida tem acordos de concessão? Caso tenha, descreva-os. Os visitantes também vão às comunidades locais quando visitam a área protegida? Se vão, quais as comunidades que visitam e que tipos de atividades / infra-estrutura são oferecidas a eles? Que avaliação a comunidade faz dessas visitações?
- Que tipo de infra-estrutura turística a área protegida possui? Existe um sistema de trilha? Existem instalações turísticas? Existem instalações para pesquisa? Descreva cada uma delas. Como são mantidas? Estão em boas condições ou precisam de reparos? As instalações são apropriadas para a demanda dos turistas?
- Descreva os programas de educação ambiental da área protegida. Existem informações escritas nas trilhas? Os visitantes fazem excursões desacompanhados de guias? Existe um centro de visitação? Que materiais estão disponíveis? Existem guias? Os visitantes se beneficiam com esses programas? A educação ambiental é uma importante prioridade para a área protegida? E para os visitantes? Como você avaliaria a eficácia de seus programas de educação ambiental?
- Além da natureza, existem outros atrativos na área: cultural, patrimônio histórico ou outros? Descreva esses atrativos.

E. Planos e Políticas para o Turismo

- A área protegida possui um plano de gestão? Se possui, o plano inclui uma seção a respeito das atividades turísticas? Se inclui, descreva seu conteúdo. Quais são os planos de turismo existentes para a área? Existe um sistema de zoneamento? O plano de gestão é eficaz? Se não é, por quê?
- Em termos nacionais, existe um plano turístico que inclua o turismo voltado à natureza ou o ecoturismo? Se existe, descreva essa seção. Existem outros planos de âmbito nacional que incluam o turismo voltado à natureza ou ecoturismo, talvez planos de conservação ou de desenvolvimento econômico de abrangência nacional?
- Existem quaisquer outras declarações governamentais, leis ou políticas que afetem o turismo em sua área? Pode ser em âmbito nacional, regional ou local. Se existem, descreva cada uma delas e sua relação com o turismo.
- Você tenta influenciar planos e políticas governamentais relacionadas à sua área protegida? Se tenta influenciar, de que forma o faz? As autoridades governamentais solicitam a opinião dos empregados de áreas protegidas para tomar decisões sobre as área protegidas e o turismo? Existem outras oportunidades para participar do planejamento e da elaboração de políticas em âmbito local, regional ou nacional?
- Você está satisfeito com os planos e políticas existentes relacionados ao turismo voltado à natureza

e ao ecoturismo? Existe um sistema de cobrança de ingressos? Esse sistema é eficaz? O que acontece com o dinheiro arrecadado por meio de ingressos e de outras taxas? Existem políticas que dizem respeito às atividades do setor privado na área protegida? Se existem, descreva-as. Se não existem, deveriam existir? Como você mudaria os planos e políticas atuais? Você acrescentaria planos e políticas novas?

- Existe alguma legislação pendente de aprovação, ou prestes a entrar em vigor, relacionada à sua área protegida? Se existir, descreva-a. Existe alguma possibilidade de você estar envolvido nesse processo? Poderia ser uma boa oportunidade para ajudar a determinar os rumos do ecoturismo na área?

F. Comunidades

As populações locais têm uma grande influência sobre todas as atividades de gestão de uma área protegida, essa influência é ainda maior com relação ao ecoturismo. O ideal seria que houvesse um relacionamento recíproco entre a área protegida e as comunidades próximas a ela, cada uma se beneficiando com a outra. As comunidades locais deveriam ser integradas em todas as atividades de ecoturismo na área protegida e vice-versa. Mas fazer com que esse relacionamento funcione bem é tarefa difícil e tediosa. É quase tão importante obter informações sobre as comunidades localizadas no entorno das área protegidas quanto compreender os recursos naturais e culturais localizados dentro da área protegida. Onde quer que seja possível, essa informação deve estar expressa em um mapa juntamente com a densidade populacional, crescimento e localização.

- Existem comunidades no entorno ou dentro da área protegida? A que distância as comunidades ficam da área protegida? Qual é o tamanho de cada comunidade? Descreva as atividades econômicas de cada comunidade. Como seus membros estão organizados? Como é a liderança? Existem outras características significativas de cada grupo?

- Qual é o histórico de relacionamento entre as comunidades e a área protegida? Existem muitas interações? Existem ou existiram tensões entre os residentes e as autoridades da área protegida? Existe um histórico de competição pelos recursos naturais entre as autoridades e os residentes? Se existe, descreva-as.

- Os residentes locais visitam sua área protegida? Visitam-se, o que os atrai? O que eles fazem? Já encontraram dificuldades para chegar ao sítio devido ao aumento da visitação?

- Os residentes estão envolvidos nas atividades do turismo voltado à natureza? Se estão envolvidos, descreva de forma geral esse envolvimento. Esse envolvimento é recente ou tem um longo histórico? Como ocorreu esse envolvimento? Foi uma atividade planejada ou acabou de acontecer?

- Descreva os tipos de empreendimentos turísticos nas comunidades circunvizinhas: alojamento, restaurantes, serviços de guia, lojas de artesanato, empresas de táxi e outros. Esses empreendimentos oferecem oportunidades de trabalho para os residentes locais? Quantos residentes são proprietários ou administram os negócios? Os empreendimentos turísticos na área são lucrativos? Os produtos que utilizam são nacionais ou importados? Como esses empreendimentos são promovidos junto ao público?

- Além dos impactos econômicos, quais são os outros impactos que os residentes encontram no turismo voltado à natureza? Ocorreram mudanças sociais? Se ocorreram, descreva-as. Ocorreram mudanças ambientais negativas, tais como maior poluição da água? Ocorreram mudanças positivas, tais como maiores esforços de conservação por meio de campanhas de limpeza? De que outras formas o turismo afetou as áreas circunvizinhas?

- Quais são os planos dos residentes para o turismo voltado à natureza? Existem esforços para organizar, discutir e lidar com as questões relativas ao turismo? Existem associações ou cooperativas de turismo para abordar esse tópico? Existe um processo formal de planejamento dentro das comunidades? Você sabe se os residentes querem estimular ou não o turismo em sua comunidade?

- Qual é o meio que você utiliza para se comunicar com os residentes sobre questões relacionadas ao turismo? Existe um fórum para essa finalidade? Se não existe, você pode criar um sistema de comunicação? Como você se manterá informado a respeito da forma pela qual as comunidades administram o turismo?

G. Parcerias

- Você tem uma parceria ativa com os residentes locais? Por exemplo, você pode recomendar determinado alojamento para os visitantes da área protegida porque sabe que o proprietário oferecerá um programa de educação ambiental para os hóspedes. As parcerias podem ser formais ou informais. Se você tem parcerias, descreva-as. Quem iniciou essas parcerias? Elas são bem-sucedidas?

- Você tem uma parceria ativa com autoridades governamentais? Você tem parcerias com autoridades da área do turismo? Por exemplo, vocês trocam informações uns com os outros? Você concorda em aceitar mais turistas se mais estudos sobre os impactos ambientais forem realizados? Quem iniciou esses relacionamentos? Eles são bem-sucedidos?
- Você tem parceria ativa com professores universitários? Eles podem conduzir pesquisas em troca de acomodação? Eles estudam a flora e a fauna sob a sua orientação? Os professores universitários acercam-se de você ou você procura por eles? Descreva esses relacionamentos. Eles são bem-sucedidos?
- Você tem parceria ativa com a indústria do turismo? Por exemplo, os operadores de turismo o ajudam a promover sua área protegida se você lhes dá um tratamento especial? Qual o seu relacionamento com os operadores de turismo doméstico e internacional? Você tem parcerias com empreendedores da área de turismo? Você tem parceria com pessoas que prestam serviços de transporte? Descreva seu relacionamento com membros da indústria do turismo?

Quadro 3.1 Pesquisa de Visitação: Parque Nacional Sierra Del Lacandón, na Guatemala.

O Parque Nacional Sierra Del Lacandón, criado em 1990, está localizado na região de Peten, na Guatemala. Durante o ano de 1999, a The Nature Conservancy e a administração do parque desenvolveram um plano de gestão de ecoturismo. Uma profissional local graduado em um programa universitário de ecoturismo foi contratado para preparar um diagnóstico da situação do turismo no parque. Apesar de o parque ter muitos atrativos culturais e naturais, poucos turistas o visitam. Como parte do processo de diagnóstico, a especialista em turismo identificou cada um dos atrativos turísticos e os localizou em um mapa. Entrevistou, também, um número representativo de visitantes em outros sítios de visitação na região de Peten com a finalidade de desenvolver um perfil básico do visitante, bem como para determinar se haveria algum interesse em visitar o parque se o acesso fosse melhorado e as informações disponibilizadas.

Os operadores de turismo e proprietários de agência de turismo também foram entrevistados para descobrir se estariam interessados em enviar clientes ao parque sob certas condições. Toda a informação foi utilizada para ajudar a definir as principais recomendações do Plano de Gestão de Ecoturismo para o parque.

(adaptado de Moore e col. 2000)

- Você tem parceria ativa com organizações não-governamentais (ONGs) Elas podem ser locais ou internacionais, especializadas em conservação, desenvolvimento da comunidade, turismo ou outros tópicos relacionados ao turismo voltado à natureza. Você tem contratos formais ou acordos informais? Como e por que essas parcerias se formaram?
- De todas as suas parcerias, existe alguma que é particularmente bem-sucedida? Por quê? Existe alguma que não funcionou? Por quê?

H. Marketing e Promoção

- Quais são seus esforços de marketing no momento? Você já estudou o motivo pelo qual os visitantes vêm ao seu sítio? Por que os visitantes vão aos sítios próximos? Você está visando algum grupo em especial para viajar para sua área? Que grupos estão participando das atividades de marketing para o seu sítio?
- A sua área protegida é bem conhecida ou não? Muitas pessoas do seu país já conhecem sua área? Pessoas de outros países a conhecem?
- Como sua área é promovida? Sua área protegida é promovida como parte de uma campanha de turismo nacional ou regional? As ONGs internacionais promovem o seu sítio? E a indústria do turismo? Quais são os meios formais de promoção que você utiliza, tais como publicações ou vídeos? Existe também promoção informal, tais como a propaganda feita pelos visitantes anteriores? Existem outras formas de promoção da sua área protegida?

I. Oportunidades e Obstáculos

- Que novas oportunidades afetarão seus números relacionados ao turismo? Pense de forma ampla e criativa. O que mudará a demanda pelo turismo? Pense na questão do transporte. Por exemplo, existe uma nova linha aérea para seu país que possa trazer mais visitantes? Alguma estrada de terra para o seu sítio foi asfaltada recentemente? Que outras questões ligadas ao transporte afetam o turismo?
- Ocorreram mudanças no status de seus recursos naturais? As ameaças são grandes? O governo atualizou recentemente o status de proteção da área? Você recebeu novos recursos para a gestão da área protegida?
- E com relação à publicidade? Foi publicado algum artigo sobre a sua área protegida em uma revista de grande circulação? Algum operador de turismo passou a oferecer novas excursões para o seu sítio?

- Existem novos atrativos na sua área que possam trazer mais visitantes para o seu país? Como isso poderá afetar o seu sítio? Já existem turistas na região visitando outros sítios e que possam se sentir atraídos pelo seu sítio?
- Existem conferências programadas para breve em seu país relacionadas ao turismo voltado à natureza? Elas poderão aumentar o turismo em sua área?
- O que mais aconteceu, ou pode acontecer, que afetará os números do turismo?
- Existe algum obstáculo para o crescimento do turismo que deva ser levado em consideração? Por exemplo, ocorreram conflitos políticos recentes na sua área, ou há potencial para algum conflito? A sua área é considerada estável? Existe a possibilidade de violência política?
- Já ocorreram desastres naturais, tal como um furacão, na sua área? O estrago foi grande?
- E com relação à moeda de seu país? É considerada estável no mercado internacional? Ela já passou por mudanças que desencorajaram os visitantes de virem ao seu país? Esses obstáculos ao crescimento do turismo podem ser temporários ou permanentes. Dependendo de você desejar aumentar ou diminuir os índices de turismo, você poderá sentir se esses obstáculos são positivos ou negativos.

Como Obter a Informação Diagnóstica

Existem vários tipos diferentes de atividades que precisam ser implementadas para se obter as informações necessárias.

A. Revisão do Material Escrito Existente

Um dos primeiros passos que a equipe de planejamento deve dar é coletar e revisar todo o material escrito sobre a área protegida pertinente ao planejamento de ecoturismo: o plano geral de gestão, a legislação aplicável e documentos a respeito das políticas, estudos científicos, inventários sobre a vida silvestre, levantamento e perfil dos visitantes, estatísticas turísticas da área protegida e dos sítios na região, e análises das tendências do turismo nacional (em geral, esses dados estão disponíveis no Ministério do Turismo)

B. Trabalho de Campo

Conhecer e compreender a área a fundo é fundamental para desenvolver um PGE, o que não pode ser feito sem se passar bastante tempo visitando a área protegida. Como primeiro passo, a equipe deve estudar os mapas existentes e se familiarizar com a disposição geral da área protegida e a localização das características naturais e culturais mais importantes, bem como os sítios de visitação e sua infra-estrutura atuais e potenciais. Fotografias aéreas e imagens de satélite são muito úteis se disponíveis. O uso de mapas computadorizados com diferentes níveis de informação é a forma ideal de mapear a área, e o SIS (Sistema de Informações Geográficas) é uma excelente ferramenta para facilitar esse processo. A equipe deve também se familiarizar com as áreas adjacentes à área protegida na qual as atividades turísticas já acontecem ou poderão acontecer. Deve-se detectar e avaliar, em particular, as conexões geográficas e de utilização de recursos existentes entre as comunidades adjacentes e as áreas protegidas. Deve-se utilizar a informação da Análise do Contexto Humano (Human Context Analyses – HCA), previamente realizada.

Deve-se planejar várias viagens à área protegida, e, se possível, organizá-las como se você fosse um turista típico. Dessa forma, a equipe terá a mesma perspectiva do visitante. Entretanto, a equipe deve também se certificar de que visitará todos os sítios na área que tenham algum potencial para o ecoturismo, nunca sendo demais lembrar que um ecoturista tanto pode ser alguém com uma mochila que quer caminhar e acampar quanto uma pessoa mais velha, que quer se hospedar em hotéis e pousadas ou em uma cabana confortável.

Quadro 3.2 Diagnóstico Completo do Sítio no Parque Nacional Sierra del Lacandón

AAntes que outras viagens de campo fossem organizadas, a equipe de planejamento do PGE do Parque Nacional Sierra del Lacandón, na Guatemala, contratou um profissional recém-formado em um Programa de Ecoturismo de uma universidade nacional para coletar grande parte dos dados necessários. Esse trabalho envolvia a preparação de um Inventário dos Atrativos Ecoturísticos do Sítio e também o levantamento do perfil dos visitantes. O estudante precisava revisar trabalhos escritos importantes, entrevistar os guardas-florestais e visitar sítios-chave em todo o parque. Esse estudante se tornou um membro valioso da equipe de planejamento.

As relações formais com tais programas podem ser um meio útil de desenvolver futuros profissionais para as áreas protegidas. Os estudantes podem fazer suas teses ou desenvolver projetos especiais sobre as áreas protegidas e, mais tarde, trabalhar nessas áreas.

(Adaptado de Moore e col., 2000)

Para coletar essa informação, a equipe de planejamento pode designar um assistente de pesquisa para fazer a exploração inicial do sítio. Os dados gerados por essa exploração devem incluir fotografias e a logística do local; esses dados identificarão áreas-chave para investigação mais detalhada e poderão descartar áreas inicialmente consideradas como tendo potencial.

Para se realizar um trabalho de campo efetivo, é aconselhável subdividir a área protegida em setores de acordo com os problemas, utilização, ecossistemas e outras situações específicas que possam existir. Se existe uma estrutura de zoneamento estabelecida pelo plano geral de gestão, ela pode se constituir em uma diretriz útil. Deve-se dar atenção especial aos sítios de visitação atuais e potenciais, bem como à infra-estrutura da área protegida, como postos de guarda, áreas da costa, topos das colinas e montanhas, trilhas de todo tipo, locais de camping, pontos de acesso, lagos, riachos, fontes, etc.

A equipe de planejamento deve ter uma visão abrangente da área protegida e de tudo o que pode afetar o desenvolvimento do ecoturismo (que é quase tudo). É necessário que se comece a compreender como o turismo funcionará na área protegida fazendo perguntas como:

- Quanto tempo leva para ir de um lugar a outro?
- A área protegida é acessível?
- Onde estão os potenciais sítios de alojamento?
- Quais são os atrativos principais?
- Quais são as atividades das quais os visitantes podem querer participar?
- Quais são os obstáculos?
- É seguro?

Finalmente, a equipe de planejamento deve se colocar no lugar do visitante e visualizar do que ele/ela gostaria ou não, passando pela experiência de ficar nos mesmos hotéis, utilizar as trilhas da área e usar os meios de transporte existentes.

A equipe deve decidir quais informações são mais necessárias. A coleta de informações deve ser estrategicamente organizada, de modo que apenas os dados mais relevantes sejam levantados, caso contrário, a tarefa nunca terminará. É desnecessário fazer um inventário completo de tudo. O quadro 3.4 inclui algumas idéias a respeito das informações que podem ser colhidas.

Quadro 3.3 Consulta aos Principais Interessados no Parque Nacional de Sierra del Lacandón

Para preparar o PGE para o Parque Nacional Sierra del Lacandón, na Guatemala, foram realizados, primeiramente, dois workshops, um para operadores de turismo e o outro para as ONGs locais e outros grupos da comunidade. Depois foi realizado um outro workshop, em conjunto, para informá-los a respeito das observações preliminares para, assim, obter contribuições dos interessados em certos assuntos. Um workshop final foi feito para apresentar o documento final. Enquanto isso, vários participantes dos workshops tomavam parte, juntamente com a equipe de planejamento, no trabalho de campo ou em outras atividades nas quais suas contribuições eram profícuas.

(adaptado de Moore e col., 2000)

C. Entrevistas

A realização de entrevistas formais e informais com pessoas que conhecem a área é essencial para se obter opiniões baseadas nas informações de como é a área protegida. Pessoas diferentes terão perspectivas diferentes. Todas essas perspectivas são úteis, apesar de nem sempre serem aceitáveis. Por exemplo, um caçador pode ser útil para informar onde certas espécies de interesse dos visitantes podem ser encontradas. Os cientistas saberão informar à equipe onde uma vegetação especial ou em risco de extinção, ou espécies de animais silvestres estão localizados. A população local, que talvez utilize a área para a própria subsistência, pode fornecer informações úteis sobre trilhas, atrativos potenciais e muitas outras informações. Os empregados da área protegida, especialmente os guardas-florestais ou os vigias que passam a maior parte do tempo na área, são fontes de informação essenciais a respeito dos recursos, do comportamento dos visitantes e do relacionamento com as comunidades locais.

O ponto de vista dos operadores de turismo também é importante. O que encaram como desafios e oportunidades para o turismo em uma área é uma informação valiosa. Eles conhecem os turistas, suas preferências e expectativas melhor do que qualquer outro agente. Um PGE deve ser um plano que encontre aceitação na indústria do turismo. A equipe deve saber o que os operadores estão fazendo na área protegida e o que planejam fazer. Se existe pouco ou nenhum turismo na área, será útil entrevistar tanto os operadores que estão interessados quanto os potencialmente interessados. É importante seu interesse em se adequar às diretrizes do ecoturismo e em promovê-las, no que

se refere a baixos números, baixo impacto e benefícios econômicos para a área protegida e para as comunidades locais.

D. Questionários e Levantamentos

Questionários ou levantamentos por escrito podem ser uma ferramenta útil na sistematização e documentação da informação obtida com as entrevistas. Serão essenciais se o tamanho das amostras for tão grande que torne as entrevistas pessoais impraticáveis. A equipe de planejamento deve ser cuidadosa para garantir que os levantamentos sejam usados para se obter informações específicas e benéficas para o PGE, e que os documentos sejam curtos e bem formulados (incluindo um teste de campo do instrumento de levantamento). É recomendável buscar ajuda profissional para desenvolver o levantamento, pois, caso não se utilizem profissionais da área, os resultados do levantamento podem não ser tão úteis quanto os empreendedores esperavam. É importante reconhecer que a coleta e a análise dessas informações requer tempo e dinheiro, devendo ser um fator claramente estabelecido nos planos de trabalho e no orçamento.

E. Reuniões Consultivas e Workshops

Embora o trabalho de campo possa ser o método mais importante para se obter informações, eventos como workshops e outros tipos de encontros que reúnam os interessados com propósitos construtivos são extremamente importantes, por diversas razões:

- Existem meios valiosos de se obter informações / opiniões de indivíduos e de organizações informadas sobre a área protegida e os aspectos relacionados ao PGE, como, por exemplo, quais são os atrativos, as dificuldades para se desenvolver o turismo no local, quem são os visitantes, quem são os outros interessados que talvez a equipe não tenha levado em consideração, etc.
- Quando bem desenvolvidos, são meios importantes para envolver os interessados no processo de planejamento e, com um pouco de sorte, nos estágios de implementação posteriores. Os participantes devem sentir que sua opinião é importante e que se refletirá no PGE. Deve sempre haver algum tipo de acompanhamento após os workshops ou outras reuniões.
- São mecanismos educacionais. Embora as reuniões não devam ser realizadas exclusivamente com esse propósito, devem ser utilizadas para informar as pessoas sobre a área protegida, seus objetivos, e, principalmente, sobre o PGE.

Organização da Informação Diagnóstica

Boas decisões requerem boas informações. Nesta fase do desenvolvimento do PGE, os planejadores devem incluir todas as informações que possam obter e que sejam relevantes para estabelecer um programa de ecoturismo para a área protegida. Existem três propósitos nesta seção:

Quadro 3.4 Justificativa e Panorama do Ecoturismo

PGE para o Parque Nacional de Sierra del Lacandón, na Guatemala

PREFÁCIO
I. Introdução
  A. Propósito e Objetivos do Plano
  B. Conceitos e Princípios que Formam a Estrutura do Ecoturismo
  C. Metodologia
II. Contexto para o Desenvolvimento do Ecoturismo no Parque
  A. Características Nacionais e Culturais do Parque
  B. Situação Socioeconômica do Parque
  C. Políticas para o Turismo e Contexto Legal
    1. Legislação
    2. Políticas da Comissão Nacional de Áreas Protegidas
    3. Papel Atual do Turismo dentro Parque
  D. Gestão Administração Atual do Parque
III. Avaliação da Situação do Turismo no Parque e em Âmbito Regional
  A. Perfil dos Indicadores Regional e Nacional do Turismo
    1. Turismo Regional
    2. Perfil dos Visitantes de Peten
  B. Situação Atual do Turismo
    1. Turismo no Parque Nacional
    2. Atrativos Turísticos e infra-estrutura
  C. Iniciativas Atuais
    1. Infra-estrutura e Atrativos
  D. Fatores que Limitam o Desenvolvimento do Ecoturismo
    1. Segurança dos Visitantes
    2. Impacto da Nova Auto-estrada Tabasco-Flores
    3. Impacto do Estabelecimento da Técnica em uma Comunidade de Fronteira

(adaptado de Moore e col., 2000)

- O esforço para organizar e apresentar essas informações, em geral, ajuda os planejadores a compreender e a analisar melhor os dados que possuem.
- A informação apresentada aqui deve propiciar um apoio lógico para as recomendações inclusas na seção do plano estratégico, deve haver um fluxo natural que leve dos dados à conclusão e às recomendações.
- As informações relativas ao ambiente constituem um recurso precioso para os gestores da área protegida e podem não estar facilmente disponíveis em outras fontes. Por esse motivo, esta seção deve ser considerada como um ponto de referência importante para os planejamentos futuros e outras ações administrativas.

Formalização do Conteúdo da Seção Diagnóstica

Depois de ter coletado todas as informações, é hora de colocá-las no papel de forma organizada e sistemática. O esquema no quadro 3.4 fornece diretrizes para essa tarefa. Lembre-se que a seção de estratégias e recomendações vem depois.

Referências

Ceballos-Lascuráin, H. 1996. *Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development.* Gland, Suíça: União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN); N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Moore, A., A. Drumm, and J. Beavers. 2000. *Plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo en el Parque Nacional Sierra del Lacandón. Serie de Coediciones Técnicas No. 15.* Consejo Nacional de Areas Protegidas (CONAP), Fundación Defensores de la Naturaleza, The Nature Conservancy.

Capítulo 4

Passo 3: Análise de Dados e Preparação do Plano

Este é o momento em que todas as grandes idéias devem ser colocados no papel, de forma que os responsáveis pela sua implantação sejam capazes de entendê-las e utilizá-las. Isso é realmente um desafio e uma das principais razões de muitos planos não serem colocados em prática. Os dados reunidos na Fase de Diagnóstico precisam ser analisados e organizados de forma a torná-los úteis na recomendação.

Fase de Análise de Dados

Após a coleta dos dados, a equipe precisa analisá-los e começar a tomar decisões sobre o que o PGE recomendará. Muitos dados estarão acumulados e os planejadores precisam ser capazes de utilizar essas informações. Um ponto de partida adequado é observar as oportunidades que se apresentarem, bem como os obstáculos. Há muitos interesses possíveis para criar um programa de ecoturismo na área? Já existem comunidades locais envolvidas com ecoturismo? O que elas estão fazendo? Está sendo bem feito? O que pretendem fazer no futuro? Existe algum patrocinador internacional interessado em financiar o projeto? Há possíveis projetos de desenvolvimento que possam causar impacto (positiva ou negativamente) sobre a implantação do ecoturismo?

Outra ferramenta útil e analítica é pensar em termos de **sítios críticos** ou **atividades críticas**. Quais sítios precisam ser direcionados aos turistas? Em que sítios o turismo teve impacto negativo? Que atividades necessitam ser realizadas para o sucesso do ecoturismo?

O método do Planejamento de Conservação do Sítio (Site Conservation Planning), utilizado pela The Nature Conservancy, propicia uma estrutura muito funcional para o trabalho analítico. Ela se concentra em identificar os problemas nos sistemas biológicos básicos da área protegida e, então, identificar a fonte real do problema. Os planejadores, a seguir, identificam as ameaças críticas e as estratégias que suavizem ou eliminem essas ameaças (ver Parte II, Capítulo 2). Na Fase de Análise de Dados, a identificação da ameaça crítica deverá ser uma prioridade. Se os sistemas biológicos básicos ainda não tiverem sido identificados pelo Plano Geral de Gestão ou outros estudos científicos, então, os planejadores de PGE terão de avaliar o caso, de forma que as atividades de ecoturismo possam ser planejadas de acordo. O turismo de alto impacto, ou mal administrado, já é considerado uma ameaça a alguns meios ambientes importantes. O ecoturismo pode ser uma estratégia para suavizar esse problema. O Desenvolvimento da Estratégia acontece na próxima fase.

Um resultado básico da fase analítica deverá vir de algumas conclusões sobre:

- quais as maiores ameaças ao sítio/área protegida e como o PGE deverá abordá-las;
- onde o ecoturismo deverá acontecer;
- que tipo de atividades serão realizadas para implementar o ecoturismo;
- quem será encarregado da implementação dessas atividades e que precauções deverão ser tomadas; v como e por quem será monitorado e financiado.

Para chegar a essas conclusões importantes a equipe de planejadores deverá trabalhar em conjunto. Talvez, cada pessoa deva ficar encarregada de chegar a conclusões experimentais, referentes a um aspecto do PGE. Essas conclusões, então, serão apresentadas a um grupo e discutidas por todos. Em algum ponto após a análise inicial pode ser de grande valia a realização de um workshop com a presença dos principais interessados, a fim de ouvir sua opinião sobre vários aspectos. Por exemplo, se o sítio X funcionaria melhor como um sítio de ecoturismo se ficasse restrito a um grupo de seis pessoas, ou menos, ou se hotéis e pousadas ecológicas, dirigidas por uma concessionária, seria um meio aceitável de oferecer alojamento em uma parte da área protegida que fosse distante, porém importante para o turismo.

Em uma determinada situação preparar e apresentar informações, incluindo alternativas viáveis, a um grupo de principais interessados pode ser muito produtivo e instrutivo.

Preparação do Plano

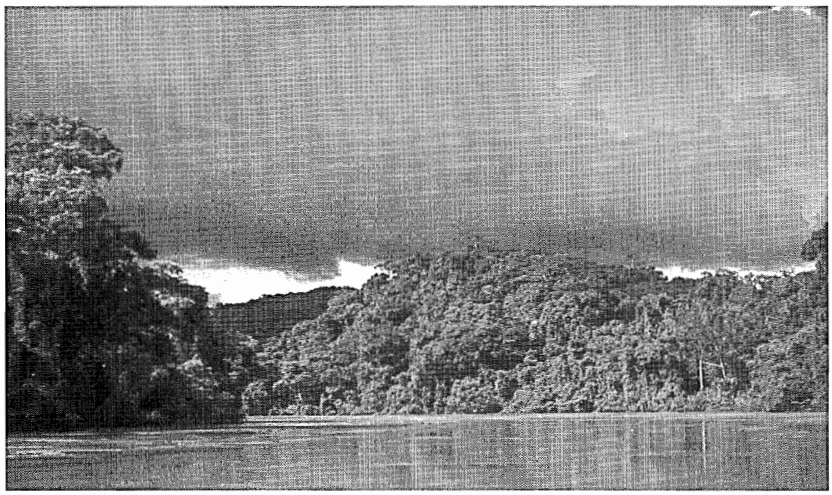
Antes de começar a tarefa de decidir exatamente como o ecoturismo será implantado, a equipe de planejamento deverá concordar com a organização e a estrutura do plano e, a seguir, cada pessoa deverá se responsabilizar por um caderno, fazendo relatórios de acordo com seu interesse e especialização. Deverá também ser designado um coordenador de relatório do plano. Os esboços de cada caderno deverão ser revistos por outros membros da equipe, a fim de assegurar que todos os pontos tenham sido cobertos e de que pontos irrelevantes não sejam abordados. O conteúdo deverá ser escrito de forma a permitir o acesso entre os diversos cadernos. É fundamental um trabalho de edição final realizado por um profissional.

Os planejadores deverão se lembrar de que as informações precisam ser obtidas por meio de um processo bem planejado (descrito no capítulo anterior). O nível de detalhes incluídos na recomendação dependerá, em grande parte, da quantidade e qualidade de informações disponíveis, do grau de participação dos principais interessados e do tempo e financiamento disponível. Se as circunstâncias permitirem, justifica-se adiar algumas decisões, quando mais informações ou financiamento estejam disponíveis, por exemplo, planificar um planejamento. Em alguns casos, os planejadores precisam se concentrar na definição dos primeiros passos, de forma que a implementação possa ter início.

Um plano é apenas um reflexo daquilo que os planejadores acreditam ser o melhor procedimento, em um determinado momento, sob um conjunto de circunstâncias que se apresentam naquele momento. Embora o procedimento geral deva permanecer razoavelmente estruturado no futuro, os detalhes envolvidos na execução do plano podem mudar de forma significativa com o passar do tempo e à medida que as condições sejam alteradas. Entretanto, um PGE deverá ser respeitado como um documento dinâmico a ser seguido enquanto suas recomendações possam ser implementadas logicamente, dentro da gestão envolvida e do meio ambiente do turismo, contanto que elas preencham os objetivos estabelecidos para o programa.

Este é o caderno onde tudo se reúne, onde todo o trabalho árduo realizado pelos planejadores do PGE, e por outros participantes no processo de planejamento resulta em um plano para, realmente, executar um programa de ecoturismo na área protegida. É importante que esse caderno descreva e explique tudo que deve ser feito para que o ecoturismo se torne parte da estratégia de gestão das áreas protegidas. Para que isso seja feito, os planejadores precisam ser capazes de apresentar um plano ordenado, sistemático e transparente.

A apresentação do plano deverá considerar o público alvo e seu nível de compreensão Se a maioria das pessoas que estarão executando o plano participaram do processo de planejamento, isso facilitará a compreensão do conteúdo do plano. Se não participaram, então o plano deverá levar isso em consideração, tanto no que se refere aos detalhes do conteúdo quanto à estrutura de sua apresentação. O plano deve também considerar que possíveis financiadores, políticos e executivos de turismo também estarão revisando esse documento, fato que ressalta a necessidade de torná-lo um documento de fácil



O rio Usumacinta é o limite do Parque Nacional Sierra Del Lacandón e também a fronteira entre a Guatemala e o estado de Chiapas, no México. © Andy Drumm

Quadro 4.1 Concepção do Ecoturismo no Parque Nacional Sierra del Lacandón

O ecoturismo no PNSL será caracterizado por um movimento relativamente constante, com baixo índice de visitantes de diversos tipos, que se enquadram em duas categorias gerais:

1) interesse geral em história natural e cultural da Europa e dos Estados Unidos, exigindo acesso relativamente fácil e acomodações confortáveis em hotéis e pousadas ecológicas;

2) geralmente jovens, mais aventureiros, com interesses gerais similares, que acamparão em sítios designados dentro do parque e ficarão em comunidades locais.

Todos pagarão um taxa de entrada à administração do parque, e serão acompanhados por um guia treinado, da comunidade local. Geralmente, as visitas serão divididas entre visitantes de um dia e estadas de uma ou duas noites.

Com o tempo, o número de visitantes poderá chegar a 10 e 15 mil por ano. O parque produzirá renda suficiente para financiar atividades de gestão de ecoturismo e também um excedente para atividades de conservação adicionais.

(adaptado de Moore e col. 2000)

compreensão por parte de pessoas que não estão familiarizadas com as áreas protegidas. Em geral, as recomendações são:

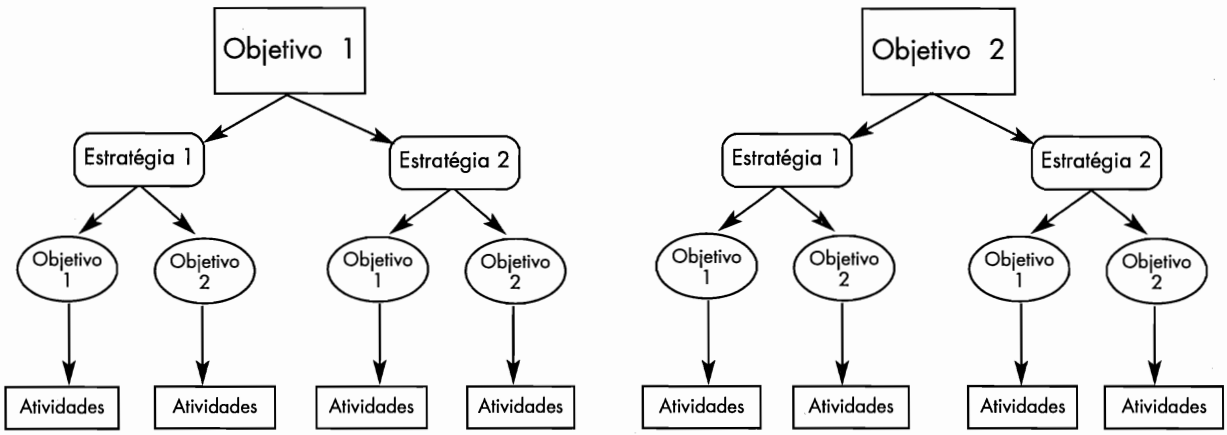
- trabalhar em cima do que as áreas protegidas já possuem em termos de esforços de planejamento anteriores (por exemplo, um plano geral de gestão), infra-estrutura, corpo de funcionários e gerentes, reconhecendo que certas mudanças serão necessárias;
- ser consistente e estar integrado a outros programas de gestão, como o Proteção, Educação Ambiental e Gestão de Recursos (Protection, Environmental Education and Resource Management);
- estar estruturado e ter dados registrados de forma que os funcionários da área protegida sejam capazes de aceitar e executar o plano com o mínimo esforço e a máxima compreensão;
- incluir um nível de detalhes coerente com os tipos de recomendações feitas e com a especialidade técnica dos funcionários da área protegida e de outras pessoas que estarão executando o plano.

Quadro 4.2 Objetivos do PGE do Parque Nacional Sierra del Lacandón, na Guatemala

1. encorajar um programa de turismo diversificado que ofereça oportunidades e atividades para diferentes segmentos do mercado turístico.
2. servir de modelo para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo para outras áreas protegidas, na Guatemala.
3. gerar renda para a conservação do Parque Nacional Sierra del Lacandón.
4. aprimorar o conhecimento da população local, do público em geral e dos visitantes do parque sobre os recursos naturais e culturais das áreas, por meio de atividades educacionais e esclarecedoras.
5. envolver as comunidades e a população local, tanto de dentro como das adjacências do parque nacional, a fim de que elas se beneficiem com as atividades de ecoturismo.

(adaptado de Moore e col. 2000)

Figura 4.1 A Estrutura de um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE)



Dimensões de um PGE

A extensão de um plano finalizado irá variar de acordo com a sua eficácia, que também dependerá do tempo e da disponibilidade de orçamento. Porém, um PGE típico terá um total entre 50 e 100 páginas, incluindo mapas e gráficos. Isso provavelmente será dividido, de forma igual, entre os resultados do Diagnóstico reunidos na Avaliação Total do Sítio e no Plano de ação descrito abaixo.

Estrutura de um PGE

A. Concepção, Objetivos e Estratégias

Concepção. Os planejadores necessitam apresentar sua concepção geral sobre o que o ecoturismo irá significar para a área protegida. Essa concepção, normalmente, consistirá de poucos parágrafos bem elaborados que apresentem uma projeção concisa e abrangente de como será a área protegida, após vários anos de ecoturismo bem sucedido. Alguns tópicos que deverão ser abordados são o envolvimento da comunidade, os níveis e tipos de atividades turísticas, a geração de renda e as mudanças que serão feitas na gestão da área protegida. Por exemplo, ver quadro 4.2.

Objetivos. Também é importante especificar os objetivos para o desenvolvimento do ecoturismo na área protegida. Normalmente, esses objetivos derivam dos princípios básicos sustentados pelo conceito de ecoturismo: turismo de baixo impacto, benefícios para a comunidade regional, conservação do financiamento e educação ambiental. Esses objetivos, provavelmente, permanecerão constantes no futuro, embora algumas das atividades designadas para a sua execução possam ser alteradas de acordo com as circunstâncias.

Quadro 4.3 Estratégias de Gestão do Ecoturismo

1. **Estratégia de Implementação:** Permitir o avanço em outras áreas da administração do parque, ativar o ecoturismo em estágios flexíveis.
2. **Coordenação / Cooperação:** Trabalhar intensivamente com as comunidades regionais e outros grupos e autoridades locais, bem como com as operadoras de turismo, os guias, as ONGs, organizações nacionais, autoridades mexicanas e muitas outras, a fim de assegurar que os níveis adequados de coordenação e a cooperação sejam alcançados.
3. **Financiamento:** Implementação financeira do Plano utilizando quatro fontes diferentes:
   - Atividades de ecoturismo
   - Investimento do setor privado na infra-estrutura do turismo
   - Orçamento governamental
   - Doações e empréstimos originários de programas assistenciais bilaterais e multilaterais.

(adaptado de Moore e col., 2000)

Quadro 4.4 Estruturas dos Subprogramas

Nome dos Subprogramas

A. **Descrição do Subprograma** (o que está se tentando realizar por meio desse subprograma?)

B. **Estratégia**

C. **Objetivo Específico** (um pouco do que deverá ser quantificado e determinado, por exemplo, taxas de entrada coletadas em dois pontos de entrada, no prazo de 18 meses).

D. **Principais atividades;** para cada atividade:
1. Título
2. Descrição da atividade (descrição breve do que será feito)
3. Responsabilidade da implementação (quem fará e com a ajuda de quem, incluindo organizações, comunidades, etc.?)
4. Pré-requisitos para a implementação (o que precisa ser feito antes de se começar? Que outras atividades são necessárias, que materiais, ou que funcionários? Que reuniões, etc.?)
5. Onde acontecerão essas atividades?
6. Custo (uma estimativa do custo do projeto, fora os custos com pessoal já contratado)

Estratégias. O desenvolvimento de uma estratégia é um passo fundamental após a definição dos Objetivos gerais do plano. É um passo intermediário entre o estabelecimento dos Objetivos e a definição de Atividades específicas para realizá-los (ver figura 4.1). O desenvolvimento de uma estratégia transforma os Objetivos abstratos em realidade. Os objetivos e as atividades, por sua vez, levam as Estratégias a um nível mais prático.

O desenvolvimento de uma estratégia deverá ser direcionado para a solução das principais ameaças e situações críticas definidas no caderno de análises, e/ou no processo de Planejamento de Conservação de Sítio, bem como para assegurar que a atividade turística seja realmente ecoturismo. As estratégias podem ser **Diretas** ou **Indiretas** em sua abordagem. Um exemplo de um tipo Direto de estratégia seria: "Diminuir o impacto do turismo negativo no Rio Vermelho, por meio da implementação de tecnologia de baixo impacto". Uma

Quadro 4.5 Critérios para a Definição de Objetivos

- **Orientados pelo impacto.** Representa as mudanças desejadas em fatores de ameaça crítica que afetam os objetivos do projeto.
- **Estimado.** Definível em relação a alguma escala padrão (números, porcentagens, frações, ou todos/nenhum estado).
- **Tempo determinado.** Executável dentro de um período específico.
- **Específico.** Definido claramente de forma que todos os participantes do projeto tenham a mesma compreensão do significado dos termos do objetivo.
- **Praticável.** Executável e apropriado dentro do contexto do projeto do sítio e das possibilidades de gestão das autoridades.

(adaptado de Margoluis e Salafsky, 1998)

abordagem Indireta seria: "Encorajar a capacidade de construção nas comunidades adjacentes às áreas protegidas". A seguir, alguns exemplos de Estratégias possíveis:

Existem diferentes abordagens para se apresentar estratégias em um PGE. A abordagem escolhida precisa levar em consideração as pessoas que estarão utilizando esse plano, bem como a organização da área protegida. *A consideração final é que a pessoa responsável pelo Programa de Ecoturismo seja capaz de adotar esse Plano e implementá-lo com o mínimo de dificuldade.*

As estratégias para um Programa de Ecoturismo também podem ser agrupadas em Subprogramas (ver quadro 4.4), tais como Desenvolvimento de Infra-estrutura, Sistema de Guia Turístico, Educação Ambiental, Relação entre Comunidades, Interpretação Ambiental, Sistema de Taxas (ou Geração de Renda), Gestão de Concessão e Administração. Para cada estratégia dentro de um Subprograma, devem ser preparados Objetivos específicos e, a seguir, devem ser organizadas Atividades para implementar essas Estratégias e esses Objetivos.

O principal objetivo deverá ser apresentar todas as informações necessárias, de forma que o administrador do sítio/área protegida considere-as acessíveis e úteis. Falando de forma geral, as perguntas O que, Quem, Onde e Como deverão obter suas respostas nessas informações. Também é importante definir objetivos que possam ser utilizados mais tarde, para medir o progresso na implementação do plano.

B. Objetivos

Para cada estratégia deve-se desenvolver uma série de objetivos específicos e pragmáticos, que serão atingidos se os esforços forem considerados bem sucedidos. Objetivos são afirmações específicas que detalham as realizações desejadas, ou resultados de um projeto ou programa. Se o projeto é bem conceituado e bem planejado, as realizações dos objetivos levarão ao cumprimento das metas do projeto. Um bom objetivo segue os critérios do quadro 4.5.

Definir um objetivo que siga todos esses critérios não é tão difícil como parece.

A seguir, alguns exemplos de objetivos bons:

- Após três anos, duas trilhas sinalizadas serão projetadas, construídas, e ativadas.
- Ao final do quinto ano, a renda das famílias que participaram desse projeto de produção artesanal terá aumentado em até pelo menos 25%.
- Após dois anos, a quantidade de lixo coletada na trilha sinalizada na Green Mountain terá diminuído por volta de 75%.

Quadro 4.6 Critérios para o Desenvolvimento de Atividades

1. **Interligada.** As atividades deverão sempre estar interligadas a um objetivo, ou a objetivos específicos.
2. **Focalizada.** Ao contrário dos objetivos, que precisam ser orientados pelo impacto, as atividades necessitam ser claramente orientadas pelo processo. Elas devem ser escritas como sendo afirmações das ações direcionadas que o projeto/programa irá empreender. Devem incluir informações sobre como serão feitas as atividades (que tarefas precisam ser executadas), quem será responsável pela execução, quando e onde serão executadas.
3. **Viável.** Assim que as atividades começarem a ser desenvolvidas, deve-se observar que, para cada objetivo há, praticamente, uma infinidade de combinações de atividades que podem ser empreendidas para se atingir o objetivo. Deve-se selecionar as atividades mais viáveis. Em particular, é necessário selecionar aquelas mais racionais de acordo com a disponibilidade do programa e das fontes e restrições projetadas.
4. **Conveniente.** As atividades são apropriadas considerando-se o contexto local? É adequado organizar uma cooperativa de guias se existirem apenas dois guias ou se não houver interesse no momento?

(Margoluis e Salafsky, 1998)

- No final do primeiro ano, duas operadoras de turismo estarão participando ativamente do Comitê Consultivo de Ecoturismo (Ecotourism Advisory Committee).
- Durante os primeiros seis meses, o parque deverá formar um Programa de Comitê Consultivo de Ecoturismo com o propósito de dar assistência ao programa diretor para implementar programas de atividades, avaliar o progresso do programa e dar conselhos no que se refere a melhor forma de lidar com o setor privado e outras instituições.
- A trilha sinalizada na Blue Mountain deverá ser construída e estará ativa até o final do segundo ano; a trilha sinalizada no Rapid River será totalmente implementada até o final do terceiro ano.
- A renda dos empresários locais terá aumentado em até 50% até o final do terceiro ano.
- Cinco guias turísticos de comunidades locais estarão treinados e trabalhando até o final do primeiro ano.

C. Atividades

Após a determinação dos objetivos, deve-se desenvolver atividades para implementação dos objetivos. As atividades devem seguir os critérios do quadro 4.6.

Alguns exemplos de atividades:

Objetivo 1. Após três anos, duas trilhas sinalizadas serão projetadas, construídas e ativadas.

Atividade 1. Trabalhar com a comunidade local e com especialistas para selecionar um sítio específico e desenvolver um plano de sítio para as trilhas, incluindo sinalização e textos, e implementá-los no Green River e nos Rock Cliffs. Também deverá ser preparado um orçamento para cada trilha.

Atividade 2. Contratar trabalhadores das comunidades locais para limpar as trilhas e preparar o caminho.

Atividade 3. Contratar os serviços de sinalização de trilhas e confecção de panfletos de sinalização.

B. Objetivos

Para cada estratégia deve-se desenvolver uma série de objetivos específicos e pragmáticos, que serão atingidos se os esforços forem considerados bem sucedidos. Objetivos são afirmações específicas que detalham as realizações desejadas, ou resultados de um projeto ou programa. Se o projeto é bem conceituado e bem planejado, as realizações dos objetivos levarão ao cumprimento das metas do projeto. Um bom objetivo segue os critérios do quadro 4.5.

Definir um objetivo que siga todos esses critérios não é tão difícil como parece.

A seguir, alguns exemplos de objetivos bons:

- Após três anos, duas trilhas sinalizadas serão projetadas, construídas, e ativadas.
- Ao final do quinto ano, a renda das famílias que participaram desse projeto de produção artesanal terá aumentado em até pelo menos 25%.
- Após dois anos, a quantidade de lixo coletada na trilha sinalizada na Green Mountain terá diminuído por volta de 75%.
- No final do primeiro ano, duas operadoras de turismo estarão participando ativamente do Comitê Consultivo de Ecoturismo (Ecotourism Advisory Committee).
- Durante os primeiros seis meses, o parque deverá formar um Programa de Comitê Consultivo de Ecoturismo com o propósito de dar assistência ao programa diretor para implementar programas de atividades, avaliar o progresso do programa e dar conselhos no que se refere a melhor forma de lidar com o setor privado e outras instituições.
- A trilha sinalizada na Blue Mountain deverá ser construída e estará ativa até o final do segundo ano; a trilha sinalizada no Rapid River será totalmente implementada até o final do terceiro ano.
- A renda dos empresários locais terá aumentado em até 50% até o final do terceiro ano.
- Cinco guias turísticos de comunidades locais estarão treinados e trabalhando até o final do primeiro ano.

C. Atividades

Após a determinação dos objetivos, deve-se desenvolver atividades para implementação dos objetivos. As atividades devem seguir os critérios do quadro 4.6

Alguns exemplos de atividades:

Objetivo 1. Após três anos, duas trilhas sinalizadas serão projetadas, construídas e ativadas.

Atividade 1. Trabalhar com a comunidade local e com especialistas para selecionar um sítio específico e desenvolver um plano de sítio para as trilhas, incluindo sinalização e textos, e implementá-los no Green River e nos Rock Cliffs. Também deverá ser preparado um orçamento para cada trilha.

Atividade 2. Contratar trabalhadores das comunidades locais para limpar as trilhas e preparar o caminho.

Atividade 3. Contratar os serviços de sinalização de trilhas e confecção de panfletos de sinalização.

D. Zoneamento

Zoneamento é um sistema que determina adequadamente a utilização da área protegida em diferentes partes de seu território. As atividades turísticas serão executadas de forma e com intensidade variadas, e o zoneamento deverá refletir isso. Ver Volume II, Parte I, Capítulo 2 para informações detalhadas sobre zoneamento.

E. Facilitação da Implementação

Nos cadernos anteriores, um grande número de atividades foi descrito, porém, os administradores terão muito trabalho para decidir onde começar e o que fazer primeiro. Abaixo, estão esquematizados três métodos para implementação do PGE.

1. Cronologia

Os planejadores deverão colocar as Atividades em um esquema organizado e sistemático, que facilitará ao administrador a determinação do que precisa ser feito e de quando deverá ser feito. Uma maneira de decidir a ordem das atividades é determinar o período durante o qual o PGE deverá ser implementado e, a seguir, dividir esse período em vários estágios. Esses estágios poderão ser períodos de um ano. Entretanto, devido aos atrasos habituais que ocorrem durante uma implementação, talvez, seja mais realista utilizar três ou quatro estágios de execução, sem associá-los a um cronograma. Todas as atividades planejadas devem ser designadas a um desses estágios. Isso dará aos administradores uma referência básica sobre a seqüência em que as atividades poderão ser realizadas.

Normalmente, os administradores da área protegida estarão ansiosos para dar inicio a implementação, porém, estarão inseguros sobre o que exatamente precisa ser feito primeiro. É de grande valia para os planejadores preparar um caderno resumido que descreva, detalhadamente, o que precisa ser feito durante os primeiros seis meses até um ano do Programa. Particularmente, isso é de grande importância quando a pessoa contratada para dirigir o Programa de Ecoturismo não tem a experiência necessária para executar o Programa do início. Com algumas instruções iniciais detalhadas, a tarefa torna-se muito mais fácil.

2. Planos específicos para o sítio

Outro importante método para facilitar a implementação do PGE é a preparação de planos individuais de sítio para os sítios de visitação mais importantes. Esses planos deverão conter detalhes de todas as ações necessárias ao seu desenvolvimento e para a seqüência da implementação. Se possível, deverão ser preparados mapas detalhados para indicar onde deverá estar localizada a infra-estrutura proposta.

3. Comitê Consultivo de Ecoturismo

Outra opção para facilitar a implementação de PGE é criar um Comitê Consultivo de Ecoturismo, que deverá se reunir freqüentemente para aconselhar o coordenador do Programa de Ecoturismo. Em condições ideais, os membros desse Comitê serão pessoas familiarizadas com ecoturismo e áreas

Quadro 4.7 Check-list para o Planejamento Estratégico e Caderno de Recomendações do PGE

Você já:

- ☐ Definiu a concepção para seu Plano de Gestão de Ecoturismo?
- ☐ Determinou algumas metas importantes para guiar seu plano?
- ☐ Estabeleceu atividades de ecoturismo dentro de seu sítio de acordo com o esquema de divisão de zonas e/ou adaptou um sistema anterior para coincidir com a atividade turística que você está propondo?
- ☐ Criou uma série de subprogramas de ecoturismo que refletem os diferentes tipos de atividades que necessitarão de supervisão gerencial/administrativa?
- ☐ Dentro de cada subprograma, desenvolveu uma série de estratégias que serão seguidas para guiar a implementação?
- ☐ Para cada estratégia, desenvolveu uma série de atividades detalhadas para executar os objetivos?
- ☐ Desenvolveu uma cronologia que estabelece as Atividades a serem colocadas em prática em uma lista seqüencial, de acordo com um formato anual ou por Fase?
- ☐ Desenvolveu planos de sítios detalhados para aqueles sítios que serão muito utilizados pelos turistas ecológicos?
- ☐ Recomendou a criação de um Comitê Consultor de Ecoturismo para dar assistência aos administradores dos sítios na implementação e avaliação do PGE?
- ☐ Recomendou como o PGE será monitorado e avaliado?

protegidas e que provavelmente participaram do processo de planejamento. Eles podem ser aliados de grande valor para a realização de Programa de objetivos.

4. Monitoramento e Avaliação
O PGE deverá recomendar procedimentos e mecanismos para a avaliação do progresso relativo a realização das metas e objetivos do plano. Deverá também sugerir formas de monitorar o impacto que o turismo está tendo nos recursos físicos e culturais das áreas, bem como os fatores econômicos e o nível de expectativa dos visitantes. Ver Volume II. Parte I, Capítulo 6, para mais informações.

F. Anexos
Vários dados serão acumulados no processo de coletar informações para o processo de planejamento e desenvolvimento do PGE. As informações sintetizadas deverão ser apresentadas no PGE, pois os planejadores podem querer preservar, nos Anexos do PGE, a maioria dos dados coletados. Dessa forma, as informações continuarão disponíveis, porém, não interrompem o fluxo do PGE com detalhes desnecessários. Abaixo, alguns exemplos dessas informações:

- Resultados de pesquisas realizadas na fase de diagnóstico;
- Estatísticas de visitação;
- Lista de animais/plantas encontrados na área protegida;
- Lista de projetos de ecoturismo encontrados nas comunidades relacionadas à área protegida;
- Estudos mercadológicos

G. Mapas e Outros Gráficos
Mapas e outros gráficos, incluindo diagramas e tabelas são parte importante do PGE, uma vez que representações visuais são compreendidas mais rapidamente pela maioria dos leitores. Os mapas deverão ser usados para indicar:

- localização da área protegida, tanto na região como no país;
- atrações naturais e culturais dentro e nas adjacências da área protegida;
- sistema de divisão de zonas
- localização e detalhes dos sítios individuais de visita
- população humana
- infra-estrutura (estradas, trilhas, guarita, hotéis, etc.).

Outros gráficos deverão demonstrar:

- estatísticas de visitação;
- programação desenvolvida para sítios individuais de visita;
- preferências dos visitantes;
- capacidade de visitação e acomodação da infra-estrutura existente

Publicação e Distribuição do Plano
Antes da publicação, o rascunho final deverá ser submetido aos principais interessados a fim de saber sua opinião e detectar quaisquer erros que possam constar do documento. A opinião de cada um deles fará com que eles se entusiasmem pelo PGE, um fator essencial para que seja implementado.

Após o termino do PGE, este deve ser publicado e distribuído às pessoas que necessitam conhecê-lo: operadoras de turismo, guias turísticos, agências de turismo, doadores internacionais, ministro do planejamento, secretário de turismo, universidades, governos e comunidades locais, etc.

Há muita competição no fornecimento de experiências ecoturísticas essencialmente similares. Normalmente, o ecoturismo em áreas protegidas precisa ser promovido e negociado no mercado a fim de obter sucesso. Um PGE bem feito e bem organizado é um excelente primeiro passo nessa direção. Não é apenas uma ferramenta de gestão para proteger os administradores da área, mas também uma ferramenta de publicidade/arrecadação de fundos.

Referências

Margoluis, R. e N. Salafsky. 1998. *Measures of success: Designing, managing, and monitoring conservation and development projects.* Washington D.C.: Island Press.

Moore, A., A. Drumm, e J. Beavers. 2000. *Plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo en el Parque Nacional Sierra del Lacandón. Serie de Coediciones Técnicas No. 15.* Consejo Nacional de Areas Protegidas (CONAP), Fundación Defensores de la Naturaleza, The Nature Conservancy.

Fontes
PROARCA/CAPAS www.capas.org;guide.htm
Esse excelente web site disponibiliza inúmeros exemplos de planos de gestão de área protegida, inclusivo relativos ao turismo. Esse projeto é parte do Programa Regional de Meio Ambiente para a América Central e opera regionalmente em Belize, na Guatemala, em El Salvador, em Honduras, na Nicarágua, na Costa Rica e no Panamá. O objetivo do PROARCA/CAPAS é fornecer assistência financeira, técnica e política para a gestão de áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na América Central.

Capítulo 5

Passo 4: Implantação do Plano de Gestão

Agora que você já tem um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE), é hora de iniciar sua implantação. Começar da maneira correta é, freqüentemente, a parte mais difícil de todo o processo. Muitos fatores são essenciais para o êxito do programa, e podem ser divididos em duas categorias: fatores relacionados ao quadro de pessoal e fatores programáticos.

Fatores Relacionados ao Quadro de Pessoal

A. Diretor do Programa de Ecoturismo. O Programa de Ecoturismo deve ter uma pessoa qualificada cuja única responsabilidade seja a implantação do PGE. Essa pessoa, que neste documento será chamada de "Diretor", é a chave para um programa de ecoturismo bem-sucedido. O Diretor deve ter experiência tanto na indústria do turismo quanto na conservação de áreas naturais. Será ainda melhor se tiver experiência em administração de recursos humanos e na área empresarial. O Diretor é responsável por assegurar que todas as atividades de ecoturismo sejam realizadas de acordo com o PGE, e que estejam em conformidade com o conceito de ecoturismo. Ele também é responsável por assegurar que o Programa seja integrado de forma adequada ao restante da estrutura de gestão da área protegida, como, por exemplo, aos programas de Gestão e de Proteção de Recursos. O Diretor também deverá assegurar que todo o quadro de pessoal destinado aos Programas de Ecoturismo receba o treinamento adequado.

B. Quadro de Pessoal do Programa de Ecoturismo. Além do Diretor do Programa, deve haver outros membros da equipe que trabalhem tanto em regime de jornada parcial quanto de jornada integral na implantação das recomendações do PGE. Esses membros variarão de guardas-florestais ou seguranças que trabalhem na cobrança de ingressos e na supervisão do comportamento dos visitantes, a especialistas em análise do meio ambiente e em educação ambiental. Também pode ser necessária uma equipe para supervisionar as concessões e outros envolvimentos do setor privado no sítio. Se o ecoturismo estiver gerando receitas significativas, a administração da área poderá precisar de um contador para gerir de forma adequada essas receitas.

C. Capacitação de recursos humanos. O ecoturismo é uma estratégia de gestão relativamente nova que requer gerenciamento intensivo e bem direcionado para ser bem-sucedida. Na maioria dos casos, o pessoal disponível para a implantação de um PGE não terá os conhecimentos adequados, necessários para a realização de um bom trabalho. A maior parte da equipe, porém, pode ser treinada para realizar o trabalho corretamente, treinamento esse que deve ser providenciado pela administração do sítio ou da área protegida. O treinamento necessário variará de um curso geral sobre ecoturismo a treinamento mais especializado em gestão de concessões. Outros treinamentos podem incluir: análise do meio ambiente e educação ambiental, projeto e manutenção de trilhas, técnicas de monitoramento de impacto — incluindo Limites de Modificação Aceitáveis (LAC), técnicas de gestão de visitação, conhecimentos na área de comunicações e relações humanas, contabilidade, captação de recursos e relações públicas, e técnicas suplementares.

D. Comitê Consultivo de Ecoturismo. O PGE deve ter sido preparado por meio de um processo participativo, e sua implantação também deve contar com a participação de diversos interessados. Esse Comitê tem três papéis principais a desempenhar: (1) aconselhamento ao Diretor do Programa de Ecoturismo com relação à implantação do PGE, especialmente no que se refere a questões de ordem técnica e àquelas relacionadas à indústria do turismo, (2) fornecer apoio efetivo, tanto no campo quanto na sede, quando necessário, e (3) servir como canal de comunicação na respectiva esfera de influência, por exemplo, na indústria do turismo ou na comunidades. Os membros do Comitê devem se envolver, por exemplo, no fornecimento de apoio logístico e de treinamento,

quando necessário. Também devem ser defensores entusiásticos do ecoturismo e de seu respectivo sítio ou área protegida. Essas pessoas devem ser selecionadas com base em sua participação no processo de planejamento do PGE. Devem constituir uma amostra representativa da indústria do turismo, especialmente no âmbito local, bem como de órgãos governamentais e comunidades locais envolvidas nas atividades de turismo e com o sítio de ecoturismo.

Fatores Programáticos

E. Monitoramento. Nunca é demais enfatizar a importância do freqüente monitoramento dos impactos do programa. O monitoramento geralmente se refere à medição dos impactos econômicos, sócio-culturais ou ecológicos de um programa ou atividade sobre o ambiente natural ou humano de um sítio de ecoturismo. Essa medição, em regra, consiste no estabelecimento de indicadores e padrões para diversos parâmetros representativos dos impactos potenciais, que podem, então, ser monitorados regularmente para determinar se os padrões estabelecidos estão sendo obedecidos ou não. Se não estiverem, a gestão da área deverá modificar sua abordagem para corrigir a situação. Tais indicadores e padrões devem ser definidos ao menos parcialmente no PGE, caso contrário, pode ser necessária uma assistência técnica para elaborar um plano de monitoramento. Mais informações a respeito de monitoramento podem ser encontradas no Volume II, Parte I.

F. Avaliação. Refere-se à revisão regular dos progressos do Programa em relação à consecução das metas e objetivos estabelecidos no PGE e no plano anual de trabalho. Esse deve ser um processo formal, conduzido, em regra, anualmente, no qual toda a equipe e todos os interessados se reúnem para discutir o andamento do projeto e avaliar cada uma das atividades do Programa. Por vezes é útil contratar um avaliador externo e objetivo para gerir o processo. Os resultados da avaliação do Programa devem ser utilizados na elaboração do plano de trabalho para o ano seguinte, bem como na atualização do PGE, quando for necessário. Há mais informações sobre avaliação no Capítulo 6, "Passo 5: Avaliação do Grau de Sucesso".

G. Planos Anuais de Trabalho. Destinados à implantação do programa de ecoturismo, devem ser preparados a cada ano com base no PGE. Planos de trabalho são ferramentas importantes para manter o programa no caminho correto. Devem ser detalhados com relação a quem fará o que, onde, quando e com que recursos. Dependendo do sistema administrativo em uso, o plano anual de trabalho também precisará ser transformado em um plano de trabalho mensal ou trimestral.

H. Sistemas de Prestação de Contas. São elementos importantes de qualquer sistema administrativo, especialmente um tão importante quanto um programa de ecoturismo. Os membros da equipe com função de supervisão ou outras funções importantes devem prestar contas periodicamente e por escrito ao Diretor do Programa, tanto com relação às suas atividades quanto com relação à consecução das metas e objetivos do programa. Embora muitos possam se irritar com essa exigência, ela é fundamental para uma gestão responsável e profissional de um programa importante. Sem um registro escrito do que acontece, o Diretor não tem elementos para tomar decisões importantes para o futuro, nem justificar mudanças que eventualmente precisem ser feitas. A prestação de contas é particularmente importante no que se refere às questões financeiras, como cobrança de ingressos e/ou implementação de atividade, como manutenção de trilhas ou monitoramento de indicadores críticos.

Planos dos Sítios

Os planos dos sítios são essenciais para qualquer programa de ecoturismo que envolva uma concentração de atividades turísticas, tais como infra-estruturas significativas (por exemplo, uma pousada ecológica e trilhas associadas, um centro de visitação ou um local de acampamento). Se os planos não forem feitos para o PGE, precisarão ser desenvolvidos durante a fase de implantação. Os planos dos sítios são mapas detalhados, em grande escala, do sítio específico no qual as atividades de ecoturismo ocorrerão. São importantes porque permitem aos planejadores:

- localizar precisamente a infra-estrutura de modo a minimizar os impactos sobre os recursos naturais do sítio, e
- visualizar o melhor esquema para otimizar o relacionamento entre os diferentes elementos de infra-estrutura no sítio.

Eles também permitem aos gestores de programas de ecoturismo supervisionar e planejar a construção da infra-estrutura necessária.

Os planos dos sítios precisam ser elaborados por profissionais e técnicos especializados em mapeamento de sítios, em SPG e em projetos de infra-estrutura de ecoturismo. Existem mais informações a respeito de planejamento de sítios no Volume II, Parte I.

Análise do Principal Interessado

Na maioria dos sítios de ecoturismo, é essencial trabalhar efetivamente com as comunidades locais para que o programa tenha êxito. Em geral, essa é considerada a tarefa mais difícil que um Programa de Ecoturismo precisa realizar. O PGE deverá descrever o que precisa ser feito para envolver as populações e comunidades locais. O que pode estar faltando é um tipo de informação estratégica necessária para implementar, de fato, as recomendações do PGE, que exigem:

- identificação e descrição dos mecanismos de organização existentes na comunidade;
- identificação formal e informal dos líderes da comunidade;
- identificação das capacidades e conhecimentos da população local, já existentes e potenciais, com relação às atividades de ecoturismo; e
- identificação de atitudes, valores e crenças que possam favorecer ou inibir o desenvolvimento de atividades de ecoturismo nas comunidades locais.

Esse estudo da Análise das Comunidades Interessadas deve ser realizado por um sociólogo ou antropólogo que possa coletar as informações necessárias de maneira neutra e imparcial. É importante que eles não criem expectativas na população local com relação ao potencial do turismo.

Implantação Adaptativa de Gestão[1]

Na maioria dos projetos de conservação, e a implementação de um PGE não se constitui em exceção, o trabalho nunca está totalmente terminado. Não importa quão bem planejado seja o projeto ou o programa, ele nunca fica exatamente como se pretendia que fosse. Essa incerteza não é, necessariamente, algo negativo. De muitas maneiras, os resultados mais interessantes, e as descobertas que levam a avanços verdadeiros no que se refere à compreensão, são aqueles que nunca se esperou que ocorressem. Esses resultados inesperados poderão trazer muitos benefícios se lhes for dada a devida atenção e se forem levados em consideração no momento da ação. Para tomar emprestada uma frase de Louis Pasteur, "A sorte favorece a mente bem preparada".

A mudança de condições em um sítio ou em uma área protegida e os resultados inesperados das atividades do projeto significam que todos sempre devem estar preparados para responder a novas situações a fim de manter o bom andamento do projeto. A adaptação é um processo constante. Dessa forma, o PGE deve ser continuamente modificado e adaptado de acordo com as informações disponíveis para que se possam alcançar as metas e objetivos do projeto. Mudanças importantes, porém, não devem ser feitas de forma unilateral. Sempre se devem consultar os interessados mais importantes e utilizar os recursos do Comitê Consultivo de Ecoturismo como fonte de ajuda nesse processo.

Se algo no PGE não está funcionando, modifique-o! Se isso não for feito, é muito provável que o projeto venha a ser prejudicado. O sucesso geralmente é um alvo móvel, e a única maneira de alcançá-lo é sendo flexível e aberto a mudanças.

Figura 5.1 Check-list para a Implementação de um PGE

Fator de Implementação do PGE	sim / não
A. Existe um Líder do Programa de Ecoturismo?	
B. Existe pessoal suficiente para implementar o PGE?	
C. O pessoal existente tem a capacitação necessária para implementar o PGE?	
D. Existe um Comitê Consultivo de Ecoturismo adequado e em atividade?	
E. Existe um Programa de Monitoramento adequado para monitorar os indicadores representativos dos mais prováveis e importantes impactos do turismo?	
F. A administração do Programa de Ecoturismo faz uma avaliação anual do progresso feito com relação à consecução dos objetivos do programa?	
G. O Programa de Ecoturismo prepara Planos de Trabalho Anuais com base no PGE?	
H. Existe um Sistema de Prestação de Contas adequado que represente de forma apropriada as atividades desenvolvidas pelos membros da equipe?	
I. Existem Planos de Sítio detalhados disponíveis para os sítios nos quais ocorrem as atividades de ecoturismo?	
J. Foi feita uma Análise da Comunidade de Interessados dentro das comunidades locais importantes?	

Referência

Margoluis, R. e N. Salafsky. 1998. *Measures of Success: Designing, managing, and monitoring conservation and development projects.* Washington D.C.: Island Press.

1 Seção adaptada de Margoluis e Salafsky, 1998.

Fontes

Moore, A., A. Drumm, e J. Beavers. 2000. *Plan de manejo para el desarrollo del ecoturismo em el Parque Nacional Sierra del Lacandón*. Serie de Coediciones Técnicas No. 15. Consejo Nacional de Areas Protegidas (CONAP), Fundación Defensores de la Naturaleza, The Nature Conservancy.

PROARCA/CAPAS www.capas.org;guide.htm
Esse excelente web site disponibiliza inúmeros exemplos de planos de gestão de área protegida, inclusivo relativos ao turismo. Esse projeto é parte do Programa Regional de Meio Ambiente para a América Central e opera regionalmente em Belize, na Guatemala, em El Salvador, em Honduras, na Nicarágua, na Costa Rica e no Panamá. O objetivo do PROARCA/CAPAS é fornecer assistência financeira, técnica e política para a gestão de áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na América Central.

Capítulo 6

Passo 5: Avaliação do Grau de Sucesso

Introdução

À medida que se passa lentamente do estágio do "trabalho em curso" para a fase de "demonstração de sítios" de ecoturismo é importante identificar os indicadores de sucesso. É necessário manter uma indicação de onde se está e se esse é ou não o caminho que levará à implantação de um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE) e ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos. A avaliação do programa deve ser parte da rotina de gestão de um sítio. Infelizmente, muitos gestores não avaliam sistematicamente como estão se saindo com relação à implementação das recomendações de planejamento e à tomada de decisões necessárias para permanecer na direção correta. A fim de fazer essa avaliação, os gestores precisam de direção, ou de indicadores, para ajudá-los no processo de tomada dessas decisões.

Existem três objetivos básicos a serem atingidos para que o ecoturismo seja bem-sucedido:

1. Redução da ameaça aos objetos da conservação.
2. Geração de renda para a conservação.
3. Benefícios para as comunidades locais.

O ecoturismo é mais que uma atividade econômica, e pode ajudar também na redução de ameaças à conservação do sítio, quer causadas pelo turismo descontrolado ou por outras atividades que causem impacto negativo nos recursos naturais do sítio. Existem programas adequados para reduzir os problemas com a flora e a fauna? Os impactos culturais nas comunidades são monitorados? Os residentes mantêm o acesso a suas áreas protegidas? As instalações turísticas seguem os princípios de mínimo impacto? Os recursos naturais estão mais bem protegidos por meio das visitações? A conservação está avançando? De forma inversa, deve-se questionar se as ameaças críticas identificadas no processo de planejamento estão de alguma forma sendo reduzidas com a implantação do PGE.

Novos postos de trabalho estão sendo criados nas comunidades? De que tipo são? Esses postos de trabalho estão ajudando a diversificar e fortalecer a economia local ou a estão tornando vulnerável à medida que o ecoturismo se torna a indústria dominante? Qual é o panorama econômico de longo prazo para essa área? É extremamente importante identificar e acompanhar os pontos fortes e fracos do ecoturismo ao longo do tempo.

Para medir o grau de sucesso de um PGE devem ser criados indicadores para avaliação periódica que reflitam as prioridades acima mencionadas. Um indicador básico é o progresso com relação à consecução das metas e objetivos estabelecidos. Além disso, um programa de monitoramento de impacto que utilize a metodologia dos Limites de Modificação Aceitáveis (LAC – Limits of Acceptable Change) se constitui em uma ferramenta poderosa para assegurar que as metas preestabelecidas sejam atingidas.

Ambos os métodos proporcionam diretrizes para o ajuste de decisões de gestão, mas encaram os resultados da implementação do projeto de maneira diferente. A metodologia LAC envolve a previsão de certos tipos de impacto resultantes do ecoturismo e o monitoramento de tais impactos, de modo a assegurar que eles não ultrapassem os padrões estabelecidos pelos respectivos interessados.

De modo geral, ambos os métodos envolvem a coleta de informações de dois diferentes meios: o meio sócio-cultural e o meio ecológico. O desenvolvimento do ecoturismo causa impacto em ambos. Os dois métodos envolvem informações tanto quantitativas quanto qualitativas.

Os **métodos quantitativos** produzem dados facilmente representados por números, como respostas a pesquisas formais, registros de taxas de ingresso e registros de empreendimentos financeiros.

Os **métodos qualitativos** produzem dados que não são facilmente sintetizados em forma numérica, como atas de assembléias da comunidade e anotações gerais de observações. Os dados qualitativos normalmente descrevem o conhecimento, as atitudes e o comportamento das populações.

A combinação das abordagens quantitativa e qualitativa no monitoramento ajudará a garantir que os dados coletados fornecerão um quadro tão completo quanto possível do sítio em questão. Há ainda um efeito cruzado entre as técnicas quantitativa e qualitativa. Cuidadosamente conduzidos, os métodos qualitativos podem produzir resultados quantificáveis, e estudos quantitativos bem projetados podem proporcionar o entendimento de tópicos tipicamente qualitativos como atitudes e opiniões.

Sitio arqueológico de Piedras Negras, Parque Nacional de Sierra del Lacandón, Guatemala. © Andy Drumm

Cumprimento de Metas e Objetivos

As metas básicas para redução das ameaças, geração de renda e benefícios para a comunidade estabelecida no processo de PGE (ver Parte II, Capítulo 4) têm estratégias e objetivos específicos. Tais objetivos devem ser mensuráveis e capazes de ser atingidos dentro de um período de tempo determinado. Devem fornecer a base para a avaliação do grau de sucesso da implantação do PGE. A seguir, estão relacionados mais alguns exemplos de objetivos específicos que vêm sendo usados para avaliar o progresso de um PGE:

- Em dois anos, um centro de visitação será construído em Águas Calientes.
- Em três meses, deverá ser contratado um Diretor de Ecoturismo.
- Durante o segundo ano de implementação do plano, três guardas do parque serão treinados em ecoturismo e gestão de visitação.
- A metodologia LAC será totalmente implantada até o quarto ano, com indicadores e padrões estabelecidos para monitorar os impactos da visitação nos três principais sítios de visitação, bem como para avaliar o grau de satisfação dos visitantes com sua experiência no parque.
- Durante os seis primeiros meses, o parque deve constituir um Comitê Consultivo de Programa de Ecoturismo com o propósito de ajudar o diretor do programa a implementar as atividades do programa, avaliar seu progresso e fornecer aconselhamento sobre a melhor forma de lidar com o setor privado e outras instituições.
- A trilha interpretativa na Blue Mountain deve ser construída e totalmente implantada até o final do segundo ano; a trilha interpretativa em Rapid River será construída e totalmente implantada até o final do terceiro ano.

- Até o final do terceiro ano, a renda de empreendimentos locais deverá aumentar em 50%.
- Cinco guias turísticos provenientes da comunidade local serão treinados e estarão trabalhando até o final do primeiro ano.
- A caça ilegal diminuirá em 90% após dois anos.

O planejamento de objetivos adequados, porém, é apenas o primeiro passo. Os gestores também devem, sistematicamente, colher dados que documentem o progresso em direção à consecução desses objetivos. Não basta sentar no final de um ano e avaliar quanto de um objetivo foi atingido. Dados específicos devem indicar exatamente quanto foi alcançado. Uma metodologia para documentar os progresso em direção à consecução do objetivo deve ser parte de qualquer PGE. Determinar, por exemplo, se a renda do empreendedor local está crescendo ou não à taxa desejada pode requerer o preenchimento de questionários periódicos. A aplicação desses questionários pode ser feita pelos gestores do sítio ou delegada a uma associação comercial local ou uma universidade.

Para determinar se a caça ilegal está ou não diminuindo à taxa desejada será necessário que haja constante monitoramento dos sítios-chave e manutenção de registros acurados pelo pessoal do sítio ou área protegida.

O trabalho Measures of Success: Designing, Managing, and Monitoring Conservation and Development Projects (Avaliação do Grau de Sucesso: Projeto, Gestão e Monitoramento de Projetos de Conservação e Desenvolvimento) (1998), de Margoluis e Salafsky, traz uma excelente discussão sobre como estabelecer objetivos mensuráveis e como monitorar sua implantação.

Limites de Modificação Aceitáveis (LAC – Limits of Acceptable Change)

Se os planejadores do PGE usaram a metodologia LAC para estabelecer um sistema de monitoramento dos impactos do turismo, deverá haver vários indicadores e padrões que podem ser utilizados para avaliar o progresso da implementação do PGE. O LAC é um sistema específico para mensurar os impactos do turismo e deve ser aplicado para avaliar se os objetivos de reduzir ou mitigar tais impactos estão ou não sendo atingidos.

O LAC responde ao fato de que a modificação é inevitável, e estabelece os limites dentro dos quais as modificações são aceitáveis, dirigindo seu foco para as condições desejadas em um determinado sítio. Tais condições podem ser determinadas pelos usuários do sítio, tanto atuais quanto potenciais, juntamente com seus gestores. Uma vez estabelecidas as condições desejadas, devem ser definidos os indicadores e padrões correspondentes que descrevam aspectos detalhados dessas condições. Tal procedimento permite ao quadro de pessoal do sítio e outros monitorar esses indicadores para garantir que as condições desejadas estão sendo cumpridas (ver Volume II, Parte I, Capítulo 6, para mais informações sobre o processo LAC).

A maior parte dos indicadores derivados do processo LAC suprirá os gestores com dados indiretos relativos a seu progresso na implementação de intervenções mais diretas, tais como gestão de visitações, desenvolvimento de infra-estrutura e programas de educação ambiental. Alguns dos indicadores mais comuns que podem ser utilizados para essa finalidade são:

- níveis de satisfação do visitante com sua visita à área protegida, a um sítio de visitação ou instalações em particular, ou com os membros da equipe com os quais mantiveram contato;
- quantidade de bactéria E. coli encontrada na água próxima a uma área de concentração de visitantes;
- quantidade de espécies específicas de vida silvestre em um determinado sítio;
- incidência de caça ou pesca ilegal ou de outra atividade ilegal semelhante;
- número de reclamações a respeito do operador ou da concessionária de turismo em um determinado período de tempo;
- número de encontros que os visitantes tiveram com outros visitantes em uma área agreste.

Os padrões são criados quando os indicadores mostram um valor quantitativo específico; por exemplo, visitantes em uma área agreste não devem se encontram com mais de um grupo diferente durante uma estada de dois dias.

Quando o monitoramento determina que os padrões não estão sendo cumpridos e que os limites foram ultrapassados, os gestores devem fazer ajustes em seu PGE e nas atividades de gestão correspondentes para que o impacto da visitação retorne aos níveis desejados.

O Processo de Avaliação do Grau de Sucesso

Como já deve ter sido possível observar, foi destacado que a participação pública no processo de preparação de um PGE é fundamental para seu sucesso; também é

importante para a avaliação da consecução dos objetivos do projeto e para estabelecer os indicadores e padrões para o processo de Limites de Modificação Aceitáveis (LAC). Não será surpresa, então, descobrir que a avaliação de em que ponto está a implementação do PGE deve envolver os respectivos interessados, ou seja, o pessoal da área protegida, empreendedores e líderes da comunidade, representantes da indústria do turismo (especialmente aqueles que trabalham dentro e no entorno da área protegida), e outros representantes governamentais importantes.

Trata-se de um processo relativamente simples observar um PGE que tenha estabelecido objetivos facilmente quantificáveis para serem atingidos em um dado período de tempo e determinar quais deles foram atingidos e quais não o foram. O que não é tão simples é determinar a razão pela qual um determinado objetivo não foi atingido, e o que pode ser feito para superar quaisquer obstáculos que possam ter impedido o desenvolvimento das atividades adequadas. As respostas para essas questão são mais facilmente encontradas por um grupo de interessados envolvidos, por uma equipe de avaliação, e não apenas por um ou dois membros da equipe da área protegida que podem carecer das perspectivas que um grupo mais diversificado poderia ter. Muitos desses interessados podem mesmo ter participado do processo de planejamento e / ou ser membro de um comitê consultivo do programa de ecoturismo.

A equipe de avaliação precisará rever todos os objetivos e atividades do Plano Estratégico do PGE e determinar o que deve e o que não deve ser feito. As principais questões a serem respondidas são:

- Os principais agentes estão cumprindo seu papel?
- O contexto legal necessário para se alcançar as metas do ecoturismo foi estabelecido?
- Os recursos para os projetos de ecoturismo estavam disponíveis?
- O PGE é excessivamente ambicioso em vista dos recursos humanos e econômicos disponíveis?
- Os interessados fizeram todo o possível para encontrar recursos suficientes?
- O suporte técnico necessário para a implementação dos projetos de ecoturismo está disponível?
- O que pode ser feito para melhorar os arranjos logísticos que possam facilitar a implementação do projeto?
- Existem outras ações de gestão de área protegida coordenadas com o programa de ecoturismo?
- Há necessidade de mudar os objetivos e / ou as atividades do programa em face de modificação de condições, ou há necessidade de se trabalhar melhor o que foi realmente planejado?

Com relação ao LAC e à participação pública, os interessados mais importantes devem fazer parte de todos os passos do processo de tomada de decisões, inclusive no estabelecimento de indicadores e padrões que serão utilizados para monitorar os impactos do turismo. Imagine, por exemplo, que se tenha decidido que a presença de uma espécie de pássaro encontrada em um determinado sítio de visitação é um importante indicador do impacto do turismo. Deve ser estabelecido, então, um padrão que represente um consenso com relação à quantidade de tais pássaros que se espera seja adequada para um sítio de visitação bem gerido. Para se chegar a essa determinação, é mais do que razoável que se tome o cuidado de envolver os guias turísticos, o pessoal do sítio, biólogos e, provavelmente, outros que terão um grande interesse em assegurar que esse padrão seja mantido.

Fontes

The Ecotourism Society. 1993. *Directrices para el ecoturismo. Una guía para los operadores de turismo naturalista.* N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

The Ecotourism Society. 1993. *Ecotourism guidelines for nature tour operators.* N. Bennington, Vermont: The Ecotourism Society.

Margoluis, R. e N. Salafsky. 1998. *Measures of Success: Designing, managing, and monitoring conservation and development projects.* Washington D.C.: Island Press.

Parks in Peril Program, The Nature Conservancy
www.parksinperil.org

Glossário

Análise dos Principais Interessados: A análise dos principais interessados da TNC prioriza os interessados ligados a ameaças críticas e traça o perfil de várias características-chave a respeito das atividades nas quais os interessados estão engajados.

Análise dos Principais Interessados ou Análise do Contexto Humano: Estudo que identifica informações-chave sobre as comunidades próximas de um sítio de ecoturismo pertinentes ao ecoturismo dentro da comunidade ou em sítios ecoturísticos adjacentes. É essencial para a completa implementação de um Plano de Gestão de Ecoturismo.

Área Protegida: Grande extensão de território legalmente protegido, geralmente administrado por uma entidade governamental com objetivos específicos de conservação, mas cuja gestão diária pode ser delegada para o setor não-governamental ou privado, ou para uma coalizão de interesses governamentais e privados.

Avaliação / Análise do Contexto Humano (ACH): Análise das relações estatísticas e interações dinâmicas de seres humanos em um sítio. A ACH enfatiza a relação dinâmica entre os sistemas biológico (ecológico) e social. A coleta de informações de cunho social e econômico para um PCS inclui a compilação e sintetização de informações a respeito das relações entre populações e a conservação do sítio dentro de um contexto econômico, sociocultural e político.

Avaliação Preliminar de um Sítio: Processo que consiste de algumas poucas questões básicas, por meio das quais os planejadores podem determinar se um determinado sítio é apropriado para o desenvolvimento do ecoturismo. É um primeiro filtro para se determinar a viabilidade do ecoturismo.

Comitê Consultivo de Ecoturismo: Grupo de interessados públicos e privados que têm um interesse, de ordem econômica ou de qualquer outra ordem, na eficiência e no efetivo funcionamento do programa de ecoturismo no sítio de ecoturismo. Fornece aconselhamento e apoio para o Líder do Programa de Ecoturismo.

Comunidade: Comunidade se refere a um grupo heterogêneo de pessoas que vivem na mesma área geográfica e acessam um conjunto de recursos naturais locais. O grau de coesão e diferenciação sociais, força de crenças e instituições comuns, diversidade cultural e outros fatores varia grandemente dentro das comunidades e entre elas. (Schmink, 1999).

Concessão: Serviço fornecido para visitantes pelo setor privado dentro de uma área protegida ou sítio de ecoturismo. É um dos fundamentos de um programa de geração de receitas em um sítio de ecoturismo.

Concessionário: Detentor da concessão ou licença para vender bens ou serviços fornecidos pela área protegida.

Desenvolvimento Sustentável: Definido pelas Nações Unidas no Relatório Brundtland "Our Common Future" (Nosso Futuro Comum) como "Desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades".

Diagnóstico Completo do Sítio: Fase do processo de planejamento durante a qual os planejadores coletam informações necessárias para um bom processo de tomada de decisões relacionadas, nesse caso, ao desenvolvimento do ecoturismo nas áreas protegidas. Constitui um estudo prévio da viabilidade do desenvolvimento do ecoturismo em um sítio.

Limites de Modificação Aceitáveis (LAC): Metodologia para mensurar impactos de visitação específicos por meio do estabelecimento de indicadores e padrões aplicáveis a situações específicas. Um padrão indica um nível específico além do qual os interessados determinaram que um impacto é inaceitável e ações de gestão devem ser tomadas.

Operador Doméstico: Operador de turismo que organiza os serviços fornecidos a um visitante dentro do país que está sendo visitado.

Operador Internacional: Operador de turismo que organiza excursões e transporte para visitantes que estejam indo para outro país. Em regra, farão parceria com um operador doméstico no país de destinação.

Planejamento de Conservação de Sítios (PCS): Processo desenvolvido pela The Nature Conservancy que é utilizado para identificar alvos de conservação primários para a conservação de um determinado sítio, e, então, determinar as maiores ameaças, fontes de ameaças e estratégias para reduzi-las.

Plano de Gestão de Ecoturismo: Um plano de gestão de ecoturismo (PGE) é uma ferramenta para direcionar o desenvolvimento do turismo em uma área protegida de uma maneira que busca sintetizar e representar a visão de todos os interessados na consecução dos objetivos de conservação para o sítio. Tradicionalmente, um PGE será uma continuação detalhada das diretrizes gerais estabelecidas em um plano geral de gestão ou PCS.

Plano de Sítio: Planta muito detalhada que localiza todos os atrativos naturais e culturais importantes de um sítio no qual irão ocorrer atividades intensivas de ecoturismo, e então determina onde a infra-estrutura será posicionada.

Plano Geral de Gestão: Documento de planejamento que avalia todas as informações disponíveis para uma determinada área protegida ou sítio de ecoturismo, e define os objetivos globais de gestão, metas e estratégias para uma gestão adequada. Se for o caso, então um Plano de Gestão de Ecoturismo pode ser recomendado.

Principais Interessados: Pessoas que têm um envolvimento direto ou indireto em uma atividade que afeta os sistemas de biodiversidade de um sítio. Esse envolvimento pode ser decorrente de proximidade geográfica, associação histórica, atividade econômica, mandato institucional, interesse social, tradições culturais ou de um grande número de outras razões.

Sítio de Ecoturismo: Uma locação, grande ou pequena, na qual ocorrem uma ou mais atividades de ecoturismo. Neste documento, o termo pode ser usado de forma intercambiável com "área protegida" ou "sítio". O termo "sítio", porém, geralmente se refere a uma locação na qual a atividade é focada e de pequena escala.

Sítio de Visitação: Locação relativamente pequena na qual o uso intensivo e a gestão ocorrem dentro de um contexto mais amplo de ecoturismo e conservação.

Turismo Voltado à Natureza: Turismo dirigido basicamente para atrativos naturais, mas que não abrange, necessariamente, os conceitos do ecoturismo: mínimo impacto, benefícios econômicos para a conservação e para as populações locais, e educação.

Zoneamento: Zoneamento é um mecanismo para determinar objetivos de gestão e prioridades gerais para diferentes áreas geográficas (zonas) dentro de uma área protegida ou de outro sítio de ecoturismo. Ao determinar objetivos e prioridades para essas zonas, os planejadores também definem quais usos serão permitidos e quais não o serão. Tais parâmetros são, geralmente, baseados nas características da base de recursos naturais e culturais, nos objetivos da área protegida (determinados previamente), e em outros fatores.

Ecotourism Development

A Manual for Conservation Planners and Managers

Volume I: An Introduction to Ecotourism Planning

Part I: An Introduction to Ecotourism

Part II: Ecotourism Planning and Management

Desarrollo del Ecoturismo

Un manual para los profesionales de la conservación

Volumen I: Introducción a la planificación del ecoturismo

Primera parte: Introducción al ecoturismo

Segunda parte: Planificación y manejo del ecoturismo

Desenvolvimento do Ecoturismo

Um Manual para os Profissionais de Conservação

Volume I: Introdução ao Planejamento de Ecoturismo

Parte 1: Introdução ao Ecoturismo

Parte 2: Planejamento e Gestão de Ecoturismo

Développement de l'Ecotourisme

Un manuel pour les professionnels de la conservation

Volume I: Introduction à la planification de l'écotourisme

Partie 1: Introduction à l'écotourisme

Partie 2: Gestion et planification de l'ecotourisme

A missão da The Nature Conservancy é preservar plantas, animais e ecossitemas que representam a diversidade biológica da Terra, através da proteção das terras e águas necessárias à sua sobrevivência.

WORLD PARKS CONGRESS 2003 DURBAN BENEFITS BEYOND BOUNDARIES

The Nature Conservancy is a proud supporter of the 2003 World Parks Congress.

For additional copies, please visit:
conserveonline.org